

Contra a Esquerda

Llewellyn H. Rockwell, Jr.

Presidente do Instituto Ludwig von Mises

Contra a Esquerda

Um libertarianismo rothbardiano

1ª edição

Notas de Rick Theu



Instituto Rothbard

Título original

Against the Left: A Rothbardian Libertarianism

Autor

Llewellyn H. Rockwell, Jr.

Ano de publicação

2019

Tradução

Fernando Fiori Chiocca

Rick Theu

VAP

Revisão

Fernando Fiori Chiocca

Rick Theu

VAP

Capa

VAP

Diagramação

Rick Theu

Rockwell Jr., Llewellyn H.

Contra a Esquerda: Um Libertarianismo Rothbardiano / Llewellyn H.

Rockwell, Jr. — São Paulo: Instituto Hoppe, 2021.

1. Economia 2. Paleolibertarianismo 3. Cultura 4. Liberdade

5. Anticoletivismo I. Título.

Contra a Esquerda

Contra a Esquerda explora algo básico para o libertarianismo que muitas pessoas hoje esqueceram. Como todos sabem, os libertários enxergam o Estado e o indivíduo como fundamentalmente opostos. Pessoas que interagem livremente no mercado criam por si mesmas uma sociedade maravilhosa que promove o progresso.

Em *Contra a Esquerda*, examinamos alguns campos de batalha importantes na luta para preservar e promover o libertarianismo real contra seus inimigos. Isso inclui o ataque à família, “direitos civis” e deficiências, imigração, ambientalismo, igualitarismo econômico e os impostores libertários de esquerda que querem tirar o libertarianismo de nós.

O maior obstáculo à difusão da filosofia da liberdade descrita em *Contra a Esquerda* é a ideologia de esquerda. A esquerda quer destruir as instituições tradicionais da sociedade civil, especialmente a família. Quer eliminar todas as diferenças entre as pessoas e nos tornar escravos “iguais” do Estado todo-poderoso.

Sumário

Prefácio de Hans-Hermann Hoppe.....	7
Introdução	16
O ataque à família	17
"Direitos Civis" e Deficiências.....	47
Imigração.....	77
Ambientalismo.....	85
Igualitarismo econômico: Ninguém merece ser melhor do que ninguém..	97
Libertarianismo de Esquerda	109
Conclusão	114

Prefácio de Hans-Hermann Hoppe

Todas as pessoas, incluindo gêmeos idênticos, são *únicas*; desiguais e diferentes de todas as outras pessoas. Todo mundo nasce em uma hora e/ou lugar diferente. Todo mundo possui dois pais biológicos diferentes, mais velhos e desiguais, um pai masculino e uma mãe feminina. Cada pessoa, no decorrer de sua vida, enfrenta e precisa agir em um ambiente diferente e desigual, com oportunidades e desafios diferentes e desiguais, e a vida de cada pessoa, com suas realizações e seus fracassos, suas alegrias e satisfações, bem como suas decepções, desgostos e sofrimentos, então, é diferente e desigual da vida de todas as outras pessoas. Além disso, esta desigualdade natural de todo e qualquer ser humano ainda é amplificada pelo estabelecimento de toda e qualquer sociedade baseada na divisão do trabalho.

A Esquerda e o socialismo em geral sempre se sentiram ofendidos, irritados e escandalizados por esta desigualdade natural do homem e em seu lugar propagandearam e promoveram um programa de “equalização” ou “igualitarismo”, i.e., de “corretivamente” reduzir, minimizar e finalmente eliminar todas as diferenças e desigualdades humanas. Primorosamente, Murray Rothbard identificou este programa como “uma revolta contra a natureza”. No entanto, apesar deste veredito, nunca faltou apoio as ideias igualitárias e seus promotores, na medida que existe e sempre vai existir em toda parte um monte de pessoas vociferando que tiveram poucas chances na vida quando comparadas as outras pessoas.

Portanto, para favorecer sua utopia (ou melhor, distopia) igualitária, toda característica, condição e instituição humanas repletas de diferenças e desigualdades, então, foram colocadas sob ataque pela Esquerda no devido tempo. Abaixo toda excelência humana e todos os graus de realizações humanas, porque nenhuma pessoa deve ser melhor do que qualquer outra. Abaixo a propriedade privada pois ela implica em uma distinção entre meu e teu e, portanto, torna todos desiguais. Abaixo todas as diferenças de renda. Abaixo a família como fortaleza da desigualdade, com um pai masculino e uma mãe feminina e seu novo filho dependente em comum. Abaixo em particular os homens, e especialmente homens brancos, a pessoa mais desigual de todas. Abaixo o casamento, por causa de sua

exclusividade, e abaixo a heterossexualidade. Abaixo a discriminação às preferências individuais. Abaixo a livre associação e dissociação. Abaixo todas as convenções, e abaixo toda e qualquer fronteira, fortificação e muro separando uma pessoa de outra. Abaixo os contratos privados exclusivos, bi ou multilaterais. Abaixo os empregadores e proprietários de imóveis pois são desiguais e diferentes dos empregados e inquilinos, e abaixo a divisão do trabalho em geral. Abaixo a noção bíblica de que o homem deve dominar e ser o senhor da natureza e estar acima de animais e plantas – e sempre abaixo todos que discordarem do credo igualitário esquerdista.

Em *Contra a Esquerda*, Lew Rockwell, formidável estudante dos filósofos economistas Ludwig von Mises e Murray Rothbard, autor prolífico e, com a fundação do Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama, o principal promotor e empreendedor intelectual do mundo contemporâneo de todas as ideias e temas “libertários”, i.e., de direitos de propriedade privada e liberdade humana, apresenta um relato detalhado e vívido da revolta esquerdista contra a natureza. Ele descreve e analisa os sucessivos avanços e crescente influência das ideias esquerdistas, em particular nos EUA, mas de forma mais geral também em todo o chamado mundo ocidental, e ele explica e expõe os efeitos desastrosos e até assustadores, tanto moralmente como economicamente, que o contínuo “progresso” esquerdista tem causado no tecido social. Mais do que qualquer outra coisa, como explica Rockwell, o preço a ser pago pela implacável revolta contra a natureza humana, pela busca teimosa de um objetivo que claramente *não pode* ser alcançado, é o surgimento e crescimento de um estado cada vez mais totalitário, controlado e dirigido de forma permanente por algumas pequenas e exclusivas elites de “equalizadores” dominantes que permanecem acima, separados e desiguais de todo o resto das pessoas, que são seus súditos e o “material” humano a ser equalizado.

Ao invés de repetir o que é dito e explicado com o máximo de clareza por Rockwell nas páginas deste livro, deverei acrescentar apenas algumas observações históricas que podem ser úteis para o leitor obter um melhor entendimento do contexto da era atual, brilhantemente descrita por Rockwell. Elas são observações de uma perspectiva europeia e mais especificamente alemã, a própria nação onde o socialismo surgiu no decorrer do século XIX e que desde então teve a mais longa experiência com ele, e elas dizem respeito as diferentes estratégias e mudanças estratégicas que a Esquerda adotou para alcançar seu atual estágio “elevado”.

A estratégia “ortodoxa” para a transformação socialista, defendida por Marx e os adeptos do chamado socialismo “científico”, era uma revolucionária. A Revolução Industrial na Inglaterra e na Europa Ocidental ocasionou um crescimento constante na quantidade de operários industriais, i.e., de “proletários”, e esta massa crescente de proletários, então, unidos por uma consciência de classe comum, deveria expropriar todos os proprietários privados dos meios de produção, i.e., os capitalistas, de uma vez só, de modo a supostamente tornar todos igualmente coproprietários de tudo. Isto iria requerer uma “ditadura do proletariado” como uma medida temporária, mas esta fase transitória iria logo dar lugar a uma sociedade sem classes e uma vida de igualdade plena e felicidade.

A estratégia ortodoxa de transformação socialista se mostrou um completo fracasso. Nos países industrializados ou em fase de industrialização da Europa Ocidental, as crescentes massas proletárias mostraram pouco ou nenhum fervor revolucionário. Eles aparentemente sentiram que tinham mais a perder com a derrubada violenta do *ancien régime* e suas antigas elites do que apenas suas correntes. Ao invés disso, contra Marx, o método revolucionário foi bem sucedido somente na Rússia, predominante rural e agrícola, com muitos camponeses e praticamente nenhum proletariado industrial. Lá, após a derrota na guerra, com a ajuda de uma mentira estratégica, i.e., a promessa socialista rapidamente quebrada de liberalização dos camponeses russos dos laços feudais e distribuição de todo latifúndio feudal como propriedade privada entre o campesinato, e por meio de violência massiva e impiedosa, de morte e brutalidade, o Czar e as antigas elites dominantes foram depostos e uma ditadura do proletariado foi estabelecida. Mas esta ditadura não deu lugar a uma sociedade sem classes de igualdade plena. Ao contrário, como Mises houvera previsto desde o princípio, ela resultou na perda de toda liberdade humana e em desastre econômico. Sem propriedade privada sobre a terra e outros fatores de produção, todos se tornaram diretamente e imediatamente sujeitos aos comandos dos ditadores proletariados; e então estes ditadores, sem a propriedade privada dos bens de capital e, portanto, sem preços de bens de capital, se tornaram incapazes de realizar o cálculo econômico, com o resultado inescapável da permanente má alocação de recursos, desperdício econômico e consumo de capital. Após uns 70 anos, o “experimento” socialista na Rússia Soviética ruiu da forma mais espetacular sob seu próprio peso, deixando para trás uma terra devastada economicamente e uma população desmoralizada, desarraigada e empobrecida.

A estratégia alternativa “revisionista” de transformação socialista, amplamente adotada nos países da Europa Ocidental, era uma reformista e gradualista. Com o constante crescimento do número de proletários, dadas as circunstâncias, apenas foi necessário promover a já popular ideia igualitária da democracia e agitar em prol da expansão sistemática da franquia. Então, com a difusão da democracia, uma tomada socialista “pacífica” seria apenas questão de tempo. E, de fato, com o “direito de voto” cada vez mais distribuído “igualmente”, até finalmente chegar à todos, em toda parte ambições e motivações igualitárias eram sistematicamente encorajadas e fortalecidas. A popularidade dos partidos explicitamente socialistas aumentou constantemente e outros partidos rivais ou movimentos ideológicos, incluindo também os liberais clássicos, se desviaram cada vez mais à esquerda. Então, ao final da Segunda Guerra Mundial, com a legitimidade do antigo regime e suas elites dominantes severamente abalada pela devastação causada pela guerra, os socialistas surgiram prestes a vencer. No entanto, eles fracassaram, por causa de um equívoco fundamental que já havia se tornado evidente com o início da Grande Guerra.

Os socialistas revisionistas, neste ponto não diferentes de seus camaradas ortodoxos, eram “internacionalistas”. O slogan deles era “proletários de todo mundo, uni-vos”. Eles acreditavam na solidariedade de todos os trabalhadores, de toda parte, contra seu inimigo capitalista comum. A guerra provou que esta solidariedade trabalhista internacional não existia. Trabalhadores alemães voluntariamente lutaram contra trabalhadores franceses, ingleses, russos, etc., e vice-versa. Ou seja, vínculos nacionais e solidariedade nacional se provaram muito mais fortes do que qualquer vínculos de classe.

Por esta mesma razão também, e contra a geralmente violenta resistência dos socialistas (internacionalistas), não seria eles então que chegariam ao poder, mas partidos socialistas explicitamente nacionalistas. Por toda a Europa Ocidental os sentimentos igualitaristas eram avassaladores. Porém o igualitarismo geralmente ia apenas até a página dois. Ele parava quando chegava nos estrangeiros, nos povos de outras nações, especialmente quando eles eram considerados menos ricos. Além disso, o triunfo do socialismo nacional sobre o socialismo internacional na maior parte da Europa Ocidental e por todo o período entre guerras, ganhou uma força extra com as notícias cada vez mais divulgadas sobre a Rússia Soviética. Os socialistas no ocidente geralmente viam com grande simpatia o “grande experimento” conduzido pelos seus camaradas no leste, e sendo simpatizantes dos soviéticos, suas popularidades então foram

profundamente prejudicadas quanto mais informações se espalhavam pelo ocidente sobre a crueldade impiedosa dos ditadores soviéticos e das condições econômicas desesperadoras da Rússia socialista, com fome e inanição generalizadas. Ademais, e significativo à luz da experiência soviética, os socialistas nacionalistas não visaram expropriar todos os capitalistas e nacionalizar todos os fatores de produção. Ao invés, mais “moderadamente”, eles deixariam toda propriedade privada nominalmente intacta e garantiriam “apenas” que elas seriam empregadas da maneira que os ditadores socialistas nacionalistas achassem apropriada, de acordo com o lema deles de que o “bem comum” sempre está acima de qualquer “bem privado”.

Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, o mundo mudou drasticamente e os socialistas de todas as estirpes se depararam com desafios novos e radicalmente diferentes. Os EUA emergiram da guerra como o superpoder dominante do mundo e a Europa Ocidental essencialmente foi transformada em uma região de estados vassalos. Mais importante, a Alemanha (Ocidental), como principal país inimigo europeu, foi colocada sob o controle direto dos EUA.

Os sentimentos socialistas nacionalistas na Europa Ocidental não desapareceram em razão deste desenvolvimento – e eles permanecem populares até hoje. Na verdade, tendências socialistas nacionalistas neste período também tomaram os EUA. A agenda econômica e as chamadas políticas sociais implementadas por Roosevelt com o New Deal foram essencialmente as mesmas que as avançadas por Mussolini e Hitler. Mas o rótulo de socialista nacionalista tinha que ser demonizado e varrido. De forma alguma todos os partidos ou movimentos socialistas nacionalistas durante o período entre guerras na Europa Ocidental foram taxados de racistas ou imperialistas. Mas o exemplo mais odioso do socialismo nacionalista alemão derrotado foi para sempre associado ao nome, e todos os movimentos socialistas nacionalistas ou fascistas doravante teriam que prosseguir sob rótulos diferentes. Quaisquer que fossem seus nomes, porém, seus programas agora iriam tipicamente incluir também uma boa dose de antiamericanismo.

Outros desafios surgiram para os socialistas internacionalistas ou “de esquerda”. Com o desencadeamento da Guerra Fria entre os EUA e seu antigo aliado soviético, que havia expandido seu controle sobre a maior parte da Europa Central como um resultado da guerra, a Esquerda da Europa Ocidental dominada

pelos EUA foi cada vez mais pressionada a se distanciar de seus camaradas do leste. Também, consequências econômicas desastrosas nos países dominados pelos soviéticos na Europa Central, similares as experimentadas na Rússia antes, forçaram os socialistas esquerdistas a abandonarem sucessivamente seu objetivo original de socialização dos meios de produção. Assim como seus arqui-inimigos socialistas nacionalistas antes, eles não iriam eliminar a propriedade privada e a propriedade de bens de capital. Ao invés disso, eles permitiriam “tanta propriedade privada e mercado quanto fosse possível”, mas iriam se assegurar ao mesmo tempo “tanto estado quanto fosse necessário”, com a decisão de o que era “possível” e que era “necessário” tomada pela liderança dos partidos socialistas (assim como a decisão sobre quanto de “bens privados” e quanto de “bem comum” se ter foi tomada anteriormente pela liderança socialista nacionalista). Como representantes da classe trabalhadora industrial, os socialistas iriam usar então seu poder de tomada de decisão para equalizar primeiro os “rendimentos” e depois as “oportunidades” através dos impostos e da legislação. E eles iriam determinar quanto de impostos e legislação eram necessários para alcançarem ou se aproximarem de seu objetivo.

Com este programa a Esquerda iria chegar ao poder em muitos países da Europa Ocidental. No entanto, para alcançar este sucesso e em particular para mantê-lo, outra virada estratégia era necessária. No decorrer do desenvolvimento econômico europeu, o número de trabalhadores industriais, i.e., a tradicional classe trabalhadora operária, que formou a grande massa de eleitores socialistas, gradualmente mas constantemente declinou. A fim de estabilizar e expandir sua base eleitoral, os socialistas teriam que mudar sua imagem pública de “partido dos proletários” e apelar também para as continuamente crescentes classes de trabalhadores de “colarinho branco” e de empregados da indústria de serviços. Com o poder de taxar e redistribuir propriedade privada e renda, eles teriam que sistematicamente aumentar o número de trabalhadores do “setor público” financiados através dos impostos, i.e., de dependentes do estado e, em particular, de trabalhadores da chamada indústria de “serviços sociais”. Sobretudo, a fim de adquirirem uma aura de autoridade e respeitabilidade intelectual, os socialistas teriam que expandir, infiltrar e finalmente tomar todo o sistema de “educação pública”, das universidades, aos colégios até os jardins de infância. A estratégia deu certo. Em particular, todas as universidades e escolas da Europa Ocidental ficaram sob controle da Esquerda igualitária, e sua crescente dominância de todo o debate público, então, provocou um deslocamento sistemático para a esquerda de todo o espectro dos movimentos e partidos políticos.

E por fim, mas não menos importante, surgiram desafios novos e diferentes para os socialistas na área de política externa. Sendo um movimento internacionalista, a Esquerda visava estabelecer o socialismo em toda parte, em última instância no mundo inteiro, e eles davam suporte as tentativas de centralização política como um meio para o objetivo de equalização supranacional. Mas eles eram também anticolonialistas, anti-imperialistas e antimilitaristas. Cada país deveria supostamente libertar a si mesmo de seus opressores estrangeiros e domésticos para então se juntarem a irmandade internacional da humanidade por sua própria conta.

Quando, já logo após a guerra, o processo de “Integração Europeia” foi lançado, que eventualmente levaria a “União Europeia” (na verdade, um cartel de associação de governos de estados nação, com a Alemanha sendo o membro mais forte economicamente, porém o mais fraco politicamente), a Esquerda se mostrou esmagadoramente solidária. O processo era falho pois começou e procedeu sob a tutela dos EUA, mas também deu a oportunidade de expandir o poder socialista igualitário em última instância por toda a Europa. Menos entusiasmo e, de fato, uma considerável oposição da Esquerda encontrou outro projeto dos EUA: o estabelecimento da OTAN. Sendo uma aliança militar internacional sob o comando supremo dos EUA, muitos consideraram ser uma iniciativa militarista e se opuseram a OTAN. Mas devido à “Ameaça Soviética”, i.e., o perigo supervalorizado e sistematicamente popularizado de tomada militar da Europa Ocidental pela União Soviética, qualquer oposição séria seria rapidamente silenciada e a associação na OTAN também foi abraçada pela Esquerda Europeia Ocidental.

Com o colapso da União Soviética e seu império no começo dos anos 1990s, um desafio similar surgiu novamente para os socialistas. Com o desaparecimento da ameaça soviética e o fim da Guerra Fria, a OTAN cumpriu seu objetivo e aparentemente não tinha mais um propósito. Porém a OTAN não foi extinta como a maior parte (mas não toda) da Esquerda gostaria. Ao contrário.

Após algumas vitórias cruciais da Esquerda igualitária nos EUA desde os anos 1960s, com legislações do chamado movimento dos Direitos Civis, seu poder foi ofuscado neste meio tempo pelos “neoconservadores”, um movimento inspirado e liderado por um grupo de intelectuais ex-trotskistas, que propuseram combinar um Estado de Bem-estar Social em casa, também chamado de

“capitalismo democrático”, com um imperialismo americano no exterior e a motivação pela dominação mundial. Sob a influência dos “neocons”, então, a OTAN não apenas deixou de ser abolida como foi aperfeiçoada e expandida. A Rússia pós soviética foi sendo cercada cada vez mais pelas tropas da OTAN, e os EUA atacaram e travaram guerras contra um país atrás do outro – Afeganistão, Iraque, Líbia, Sérvia, Somália, Sudão, Síria – orquestrou golpes (Ucrânia, Egito), ou impôs sanções econômicas e bloqueios contra outros países (Irã), pelo mero motivo de eles não estarem dispostos a aceitar ordens dos neocons encarregados da política externa americana. A Esquerda Europeia, com sua orientação tradicional anti-imperialista, deveria ter se estarrecido e resistido vigorosamente a essas políticas. Mas ao invés disso, através de pressões econômicas, ameaças e subornos dos EUA, a maior parte (embora não todos) dos partidos europeus de esquerda rapidamente cederam e se tornaram comparsas voluntários destas empreitadas imperialistas. E isto – baseando-se em seus próprios padrões, uma mudança traiçoeira na política da Esquerda Europeia – ao contrário levaria então à outra reviravolta estratégica crucial em sua agenda.

Proposital ou não, o resultado do imperialismo americano, o derramamento de sangue, instabilidade social e devastação econômica que causou, gerou um aumento contínuo do fluxo de pessoas dos Balcãs, do Oriente Médio próximo e do norte da África tentando chegar aos países socialistas democráticos da Europa Ocidental. Os socialistas nacionalistas ou “de direita”, em concordância com o sentimento geral do povo, se opôs e tentou resistir a esta ameaça de uma invasão de milhões e milhões de “imigrantes” estrangeiros. Por sua vez, a Esquerda socialista, seguindo o exemplo dos EUA neste ponto, percebeu e apresentou a imigração em massa como uma oportunidade para outro grande avanço em sua agenda igualitária e convenientemente não fez quase nada para prevenir isto ou até promoveu. Lamentavelmente, isto pressionaria para baixo os salários domésticos, ameaçando assim o apoio de sua própria base eleitoral da classe trabalhadora tradicional. Mais importante, no entanto, isto seria instrumental na ruptura de toda e qualquer resistência contra avanços adicionais na centralização e concentração de poderes socialistas no quartel general americano de Bruxelas, fosse das forças socialistas nacionalistas ou mais radicalmente e fundamentalmente do lado dos libertários de direita. Através de uma política de “livre imigração”, ao misturar, no mesmo território, em proximidade imediata, pessoas de diferentes nacionalidades, etnias, idiomas, culturas, costumes, tradições e religiões, de diferentes histórias, educações, sistemas de valores e formações psicológicas, resultaria em crescente fragmentação social. Todos os

vínculos pessoais ainda existentes além – ou até acima – daqueles do estado central e, portanto, sendo obstáculos para expansões adicionais do poder do estado, i.e., vínculos com a própria nação, etnia, religião, região, cidade, comunidade ou família, seriam sistematicamente enfraquecidos. Todo mundo seria cada vez mais “equalizado” em desunião ubíqua e universal, desentendimento e conflito social, e igualmente deixado unicamente à mercê do todo poderoso estado e seus governantes socialistas. E, então, para este fim, todo dissidente teria que ser sistematicamente denunciado pela classe dominante de intelectuais esquerdistas nos termos mais fortes possíveis, como um pária tão desprezível e abominável que seria melhor que fosse silenciado para sempre.

Nesta obra, Lew Rockwell expõe o progresso aterrorizante que os socialistas de todas as estirpes, sejam do tipo “direitista” ou “esquerdista”, já obtiveram na busca de sua agenda igualitária, e ele extrai as lições a serem aprendidas disto pelos libertários.

Introdução

Contra a Esquerda explora algo básico para o libertarianismo que muitas pessoas hoje esqueceram. Como todos sabem, os libertários veem o Estado e o indivíduo como fundamentalmente opostos. Pessoas que interagem livremente no mercado criam por si mesmas uma sociedade maravilhosa que promove o progresso. O Estado, como explicou Murray Rothbard, é uma gangue criminosa de predadores. Ele tira o que as pessoas produzem, confiscando a riqueza para seus próprios fins nefastos.

Isso tudo é de conhecimento comum, e em *Contra a Esquerda*, mostro em detalhes como o Estado faz isso. O que costuma ser esquecido, porém, é que o libertarianismo aceita as pessoas como elas são. Se nos livrarmos do Estado — e esse é um grande *se* — teremos alcançado nosso objetivo como libertários. O libertarianismo não tenta remodelar as pessoas para fazê-las conformar-se a alguma ideologia supostamente desejável. Não embarca na busca inútil de tornar todos iguais. Não favorece tentar acabar com a “discriminação”. Não vê a família tradicional como inimiga. Ao contrário, vê a família tradicional como base para uma sociedade decente.

Dois grandes pensadores nos ensinaram essas verdades melhor do que qualquer outra pessoa: Ludwig von Mises e seu principal aluno, Murray N. Rothbard. Seus insights são básicos para este livro.

Infelizmente, vários dos chamados libertários ignoram esses pontos essenciais. Esses libertários de esquerda tentam o impossível. Eles querem combinar o libertarianismo, com seu polo oposto, o igualitarismo. Não é suficiente que as pessoas sejam libertárias. Elas também devem ser “legais”, o que significa se render às últimas palhaçadas esquerdistas.

Em *Contra a Esquerda*, examinamos alguns campos de batalha importantes na luta para preservar e promover o libertarianismo real contra seus inimigos. Isso inclui agressão à família, direitos civis e “deficiências”, imigração, ambientalismo e igualitarismo econômico. No último capítulo, confrontamos diretamente os impostores libertários de esquerda que querem tirar o libertarianismo de nós.

Capítulo I

O ataque à família

Hoje, a ameaça fundamental à liberdade vem dos programas esquerdistas para promover a igualdade absoluta. Neste capítulo, primeiro descreveremos o igualitarismo em termos gerais e, em seguida, discutiremos uma de suas principais e mais perigosas manifestações. Esta é a tentativa de destruir a família tradicional, a marca registrada da civilização. A agenda homossexual exigindo casamento entre pessoas do mesmo sexo, entre muitas outras medidas revolucionárias, e o movimento feminista desempenham um papel de destaque nesta conspiração contra a família.

Para a manutenção de uma sociedade livre, é fundamental que seja preservada a família tradicional, ou seja, a união de um homem e uma mulher no casamento, na maioria das vezes para constituir família. Ludwig von Mises oferece alguns insights profundos sobre esse assunto.

No Capítulo IV da Parte I do *Socialismo*, Mises aponta algo que os oponentes libertários de esquerda da família tradicional fariam bem em ter em mente. (Mas é claro que não vão.) O ataque moderno à família origina-se do socialismo:

As propostas de transformação das relações entre os sexos há muito andam de mãos dadas com os planos de socialização dos meios de produção. O casamento deve desaparecer junto com a propriedade privada, dando lugar a um arranjo mais em harmonia com os fatos fundamentais do sexo. Quando o homem é libertado do jugo do trabalho econômico, o amor deve ser libertado de todos os entraves econômicos que o profanaram. O socialismo promete não apenas bem-estar — riqueza para todos — mas também felicidade universal no amor.

Feministas e libertários de esquerda afirmam que a família é opressora, mas na verdade a família burguesa salvou as mulheres da opressão.

À medida que a ideia de contrato entra na Lei do Casamento, ela quebra o domínio do homem e faz da esposa uma parceira com direitos iguais. De um relacionamento unilateral baseado na força, o casamento torna-se um acordo mútuo; a serva torna-se a esposa casada com o direito de exigir do homem tudo o que ele tem o direito de pedir dela. Passo-a-passo, ela conquista o cargo que ocupa hoje em casa. Hoje em dia, a posição da mulher difere da posição do homem apenas na medida em que diferem seus modos peculiares de ganhar a vida. Os remanescentes dos privilégios do homem têm pouca importância. Eles são privilégios de honra. A esposa, por exemplo, ainda leva o nome do marido.

Como Mises aponta, a posição das mulheres melhorou por causa das relações de propriedade capitalistas. Longe de serem opressores, como afirmam os marxistas e outros esquerdistas, elas libertaram as mulheres:

Esta evolução do casamento ocorreu por meio da lei relativa aos bens dos casados. A posição da mulher no casamento foi melhorada à medida que o princípio da violência foi retrocedido e à medida que a ideia do contrato avançou em outros campos da Lei de Propriedade ela transformou necessariamente as relações de propriedade entre o casal. A esposa foi libertada do poder de seu marido pela primeira vez quando ela ganhou direitos legais sobre a riqueza que ela trouxe para o casamento e que adquiriu durante o casamento, e quando o que seu marido costumava lhe dar foi transformado em subsídios exigíveis por lei.

Para Mises, a lei de propriedade sob o capitalismo era abrangente em seus efeitos:

Assim, o casamento, como o conhecemos, passou a existir inteiramente como resultado da penetração da ideia contratual nesta esfera da vida. Todos os nossos estimados ideais de casamento nasceram dessa ideia. Esse casamento

une um homem e uma mulher, que só pode ser celebrado com o livre arbítrio de ambas as partes, que impõe um dever de fidelidade mútua, que as violações dos votos matrimoniais de um homem não devem ser julgadas de maneira diferente das de uma mulher, que os direitos do marido e da esposa são essencialmente os mesmos — esses princípios se desenvolvem a partir da atitude contratual para o problema da vida conjugal. Ninguém pode se orgulhar de que seus ancestrais pensavam no casamento como pensamos hoje. A ciência não pode julgar se a moral já foi mais severa do que agora. Podemos estabelecer apenas que nossos pontos de vista sobre o que o casamento deve ser são diferentes dos pontos de vista das gerações anteriores e que seu ideal de casamento parece imoral aos nossos olhos.

Mises, é claro, não gostava do feminismo. Sua visão da importância de ter filhos para as mulheres seria um anátema para as feministas de hoje.

A ala radical do feminismo, que se apega firmemente a este ponto de vista, ignora o fato de que a expansão dos poderes e habilidades da mulher é inibida não pelo casamento, não por estar ligada ao homem, filhos e família, mas pela forma mais fascinante em que a função sexual afeta o corpo feminino. A gravidez e a amamentação de crianças reivindicam os melhores anos da vida de uma mulher, os anos em que o homem pode gastar suas energias em grandes realizações. Pode-se acreditar que a distribuição desigual do ônus da reprodução é uma injustiça da natureza, ou que é indigno da mulher ser mãe e ama de leite, mas acreditar nisso não altera o fato. Pode ser que a mulher seja capaz de escolher entre renunciar à alegria feminina mais profunda, a alegria da maternidade, ou ao desenvolvimento mais masculino de sua personalidade em ação e empenho. Pode ser que ela não tenha essa escolha. Pode ser que, ao suprimir seu desejo de maternidade, ela cause a si mesma um dano que reage por meio de todas as outras funções de seu ser. Mas seja qual for a verdade sobre isso, o fato é que quando ela se torna mãe, com ou sem casamento, ela é impedida

de levar sua vida tão livre e independente quanto o homem. Mulheres extraordinariamente talentosas podem conseguir coisas excelentes, apesar da maternidade; mas porque as funções do sexo têm prioridade sobre a mulher, o gênio e as maiores realizações foram negados a ela.

Mises não se opôs a todos os aspectos do feminismo. Enquanto se limitasse a favorecer direitos iguais, como entendido pelo liberalismo clássico, estava tudo bem:

Na medida em que o Feminismo procura ajustar a posição jurídica da mulher à do homem, na medida em que procura oferecer a ela liberdade jurídica e econômica para se desenvolver e agir de acordo com suas inclinações, desejos e circunstâncias econômicas — até aí não é nada mais do que um ramo do grande movimento liberal, que defende a evolução pacífica e livre. Quando, para além disso, ataca as instituições da vida social com a impressão de que assim poderá remover as barreiras naturais, ele é filho espiritual do Socialismo. Pois é uma característica do Socialismo descobrir nas instituições sociais a origem dos fatos inalteráveis da natureza, e se esforçar, reformando essas instituições, para reformar a natureza.

Para Mises, o impulso feminista de abolir a família repousava em uma concepção totalmente errônea do lugar da mulher na sociedade:

A concepção errônea a que o princípio da igualdade perante a lei é exposto no campo das relações sociais gerais encontra-se no campo especial das relações entre esses sexos. Assim como o movimento pseudo-democrático tenta por decretos apagar as desigualdades naturais e socialmente condicionadas, da mesma forma que quer igualar os fortes aos fracos, os talentosos aos sem talento e os saudáveis aos enfermos, também a ala radical do movimento de mulheres busca tornar as mulheres iguais aos homens. Embora não possam ir tão longe a ponto de transferir metade do fardo da maternidade para os homens, ainda assim gostariam de abolir o casamento e a

vida familiar para que as mulheres possam ter pelo menos toda aquela liberdade que parece compatível com a procriação. Livre do marido e dos filhos, a mulher deve mover-se livremente, agir livremente e viver para si mesma e para o desenvolvimento de sua personalidade.

A fim de compreender a linha de argumento de Mises, precisamos ter em mente um ponto-chave. Ignorar esse ponto é a maior falha de todos os esquerdistas. A igualdade legal não elimina as diferenças biológicas. Assim, não decorre do fato de as mulheres não ganharem tanto quanto os homens, ou não ocuparem tantos cargos de poder, que elas sejam vítimas de discriminação:

Mas a diferença entre o caráter sexual e o destino sexual não pode ser decretada mais longe do que outras desigualdades da humanidade. Não é o casamento que impede a mulher interiormente, mas o fato de que seu caráter sexual exige rendição a um homem e que seu amor pelo marido e pelos filhos consome suas melhores energias. Não existe nenhuma lei humana que impeça a mulher que busca a felicidade na carreira de renunciar ao amor e ao casamento. Mas aquelas que não renunciam a eles não têm força suficiente para dominar a vida como um homem pode dominá-la. É o fato de o sexo possuir toda a sua personalidade, e não os fatos do casamento e da família, que acorrenta a mulher. Ao “abolir” o casamento, não se tornaria a mulher mais livre e feliz; alguém apenas tiraria dela o conteúdo essencial de sua vida, e nada poderia oferecer para substituí-lo.

A luta da mulher para preservar sua personalidade no casamento é parte daquela luta pela integridade pessoal que caracteriza a sociedade racionalista de ordem econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção. Não é exclusivamente do interesse da mulher que ela tenha sucesso nesta luta; contrastar os interesses de homens e mulheres, como feministas radicais tentam fazer, é muito tolo. Toda a humanidade sofreria se a mulher deixasse de desenvolver seu ego e fosse incapaz de

se unir ao homem como companheiros e camaradas iguais e livres.

Tirar os filhos de uma mulher e colocá-los em uma instituição é tirar parte de sua vida; e os filhos são privados das influências de maior alcance quando são arrancados do seio da família. Só recentemente Freud, com a visão do gênio, mostrou quão profundas são as impressões que o lar dos pais deixa na criança. Dos pais, a criança aprende a amar e, assim, passa a possuir as forças que lhe permitem crescer e se tornar um ser humano saudável. A instituição educacional segregada gera homossexualidade e neurose. Não é por acaso que a proposta de tratar homens e mulheres como radicalmente iguais, de regular as relações sexuais pelo Estado, de colocar crianças em lares públicos ao nascer e de garantir que filhos e pais permaneçam completamente desconhecidos uns dos outros deveria ter se originado em Platão; ele via apenas a satisfação de um desejo físico nas relações entre os sexos. A evolução que conduziu do princípio da violência ao princípio contratual baseou essas relações na livre escolha do amor. A mulher pode negar-se a qualquer um, pode exigir fidelidade e constância do homem a quem se entrega. Só assim é lançada a base para o desenvolvimento da individualidade da mulher. Ao retornar ao princípio da violência com uma negligência consciente da ideia contratual, o Socialismo, mesmo que vise uma distribuição igual da pilhagem, deve finalmente exigir a promiscuidade na vida sexual.

Mises, aliás, não era muito favorável aos homossexuais, embora não escrevesse muito sobre o assunto. Mas o que ele diz não deixa espaço para dúvidas sobre sua atitude politicamente incorreta:

Alguns tipos de trabalho satisfazem desejos específicos. Existem, por exemplo, ocupações que atendem a desejos eróticos — conscientes ou subconscientes. Esses desejos podem ser normais ou perversos. Também fetichistas, homossexuais, sádicos e outros pervertidos podem às vezes encontrar em seu trabalho uma oportunidade de satisfazer seus estranhos apetites. Existem ocupações que são especialmente atraentes para

essas pessoas. A crueldade e a sede de sangue prosperam exuberantemente sob vários mantos ocupacionais.

Às vezes, argumenta-se que, como os libertários desejam que o estado saia do mercado de casamento — como deveria sair de todos os negócios — o estado deveria ser neutro entre o casamento regular e o casamento do mesmo sexo. Ou seja, se o estado concede licenças de casamento, o que não deveria, então deveria concedê-las indiscriminadamente a todos os que se candidatam. Da mesma forma, enquanto existir um exército nacional, mulheres e gays devem ser admitidos no serviço nas mesmas condições que os homens. O estado, argumenta-se, não pode discriminar.

Mas isso não procede de forma alguma. O libertarianismo é uma teoria de quais deveriam ser os direitos das pessoas. Ele exclui o estado; e, na infeliz medida que o estado existe, os libertários sustentam que o estado deve, na medida do possível, abster-se de violar os direitos das pessoas. Além disso, o libertarianismo não impõe nada ao estado. Os libertários não precisam sustentar que o estado deve conceder licenças de casamento a casais do mesmo sexo.

Da mesma forma, como Rothbard apontou, o estado não é obrigado a permitir que gays sirvam nas forças armadas.

Os militares devem ser considerados como qualquer outro negócio, organização ou serviço; suas decisões devem ser baseadas no que é melhor para os militares e "direitos" não têm nada a ver com tais decisões. A duradoura proibição dos gays nas forças armadas não tem nada a ver com "direitos" ou mesmo "homofobia"; ao contrário, é o resultado de uma longa experiência, bem como do bom senso. Os militares não são como nenhuma organização civil. Não apenas seus homens estão em situações de combate (que ele parcialmente compartilha com civis como a polícia), mas o comandante militar tem controle virtualmente total sobre a pessoa e a vida de seu subordinado, especialmente em situações de combate. Em tais situações, homossexuais declarados podem se envolver em favoritismo para com seus entes queridos e se envolver em exploração sexual e abuso de subordinados sob seu comando.

Adicione o desconforto de muitos em situações próximas e íntimas e você terá a destruição do moral e da eficiência das unidades de combate.

Rothbard reconheceu que os gays tinham uma resposta para essas afirmações, mas achou isso inaceitável.

A resposta padrão dos gays é interessante por ser abstrata e indiferente ao ponto. A saber: todas as atividades sexuais são e devem ser ilegais nas forças armadas, inclusive o abuso sexual de subordinados. Torne ilegais apenas as ações, dizem os defensores dos gays nas forças armadas, e torne qualquer orientação lícita e legítima. Um problema com esta resposta que soa libertária é que ela confunde o que deveria ser ilegal *per se* com o que deveria ser ilegal como um membro voluntário de uma organização (por exemplo, os militares) que pode e deve ter suas próprias regras de filiação, inclusive na sua própria contratação, promoção e dispensa. No direito penal, apenas ações (como roubo e assassinato) devem ser ilegais, e não a orientação mental. Mas quem deve ou não ser militar deve depender das regras militares e não simplesmente incluir alguém que não seja criminoso. Assim, os tipos frágeis que são meio cegos claramente não estão em um estado de criminalidade *per se*; mas certamente os militares têm o direito de impedir a adesão de tais pessoas.

Em segundo lugar, a resposta pró-gay padrão ignora os fatos da natureza humana. Certamente os libertários em particular deveriam estar atentos ao absurdo de tornar o sexo ilegal e então declarar o fim do assunto. A questão é que os militares entendem que, embora o sexo nas forças armadas deva de fato ser proscrito, isso não resolverá a questão, porque a natureza humana frequentemente triunfa sobre a lei. A prostituição é ilegal desde tempos imemoriais, mas jamais chegou perto de desaparecer. É precisamente por causa de sua perspicaz compreensão da natureza humana que os militares querem manter a proibição de gays nas forças armadas. Os militares não presumem ingenuamente que não há gays no exército ou na marinha agora. Por outro lado, não

tem intenção de fazer uma “caça às bruxas” para tentar descobrir gays secretos. A questão toda é que, com gays necessariamente no armário, o problema de favoritismo, abuso sexual, etc., é bastante minimizado. No entanto, permita gays assumidos nas forças armadas e os problemas e o sofrimento do moral irão se intensificar. As mesmas restrições se aplicam *a fortiori* às mulheres nas forças armadas, especialmente a unidades íntimas e de contato próximo integradas, como as existentes em combate. (O antigo método de unidades femininas segregadas para digitar, dirigir jipe, etc. não apresentava tais problemas.) Uma vez que há muito mais heterossexuais do que homens homossexuais, e como não há dúvida de um “armário” aqui, favoritismo e abuso será muito mais desenfreado. Mais uma vez, a proibição do sexo nas forças armadas seria ainda mais difícil de impor. Isso é especialmente verdadeiro no clima atual, em que o “assédio sexual” se expandiu para tocar e até cobiçar. Pense em chuveiros integrados ao sexo e pense em Tailhook¹ maximizado ao enésimo grau! O problema das mulheres nas forças armadas foi ainda mais agravado pela normatividade sexual das exigências físicas nas forças armadas. Uma vez que se provou quase impossível para as mulheres passarem nos testes padrão de força e velocidade, esses testes foram simplificados para que a maioria das mulheres pudesse passá-los; e isso inclui habilidades de combate essenciais, como carregar armas e lançar granadas!

Já observamos que o libertarianismo não exige que o estado trate todos os grupos igualmente. Infelizmente, os libertários de esquerda discordam. Rothbard respondeu-lhes desta forma:

Finalmente, os libertários vão recuar em seu argumento padrão de que, embora todas essas

¹ O escândalo Tailhook foi um escândalo militar polêmico em que oficiais da aviação da Marinha dos Estados Unidos e dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos foram acusados de ter agredido sexualmente até 83 mulheres e sete homens, ou de outra forma se envolveram em conduta “imprópria e indecente” no Las Vegas Hilton em Las Vegas, Nevada. Os eventos aconteceram no 35º Simpósio Anual da Tailhook Association de 5 a 8 de setembro de 1991. O evento foi posteriormente abreviado como “Tailhook '91” na mídia.

restrições se apliquem a organizações privadas, e que "direitos" não se apliquem a tais organizações, direitos igualitários se aplicam a organizações governamentais como os militares: Mas, como eu tenho escrito no caso de alguém ter "o direito" de emporcalhar uma biblioteca pública só porque é pública, esse tipo de niilismo deve ser abandonado. Sou a favor da privatização de tudo, mas, exceto nesse vindouro dia glorioso, os serviços governamentais existentes devem ser operados da forma mais eficiente possível. Certamente, o serviço postal deveria ser privatizado, mas, até este futuro dia feliz, deveríamos defender que os funcionários dos correios jogassem toda a correspondência na lixeira, em nome de tornar esse serviço o mais terrível possível? Além dos horrores que tal posição imporá aos consumidores pobres (somos nós), há outro grave erro nesta posição libertária padrão (que confesso que uma vez sustentei), que mancha e confunde o justo conceito de "direitos", e o transmuta de uma defesa estrita da pessoa e da propriedade de um indivíduo em uma mistura igualitária e confusa. Consequentemente, "anti-discriminação" ou mesmo "direitos" de ação afirmativa nos serviços públicos estabelecem as condições para sua expansão reconhecidamente monstruosa para o domínio privado.

Ele elaborou este ponto vital em outra ocasião:

Todo o pensamento político libertário segue do princípio da não agressão: que ninguém, incluindo o governo, pode agredir a pessoa ou propriedade de outra pessoa. Visto que de acordo com a teoria libertária; não deveria haver propriedade governamental, uma vez que tudo é derivado da coerção, como qualquer princípio do uso da propriedade governamental segue da teoria libertária? A resposta é: não segue. Na questão do que fazer com a propriedade do governo, os libertários, além de pedir a privatização, são deixados à deriva, em suma, com nada além de seu bom senso e sua sintonia com o mundo real, da qual os libertários sempre foram notoriamente escassos.

Mas se Rothbard está certo ao dizer que o estado não tem que reconhecer o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou promover as agendas gay e feminista, por que ele não deveria? Aqui, novamente, podemos recorrer a Rothbard para obter a resposta. Ele caracterizou o feminismo desta forma:

Os homens são o sexo perverso e gerador de vítimas; as mulheres são o sexo bom e vitimizado. Os dois gêneros são inimigos inelutáveis. Portanto, todas as táticas e estratégias são permissíveis e valiosas se resultarem na vitória das mulheres sobre o Inimigo Masculino. Portanto, ataque as faculdades de um só sexo, se forem homens, e proclame sua grandeza, se forem mulheres. Se você está falando sobre qualidades como progressão na carreira, inteligência, sucesso, proclame as mulheres como exatamente iguais ao homem e denuncie como “sexista” qualquer insinuação em contrário; mas se você está falando sobre coisas boas como nutrição, paz, etc., proclame a superioridade inata das mulheres. Não se preocupe com qualidades “objetivas” como justiça, lógica, verdade ou não contradição; lembre-se, tudo é justo no ódio e na guerra.

A este respeito, todas as acusações de que um homem assediou sexualmente uma mulher têm crédito automaticamente:

A premissa básica do Regimento, sempre implícita, às vezes explícita, é que sempre que qualquer mulher fizer uma acusação de "assédio sexual" (ou estupro em namoro, ou estupro, ou o que for), que a acusação deve ser tomada por todos como *per se* verdade. Qualquer dúvida expressa, muito menos qualquer desafio para tentar acusar a testemunha, é considerada *per se* mal, uma tentativa de culpar ou mais uma vez “assediar” a “vítima”. Observe que essa visão verdadeiramente monstruosa só pode fazer sentido se sustentarmos como um axioma básico que a acusação de qualquer mulher deve sempre ser tratada como verdade do Evangelho.

As feministas costumam responder às críticas do tipo que Rothbard faz, dizendo que "você simplesmente não entende". Rothbard tinha uma resposta devastadora:

Há duas refutações bem-sucedidas e poderosas a serem feitas à acusação de "vocês, homens, simplesmente não entendem". Uma é: não, senhoras, *vocês* não entendem; não entendem a distinção crucial entre flerte verbal inofensivo, ameaças verbais de perda do emprego ao exigir favores sexuais e agressão física. Nós não "entendemos" a tese de continuidade, porque essa tese é mal e errada, e por razões que acabamos de descrever. A segunda refutação é virar de cabeça para baixo a tese "você simplesmente não entende". Olhem, senhoras, mulheres, womyn², viragos³, ou seja lá o que você seja: você parece estar dizendo que uma vez que somos homens, é impossível entendermos, que só as mulheres podem alcançar este reino mágico de entendimento. Você está se envolvendo na falácia do que Ludwig von Mises chamou de "polilogismo". Mas vamos supor, para fins de argumentação, que você esteja certa. Mas, nesse caso, por que você continua falando? Se homens e mulheres estão condenados a ver a questão de maneira totalmente diferente, então é inútil tentar nos convencer. E, portanto, por que você simplesmente não cala a boca?

Mas é claro que as mulheres não querem calar a boca, porque todo o objetivo desse estratagema do "você simplesmente não entende" é intimidar os homens para que cale a boca e concordar com esse absurdo, mesmo que não estejam convencidos. Concordar e conceder à mulher organizada o *status* de vítima permanente, com todos os benefícios de poder, vantagens e renda que tal *status* implica.

² Este é um termo usado por feministas que sentem que ter a palavra "homem" na palavra "mulher" torna as mulheres um subconjunto dos homens. Então, para se tornarem um não subconjunto, elas mudaram a letra 'e' para 'y'.

³ Mulher cuja aparência e/ou traços assemelham-se aos do gênero masculino; mulher de hábitos masculinos; machona.

Do ponto de vista da teoria libertária, Rothbard apontou que a agenda feminista é um *nonsense*:

Aqui, a doutrina libertária se adapta totalmente à lei antiquada, ou seja, a lei, antes das besteira dos direitos civis entrarem nos livros. Falando simplesmente; não existe nenhum crime tal como “assédio sexual”. A agressão física ou estupro são considerados crimes desde tempos imemoriais, e ainda são. Não há necessidade de algum “crime” extra chamado SH⁴. Para processar tal crime, não há necessidade de agências ou comissões administrativas especiais. O início do mal pode ser identificado com precisão: a monstruosa Lei dos Direitos Civis de 1964, especificamente o Título VII, proibia a discriminação no emprego com base em raça, religião, sexo e outras características possíveis. Essa horrenda invasão dos direitos de propriedade do empregador é a fonte de todos os outros males, não obstante os neoconservadores e libertários traidores. Se sou um empregador e, por qualquer motivo, desejo contratar apenas albinos de um metro e meio, eu deveria ter o direito absoluto de fazer isso. Fim.

Rothbard estendeu sua crítica para cobrir toda a gama do movimento feminista:

Já passou da hora para que alguém denuncie a "Libertação das Mulheres". Como o Meio Ambiente, a Libertação das Mulheres está repentina e ruidosamente em todos os lugares nos últimos meses. Tornou-se impossível evitar ser agredido, dia após dia, pela tagarelice barulhenta do Movimento das Mulheres. Edições especiais de revistas, noticiários de TV e jornais têm sido dedicados a esse “problema” recém-descoberto; e quase duas dúzias de livros sobre a libertação feminina estão sendo programados para publicação este ano por grandes editoras.

⁴ Em inglês, *sexual harassment*.

Rothbard destacou que quase todos os livros e artigos sobre feminismo favorecem o movimento, situação que perdura até os dias de hoje. Ele achou esse estado de coisas deplorável.

Em toda essa confusão de verborragia, nenhum artigo, nenhum livro, nenhum programa ousou apresentar o argumento contrário. A injustiça desse maremoto unilateral deve ser evidente. Não apenas é evidente, mas a falta de oposição publicada nega uma das principais acusações das forças liberais das mulheres: que a sociedade e a economia estão gemendo sob uma monolítica tirania "sexista" masculina. Se são os homens que comandam o espetáculo, como é que eles nem se atrevem a publicar ou apresentar alguém do outro lado?

No entanto, os "opressores" permanecem estranhamente silenciosos, o que leva a suspeitar, como iremos desenvolver mais adiante, que talvez a "opressão" esteja do outro lado.

Rothbard viu com desprezo as fracas respostas masculinas ao feminismo.

Nesse ínterim, os "opressores" masculinos estão agindo, à maneira dos esquerdistas em todos os lugares, como coelhos assustados ou cheios de culpa. Quando as cem viragos da Libertação Feminina forçaram sua entrada na sede do *Ladies' Home Journal*, será que o atormentado editor-chefe, John Mack Carter, berrou nos ouvidos coletivos dessas agressoras, como deveria ter feito? Ele, pelo menos, abandonou o escritório por um dia e foi para casa? Não, em vez disso, ele sentou-se pacientemente por onze horas enquanto essas megeras abusavam dele e de sua revista e de seu gênero, e então concordou humildemente em doar a elas uma seção especial do *Journal*, junto com o resgate de US\$ 10.000. Desta forma, o esquerdismo masculino covarde alimenta docilmente o apetite das agressoras e abre o caminho para o próximo conjunto de "demandas" ultrajantes. A revista *Rat*, um tabloide underground, cedeu de forma ainda mais espetacular e simplesmente se permitiu ser

assumida permanentemente por um "coletivo de libertação feminina".

Mas esse relato do feminismo nos deixa com um problema. Se é um movimento tão estranho e ruim, como ele conseguiu ganhar uma posição de destaque? Mais uma vez, Rothbard tem a resposta:

Por que, na verdade, esse súbito aumento da libertação feminina? Mesmo o virago mais fanático do Movimento das Mulheres admite que esse novo movimento não surgiu em resposta a qualquer repressão repentina da bota masculina sobre as sensibilidades coletivas da mulher americana. Em vez disso, o novo levante é parte da atual degenerescência da Nova Esquerda, que, à medida que sua política, ideologia e organização parcialmente libertárias entraram em colapso, tem se fragmentado em formas absurdas e febris, de Maoísmo a Weathermanship a bombardeios loucos para a libertação feminina. O vinho inebriante da "libertação" para todo grupo maluco já está no ar há algum tempo, às vezes merecido, mas na maioria das vezes absurdo, e agora as mulheres da Nova Esquerda entraram em ação. Não precisamos ir tão longe ao comentário recente do professor Edward A. Shils, eminente sociólogo da Universidade de Chicago, de que ele agora espera uma "frente de libertação canina", mas é difícil culpar o aborrecimento por trás de sua observação. Ao longo de toda a gama de "libertação", o alvo principal tem sido o homem americano WASP⁵ adulto, inofensivo e trabalhador, o Homem Esquecido de William Graham Sumner; e agora essa figura infeliz de Dagwood Bumstead está sendo espancada mais uma vez. Quanto tempo vai demorar até que o maltratado, sofrido americano médio, finalmente perca a paciência e se levante em sua cólera para fazer algum barulho eficaz em seu próprio nome?

Já falamos muito sobre o movimento feminista, mas o que é isso exatamente? Como isso aconteceu?

⁵ Em inglês, WASP é uma sigla para *White, Anglo-Saxon and Protestant* (branco, anglo-saxão e protestante)

O atual Movimento das Mulheres pode ser dividido em duas partes. A ala mais velha, um pouco menos irracional, começou em 1963 com a publicação de *The Feminine Mystique* de Betty Friedan e sua organização NOW (National Organization of Women). NOW se concentra na alegada discriminação econômica contra as mulheres. Por exemplo: o ponto que, embora o salário médio anual para todos os empregos em 1968 fosse quase \$ 7.700 para os homens, ele totalizava apenas \$ 4.500 para as mulheres, 58% do valor masculino. O outro ponto importante é o argumento da cota: se alguém olhar para várias profissões, cargos de alta gerência etc., a cota de mulheres é muito mais baixa do que seus 51% supostamente merecidos, sua participação na população total.

Rothbard devastou o argumento de cota:

O argumento da cota pode ser resolvido rapidamente; pois é uma espada de dois gumes. Se a baixa porcentagem de mulheres em cirurgia, advocacia, administração, etc., é prova de que os homens devem ser substituídos rapidamente por mulheres, então o que devemos fazer com os judeus, por exemplo, que brilham muito acima de sua cota designada nas profissões, na medicina, na academia, etc.? Eles devem ser eliminados?

Mesmo que as cotas não possam ser aceitas, o que dizer do ponto feminista de que as mulheres ganham menos do que os homens?

A renda média mais baixa para as mulheres pode ser explicada por vários motivos, nenhum dos quais envolve discriminação “sexista” irracional. Um é o fato de que a esmagadora maioria das mulheres trabalha alguns anos e, em seguida, gasta grande parte de seus anos produtivos para criar os filhos, após os quais podem ou não decidir retornar ao mercado de trabalho. Como resultado, elas tendem a entrar, ou encontrar, empregos principalmente nos setores e naquele tipo de trabalho que não exige um compromisso de longo prazo com uma carreira. Além disso, elas tendem

a encontrar empregos em ocupações onde o custo de treinar novas pessoas, ou de perder as antigas, é relativamente baixo. Essas ocupações tendem a ter salários mais baixos do que aquelas que exigem um compromisso de longo prazo ou onde os custos de treinamento ou rotatividade são altos. Essa tendência geral de tirar anos para a criação dos filhos também é responsável por grande parte do fracasso em promover as mulheres a cargos de posição mais elevada e, portanto, mais bem remunerados e, portanto, pelas baixas "cotas" femininas nessas áreas. É fácil contratar secretárias que não tenham a intenção de fazer do emprego sua carreira profissional permanente; não é tão fácil promover pessoas na hierarquia acadêmica ou corporativa que não o fazem. Como uma desistente para a maternidade chega a ser presidente de uma empresa ou professora titular?

Mas há um problema mais profundo, definitivamente um "politicamente incorreto"; e Rothbard encarou de frente:

Embora essas considerações respondam por uma boa parte dos salários mais baixos e empregos de classificação mais baixa para as mulheres, elas não explicam totalmente o problema. Na economia de mercado capitalista, as mulheres têm total liberdade de oportunidade; a discriminação irracional no emprego tende a ser mínima no mercado livre, pela simples razão de que o empregador também sofre com essa prática discriminatória. No mercado livre, todo trabalhador tende a ganhar o valor de seu produto, sua "produtividade marginal". Da mesma forma, todos tendem a ocupar o trabalho que melhor podem realizar, para trabalhar em seus esforços mais produtivos. Os empregadores que persistem em pagar abaixo do produto marginal de uma pessoa vão se prejudicar perdendo seus melhores trabalhadores e, portanto, perdendo lucros para si próprios. Se as mulheres têm salários persistentemente mais baixos e empregos piores, mesmo depois de corrigir a evasão da maternidade, então a simples razão deve ser que sua produtividade marginal tende a ser menor do que a dos homens.

Não é surpreendente que Rothbard enfatizou algo que, como vimos, Mises também enfatizou. Essas grandes mentes geralmente pensavam da mesma forma:

Deve-se enfatizar que, em contraste com as forças da Libertação Feminina, que tendem a culpar o capitalismo, assim como os tiranos do sexo masculino, pela discriminação secular, foi precisamente o capitalismo e a “revolução capitalista” dos séculos XVIII e XIX que libertaram as mulheres da opressão do sexo masculino e deixou cada mulher livre para encontrar o seu melhor nível. Foi a sociedade feudal e pré-capitalista, pré-mercado, que foi marcada pela opressão masculina; era aquela sociedade onde as mulheres eram bens de seus pais e maridos, onde não podiam possuir propriedade própria etc. O capitalismo libertou as mulheres para encontrar seu próprio nível, e o resultado é o que temos hoje.

A Libertação Feminina retruca que as mulheres possuem todo o potencial de igualdade de produção e produtividade com os homens, mas têm sido intimidadas durante séculos de opressão masculina. Mas a notável falta de ascensão aos cargos mais altos sob o capitalismo ainda permanece. Existem poucas mulheres médicas, por exemplo. No entanto, as escolas de medicina hoje em dia não apenas não discriminam as mulheres, mas também se dobram para aceitá-las (ou seja, discriminam a seu favor); no entanto, a proporção de mulheres médicas ainda não é perceptivelmente alta.

Naturalmente, as feministas não aceitaram a realidade quando ela contradisse suas fantasias:

Aqui, as militantes recorrem a outro argumento: que séculos de “lavagem cerebral” por uma cultura dominada pelos homens tornaram a maioria das mulheres passiva, aceitando seu papel supostamente inferior e até gostando e desfrutando de seu papel principal como donas de casa e criadoras de filhos. E o verdadeiro problema para as mulheres barulhentas, é claro, é que a esmagadora maioria das mulheres adota a

"mística feminina", sente que suas únicas carreiras são as de dona de casa e mãe. Simplesmente descartar esses desejos evidentes e fortes da maioria das mulheres como "lavagem cerebral" já é demais; pois sempre podemos descartar os valores de qualquer pessoa, não importa o quão profundamente arraigados, como resultado de uma "lavagem cerebral". A alegação da "lavagem cerebral" torna-se o que os filósofos chamam de "operacionalmente sem sentido", pois significa que as militantes femininas se recusam a aceitar qualquer evidência, lógica ou empírica, de qualquer tipo, que possa provar que suas alegações estão erradas. Mostre-lhes uma mulher que ama a domesticidade e elas descartam isso como uma "lavagem cerebral"; mostrem-lhes uma militante e elas afirmam que isso prova que as mulheres anseiam por "libertação". Em suma, essas militantes consideram suas contendas frágeis como indignas de qualquer tipo de prova; mas este é o método infundado dos místicos, e não um argumento que reflete a verdade científica.

E assim, a alta taxa de conversão reivindicada pelas liberacionistas das mulheres também não prova nada; não pode ser resultado de uma "lavagem cerebral" por parte das militantes femininas? Afinal, se você é ruivo, e uma Liga de Libertação Ruiva surge de repente e grita com você que você é eternamente oprimido por vis não-Ruivos, alguns de vocês podem muito bem entrar na briga. O que não prova nada sobre se os ruivos são ou não objetivamente oprimidos.

Rothbard não afirmou que as mulheres não deveriam ter uma carreira.

Não vou tão longe quanto os extremistas "sexistas" que afirmam que as mulheres devem se limitar a casa e filhos, e que qualquer busca por carreiras alternativas não é natural. Por outro lado, não vejo muito mais apoio para a afirmação oposta de que as mulheres do tipo doméstico estão violando sua natureza. Há nisso, como em todas as questões, uma divisão de trabalho, e em uma sociedade de livre mercado cada indivíduo entrará nos campos e áreas de trabalho que achar mais atraentes. A

proporção de mulheres que trabalham é muito maior do que há 20 anos, e isso é bom; mas ainda é uma minoria de mulheres, e isso também está bom. Quem somos você ou eu para dizer a alguém, homem ou mulher, que profissão ele ou ela deve exercer?

Além disso, as libertadoras femininas caíram em uma armadilha lógica sob a responsabilidade de séculos de lavagem cerebral masculina. Pois, se essa acusação for verdadeira, como é possível que os homens controlem a cultura por eras de tempo? Certamente, isso não pode ser um acidente. Isso não é evidência de superioridade masculina?

Infelizmente, essas feministas são as "moderadas". Existe uma posição ainda mais ultrajante:

As Friedanitas, [seguidoras de Betty Friedan] que clamam estridentemente por igualdade de renda e posição, foram, no entanto, ultrapassadas nos últimos meses pelas mulheres liberacionistas mais militantes, ou "novas feministas", mulheres que trabalham com o movimento mais antigo, mas consideram elas conservadoras "Tias Toms".⁶ Essas novas militantes, que têm recebido a maior parte da publicidade, associam persistentemente sua suposta opressão à dos negros e, como o movimento negro, rejeitam a igualdade e a integração para uma mudança radical na sociedade. Elas clamam pela abolição revolucionária do suposto governo masculino e seu suposto corolário, a família. Exibindo um ódio profundo e mal disfarçado pelos homens em si, essas mulheres clamam por comunas exclusivamente femininas, crianças administradas pelo estado, bebês de proveta ou simplesmente "fazer picadinhos dos homens", como a verdadeira fundadora das mulheres liberacionistas militantes, Valerie Solanis, colocou isso em seu Manifesto SCUM (Society for Cutting Up Men). Solanis se tornou a heroína cultural do Novo

⁶ Uncle Tom é um termo pejorativo usado para descrever um afro-americano que, aparentemente, age de uma forma subserviente às figuras de autoridade do americano branco, ou procurando a integração com este por meio de uma desnecessária acomodação. Na expressão *in supra*, o autor adaptou para Aunt Toms, feminino da expressão.

Feminismo em 1968, quando atirou e quase matou o pintor e cineasta Andy Warhol. Em vez de serem rejeitadas (como seria por qualquer pessoa racional) como uma noz solitária, as mulheres liberadas escreveram artigos elogiando Solanis como a “doce assassina” que tentou se livrar do “macho de plástico” Warhol. Devíamos ter sabido naquele ponto das angústias que o aguardavam.

Rothbard inverte a afirmação das feministas extremistas. Longe de os homens dominarem as mulheres, é muito mais frequente que as mulheres dominem os homens.

Eu acredito que os casamentos americanos modernos são, em geral, conduzidos com base na igualdade, mas também acredito que a alegação oposta está muito mais perto da verdade do que a das Novas Feministas: a saber, que são homens, não mulheres, que são mais propensos a ser a classe oprimida, ou gênero, em nossa sociedade, e que são muito mais os homens que são os “negros”, os escravos e as mulheres, suas senhoras. Em primeiro lugar, as militantes afirmam que o casamento é uma instituição diabólica pela qual os maridos escravizam suas esposas e as obrigam a criar os filhos e fazer o trabalho doméstico. Mas consideremos: na grande maioria dos casos, quem é que insiste no casamento, o homem ou a mulher? Todo mundo sabe a resposta. E se esse grande desejo de casamento é o resultado da lavagem cerebral masculina, como afirmam a Libertação Feminina, então como é que tantos homens resistem ao casamento, resistem a essa perspectiva de seu assento vitalício no trono da “tirania” doméstica?

De fato, como o capitalismo aliviou imensamente o fardo do trabalho doméstico por meio de tecnologia aprimorada, muitas esposas têm cada vez mais constituído uma classe ociosa mantida. No bairro de classe média em que moro, eu as vejo, essas viragos “oprimidas” e de cara fechada, desfilando pela rua em suas estolas de pele de visom para o próximo jogo de bridge de mahjongg, enquanto seus maridos estão trabalhando rumo a

uma doença coronária precoce para apoiar os hábitos de moda de suas companheiras.

Rothbard traçou um importante paralelo com a história do Sul dos Estados Unidos da América.

Nesses casos, então, quem são os “negros”: as esposas? Ou os maridos? As libertadoras das mulheres afirmam que os homens são os mestres porque estão fazendo a maior parte do trabalho do mundo. Mas se olharmos para trás, para a sociedade escravista do Sul, quem realmente fez o trabalho? São sempre os escravos que fazem o trabalho, enquanto os senhores vivem em relativa ociosidade dos frutos do seu trabalho. Na medida em que os maridos trabalham e sustentam a família, enquanto as esposas desfrutam de uma posição mantida, quem são os senhores?

Rothbard voltou ao ataque à dominação feminina:

Não há nada de novo neste argumento, mas é um ponto que foi esquecido em meio ao furor atual. Há anos se observa — e especialmente por europeus e asiáticos — que muitos homens americanos vivem em um matriarcado, dominado primeiro pelo Momismo⁷, depois por professoras e depois por suas esposas. Blondie e Dagwood há muito simbolizam para os sociólogos um matriarcado americano muito prevalente, um matriarcado que contrasta com o cenário europeu onde as mulheres, embora mais ociosas do que nos Estados Unidos, não mandam em casa. O homem americano dominador há muito tempo é o alvo do humor perspicaz. E, finalmente, quando o homem morre, como costuma acontecer, mais cedo do que sua esposa, ela herda todos os bens da família, o que faz com que muito mais de 50% da riqueza da América seja propriedade de mulheres. A renda — o índice de trabalho árduo e produtivo — é menos significativa aqui do que a propriedade da riqueza final. Aqui está outro fato inconveniente que as militantes femininas descartam bruscamente

⁷ Um rótulo crítico introduzido pelo ensaísta Philip Wylie em sua coleção de 1942, *Generation of Vipers*, referindo-se a um culto americano à maternidade

como sem consequência. E, finalmente, se o marido pedir o divórcio, ele é atacado com as leis da pensão alimentícia, que ele é forçado a arcar e pagar para sustentar uma mulher que ele não vê mais e, se deixar de pagar, enfrenta a bárbara pena de prisão — a única instância restante em nossa estrutura legal de prisão por não pagamento de "dívida". Exceto, é claro, que se trata de uma "dívida" em que o homem nunca contraiu voluntariamente. Quem, então, são os escravos?

E quanto aos homens que obrigam as mulheres a ter e criar filhos, quem, novamente, na grande maioria dos casos, é a parte no casamento mais ansiosa por ter filhos? Novamente, todos sabem a resposta.

As feministas tentaram responder a este argumento, mas a resposta delas foi fraca:

Quando, como fazem às vezes, as militantes femininas reconhecem o domínio patriarcal pela mulher americana, sua defesa, como de costume, é recair no que não tem sentido operacional: que o aparente domínio da esposa é apenas o reflexo de sua passividade por excelência e subordinação, de modo que as mulheres têm que buscar vários caminhos para a maldade e a manipulação como seu caminho para ... o poder. Abaixo de seu aparente poder, então, essas esposas são psicologicamente infelizes. Talvez, mas suponho que se possa argumentar que o mestre de escravos no Velho Sul também estava psicologicamente inquieto por causa de seu papel anormalmente dominante. Mas o fato político-econômico de seu domínio permaneceu, e este é o ponto principal.

O teste final para saber se as mulheres são escravizadas ou não no casamento moderno é o da "lei natural": considerar o que aconteceria se de fato as libertadoras das mulheres conseguissem o que queriam e não houvesse casamento. Nessa situação, e em um mundo consequentemente promíscuo, o que aconteceria com os filhos? A resposta é que o único pai visível e demonstrável seria a mãe. Apenas a mãe teria o filho e, portanto,

apenas a mãe ficaria presa ao filho. Em suma, as mulheres militantes que reclamam que estão presas à tarefa de criar os filhos devem atentar para o fato de que, em um mundo sem casamento, elas também estariam presas à tarefa de ganhar toda a renda para o sustento de seus filhos. Sugiro que contemplem essa perspectiva muito e com afinco, antes de continuarem a clamar pela abolição do casamento e da família.

Um tema central deste livro é a importância da família tradicional para preservar nossa liberdade e civilização. A menos que possamos transmitir nossa herança para nossos filhos, estamos condenados. Feministas não podem lidar com este problema vital, como Rothbard observou:

As militantes mais ponderadas reconheceram que seu problema crítico é encontrar uma solução para a criação dos filhos: quem vai fazer isso? As moderadas respondem: provisão governamental de creches, para que as mulheres possam ser liberadas para entrar no mercado de trabalho. Mas o problema aqui, além do problema geral do socialismo ou estatismo, é este: como é que o mercado livre não forneceu creches de forma razoavelmente barata, como o faz com qualquer produto ou serviço com demanda em massa? Ninguém precisa clamar pelo fornecimento de motéis pelo governo, por exemplo. Existem muitos deles. O economista é compelido a responder: ou que a demanda por mães para trabalhar não é tão grande quanto as Novas Feministas querem que acreditemos, e/ou alguns controles do governo — talvez requisitos para enfermeiras registradas ou leis de licenciamento — estejam restringindo artificialmente o fornecimento. Qualquer que seja a razão, então, mais governo claramente não é a resposta.

Assim como Mises apontou que o fracasso da intervenção econômica leva a intervenções mais radicais destinadas a “corrigir” os problemas da intervenção inicial, as feministas radicais são levadas a propostas cada vez mais radicais. Como Rothbard observa:

As feministas mais radicais não se contentam com uma solução insignificante como creches (além

disso quem, senão *mulheres*, outras mulheres desta vez, estariam trabalhando nesses centros?). O que elas querem, como Susan Brownmiller indica em seu artigo na *New York Sunday Times Magazine* (15 de março de 1970), é igualdade total entre marido e mulher em todas as coisas, o que significa carreiras igualmente compartilhadas, trabalho doméstico igualmente compartilhado e criação dos filhos igualmente compartilhada. Brownmiller reconhece que isso significaria que *ou* o marido trabalha por seis meses e a esposa pelos próximos seis meses, com cada seis meses alternados de criação dos filhos, ou que cada um trabalhe metade de cada dia e, assim, alterna a criação dos filhos a cada meio-dia. Qualquer que seja o caminho escolhido, é muito claro que essa igualdade total só poderia ser perseguida se ambas as partes estivessem dispostas a viver permanentemente no nível hippie, de subsistência e de meio período. Pois que carreira de qualquer importância ou qualidade pode ser perseguida de maneira tão fugaz e aleatória? Acima do nível hippie, então, essa suposta “solução” é simplesmente absurda.

Se nossa análise estiver correta e já estivermos vivendo em um matriarcado, então o verdadeiro significado do novo feminismo *não* é, como elas afirmam com tanta estridência, a “libertação” das mulheres de sua opressão. Não podemos dizer que, não contentes com a ociosidade mantida e a dominação sutil, essas mulheres estão buscando avidamente o poder total? Não satisfeitas com o apoio e a segurança, elas agora estão tentando forçar seus maridos passivos e sofredores a fazer a maior parte do trabalho doméstico e também de criar os filhos. Conheço pessoalmente vários casais em que a esposa é uma militante da libertação e o marido sofreu uma lavagem cerebral pela esposa para ser um tio Tom e um traidor de seu gênero. Em todos esses casos, depois de um longo e árduo dia no escritório ou ensinando para sustentar a família, o marido fica em casa ensinando os filhos enquanto a esposa está fora em reuniões de libertação das mulheres, para tramar sua ascensão ao poder total e denunciar seus maridos como opressores sexistas. Não

satisfeita com o tradicional conjunto de mah-jongg, a Nova Mulher está tentando dar o golpe final de castração – ser aceita, suponho, com humilde gratidão por seus cônjuges progressistas do sexo masculino.

Ainda existe a solução da libertação das mulheres extremistas: abandonar o sexo, ou melhor, a heterossexualidade, de uma vez. Não há dúvida de que pelo menos isso resolveria o problema da criação dos filhos. A acusação de lesbianismo costumava ser considerada uma difamação machista e venenosa contra a mulher libertada. Mas nos escritos florescentes das Novas Feministas, existe um apelo aberto e crescente à homossexualidade feminina. Observe, por exemplo, Rita Mae Brown, escrevendo na primeira edição “liberada” da *Rat* (6 de fevereiro de 1970):

Para uma mulher, afirmar verbalmente sua heterossexualidade é enfatizar sua “bondade” por meio de sua atividade sexual com homens. Essa velha lavagem cerebral sexista atinge profundamente a consciência da feminista mais ardente, que rapidamente dirá que adora dormir com homens. Na verdade, a pior coisa que você pode chamar uma mulher em nossa sociedade é lésbica. As mulheres são tão identificadas como masculinas que estremecem à menção desta palavra de três sílabas. A lésbica é, claro, a mulher que não precisa de homens. Quando você pensa sobre isso, o que há de tão terrível em duas mulheres se amando? Para o homem inseguro, esta é a ofensa suprema, a blasfêmia mais ultrajante cometida contra o escroto sagrado.

Afinal, o que aconteceria se todas nós acabássemos nos amando. Coisas boas para nós, mas significaria que cada homem perderia seu “negro” pessoal ... uma perda real e grande se você for homem. ...

Amar outra mulher é uma aceitação do sexo que é uma violação grave da cultura masculina (sexo como exploração) e, portanto, acarreta penalidades severas. ... As mulheres foram ensinadas a abdicar do poder de nossos corpos, tanto fisicamente no atletismo e autodefesa,

quanto sexualmente. Dormir com outra mulher é confrontar a beleza e o poder de seu próprio corpo e também do dela. Você confronta a experiência de seu autoconhecimento sexual. Você também enfrenta outro ser humano sem o dispositivo protetor do papel. Isso pode ser muito doloroso para a maioria das mulheres, pois muitas foram tão brutalizadas pela encenação heterossexual que não conseguem começar a compreender esse poder real. É uma experiência avassaladora. Eu vulgarizo quando chamo de liberdade alta. Não é de admirar que haja tanta resistência ao lesbianismo.

Ou isso, na mesma edição, de “A Weatherwoman”:

O sexo se torna totalmente diferente sem ciúme. Mulheres que nunca se viram fazendo isso com mulheres começam a explorar uma à outra sexualmente. ... O que o meteorologista está fazendo é criar novos padrões para homens e mulheres se relacionarem. Estamos tentando tornar o sexo não exploratório. ... Estamos fazendo algo novo, com o denominador comum sendo a revolução.

Ou, finalmente, ainda na mesma edição, por Robin Morgan:

Deixe tudo sair. Faça com que pareça vil, malicioso, cagão, frustrado, louco, solaniseque, maluco, frígido, ridículo, amargo, embaraçoso, odioso, calunioso. ... O sexismo não é culpa das mulheres – mate seus pais, não suas mães.

E assim, no núcleo duro do Movimento de Libertação das Mulheres se encontra um lesbianismo amargo e extremamente neurótico, se não psicótico, que odeia os homens. A quintessência do Novo Feminismo é revelada.

Rothbard, como sempre, considerou e refutou possíveis objeções à sua análise:

Este espírito está confinado a alguns extremistas? É injusto picar todo o movimento com o pincel da Lésbica Implacável? Receio que não. Por exemplo,

um motivo que agora permeia todo o movimento é uma oposição estridente aos homens tratando as mulheres como “objetos sexuais”. Esse tratamento supostamente degradante, humilhante e explorador se estende da pornografia a concursos de beleza, anúncios de modelos bonitas usando um produto, até assobios e olhares de admiração para garotas de minissaias. Mas certamente o ataque às mulheres como “objetos sexuais” é simplesmente um ataque ao sexo, ponto final, ou melhor, ao heterossexual. Esses novos monstros do gênero feminino pretendem destruir o adorável e antigo costume – adorado pelas mulheres normais em todo o mundo – de mulheres se vestindo para atrair homens e tendo sucesso nessa tarefa agradável. Que mundo monótono e enfadonho esses monstros iriam nos impor! Um mundo onde todas as meninas parecem lutadoras desleixadas, onde a beleza e a atratividade foram substituídas pela feiura e “unissex”, onde a feminilidade encantadora foi abolida em nome do feminismo estridente, agressivo e masculino.

O ciúme de garotas bonitas e atraentes está, de fato, no cerne desse movimento feio. Um ponto que deve ser destacado, por exemplo, na alegada discriminação econômica contra as mulheres: a fantástica mobilidade ascendente, bem como as altas rendas, à disposição da menina de beleza impressionante. As liberacionistas das mulheres podem alegar que as modelos são exploradas, mas se considerarmos a enorme remuneração que as modelos desfrutam – bem como seu acesso à vida glamorosa – e compararmos com seu custo de oportunidade perdido em outras ocupações, como garçonne ou datilógrafa – a acusação de exploração é ridícula, de fato. Os modelos masculinos, cujos rendimentos e oportunidades são muito inferiores aos das mulheres, podem invejar a posição feminina privilegiada! Além disso, o potencial de mobilidade ascendente para meninas bonitas de classe baixa é enorme, infinitamente mais do que para homens de classe baixa: podemos citar Bobo Rockefeller e Gregg Sherwood Dodge (uma ex-modelo pin-up que se casou com o descendente multimilionário do Família Dodge) como exemplos meramente

conspícuos. Mas esses casos, longe de contar como um argumento contra elas, despertam nas mulheres liberacionistas uma fúria ainda maior, já que uma de suas verdadeiras queixas é contra as garotas mais atraentes que em virtude de sua atratividade tiveram mais sucesso na inevitável competição pelos homens – uma competição que deve existir independentemente da forma de governo ou sociedade (desde que, é claro, permaneça heterossexual).

Mulher como “objeto sexual”? Claro que são objetos sexuais e, louvado seja o Senhor, sempre serão. (Assim como os homens, é claro, são objetos sexuais para as mulheres.) Quanto aos assobios, é impossível que qualquer relacionamento significativo seja estabelecido na rua ou olhando para anúncios, e assim, nesses papéis, as mulheres permanecem apropriadamente apenas como objetos sexuais. Quando relacionamentos mais profundos são estabelecidos entre homens e mulheres, eles se tornam mais do que objetos sexuais um para o outro; cada um, com sorte, também se torna um objeto de amor. Pareceria banal até mesmo incomodar-se em mencionar isso, mas no clima intelectual cada vez mais degenerado de hoje, nenhuma verdade simples não pode mais ser tomada como certa.

Contraste com as liberacionistas das mulheres estridentes a charmosa carta no New York Sunday Times (29 de março de 1970) por Susan L. Peck, comentando o artigo de Brownmiller. Depois de afirmar que ela, por exemplo, agradece a admiração masculina, a Sra. Peck afirma que “Para alguns, isso pode parecer justo, mas eu não nutro um desejo louco e vingativo de ver meu marido, já trabalhador e responsável, passando as roupas da casa.” Depois de criticar o desajustamento feminino exibido no “movimento de libertação”, a Sra. Peck conclui: “Eu, por exemplo, adoro homens e prefiro ver do que ser um!” Viva, e espero que a Sra. Peck fale pela maioria silenciosa da feminilidade americana.

Quanto às liberacionistas femininas, talvez possamos começar a levar mais a sério suas

analogias constantemente repetidas com o movimento negro. Os negros, de fato, passaram da integração para o poder negro, mas a lógica do poder negro é nítida e simples: nacionalismo negro – uma nação negra independente. Se nossas Novas Feministas desejam abandonar o “integracionismo” homem-mulher pela libertação, então isso implica logicamente o Poder Feminino, em suma, o Nacionalismo Feminino. Devemos então entregar alguma terra virgem, talvez Black Hills, talvez Arizona, para essas megeras? Sim, deixe-as criar sua República Popular Democrática Feminina das Amazonas caratecas, e boa sorte a elas. A infecção de suas atitudes e ideologia doentias seria então isolada e removida do corpo social mais amplo, e o resto de nós, dedicados à boa e antiquada heterossexualidade, poderia então cuidar de nossas vidas sem ser perturbado. É chegada a hora de atendermos à injunção de William Butler Yeats:

Abaixo o fanático, abaixo o palhaço;

Abaixo, abaixo, esmague-os,

e que ecoamos o grito de alegria do idoso francês na famosa piada.

Enquanto uma militante na França discursava em uma reunião sobre a libertação das mulheres, afirmando: “Há apenas uma diferença muito pequena entre homens e mulheres”, o francês idoso pôs-se de pé de um salto, gritando: “Vive la petite différence!”⁸

⁸ Viva a pequena diferença!

Capítulo II

"Direitos Civis" e Deficiências

Rothbard aprofundou seu ataque, enfrentando todo o movimento pelos direitos civis.

Em toda a questão dos "direitos civis" impostos legal e judicialmente, fomos submetidos a uma armadilha, a um jogo de fachada em que "ambos os lados" adotam o mesmo axioma pernicioso e simplesmente discutem sobre a interpretação dentro da mesma estrutura. De um lado, o progressismo de esquerda, que em nome da igualdade e dos direitos civis, quer proibir a "discriminação" em todos os lugares, levou o processo ao ponto de virtualmente exigir cotas representativas para grupos supostamente oprimidos em toda a sociedade; sejam empregos e promoções, entrada em clubes de golfe privados, ou nas legislaturas e entre o judiciário. Mas a oposição conservadora oficial, que inclui não apenas os neoconservadores, mas também os conservadores regulares, as fundações jurídicas conservadoras e os libertários de esquerda, adota o mesmo axioma de direitos civis e igualdade. Em nome da suposta visão "original" dos direitos civis de Martin Luther King, os conservadores também querem proibir a discriminação no emprego e na habitação, e permitir que os tribunais federais determinem o *gerrymandering*⁹ dos distritos eleitorais. Mas, embora os conservadores oficiais endossem totalmente a proibição da discriminação racial e de outra natureza, eles querem parar por aí, e alegam que ir além disso para impor medidas de ação afirmativa e cotas está pervertendo o nobre ideal original de direitos civis.

⁹ *Gerrymandering* é um controverso método de definir em termos de área os distritos eleitorais de um território para obter vantagens no número de representantes políticos eleitos, em especial nos locais onde se utiliza o sistema eleitoral majoritário com voto distrital.

O pecado original dos "direitos civis", que teriam sido perfeitamente compreendidos por tais "velhos conservadores" como os tão difamados Nove Velhos que tentaram bloquear as medidas do New Deal, é que leis ou decretos anti-discriminação de qualquer tipo são maus porque atropelam o único direito natural fundamental: o direito de todos sobre sua própria propriedade. Todo dono de propriedade deve ter o direito absoluto de vender, alugar ou arrendar seu dinheiro ou outra propriedade para quem ele escolher, o que significa que ele tem o direito absoluto de "discriminar" o quanto quiser. Se eu tenho uma fábrica e quero contratar apenas albinos de dois metros e posso encontrar funcionários interessados, devo ter o direito de fazê-lo, embora possa perder grana ao fazê-lo. (É claro que não devo ter o direito de forçar os contribuintes a me resgatar depois de eu perder minha bufunfa.) Se eu for proprietário de um complexo de apartamentos e quiser alugar apenas para suecos sem filhos, devo ter o direito de fazê-lo. Etc. Proibir tal discriminação, e convênios restritivos que a sustentam, foi o pecado original do qual todos os outros problemas surgiram. Uma vez admitido esse princípio, e tudo o mais segue como a noite ao dia: Uma vez que reconheço que é certo tornar ilegal para mim recusar a contratação de negros (ou substitua por qualquer outro grupo, étnico ou gênero ou o que você quiser), então o progressismo esquerdista é muito mais lógico do que o conservadorismo oficial. Pois se é certo e apropriado proibir minha discriminação contra negros, então é tão certo e apropriado que o governo descubra se estou discriminando ou não e, nesse caso, é perfeitamente legítimo que eles usem cotas para averiguar a discriminação. Os conservadores atuais dizem que não há problema em proibir a discriminação se tal resultado for pretendido por empregadores ou proprietários, mas que é monstruoso e ilegítimo para o governo usar estatísticas e outras medidas objetivas para descobrir se existe discriminação. Daí o espectro das cotas. Mas como podemos descobrir a intenção subjetiva de outra pessoa, de qualquer maneira? Dada a premissa de proibir a discriminação, as cotas obrigatórias, apesar dos

indubitáveis horrores que trazem em seu rastro, fazem todo o sentido. Não é “ir longe demais” que causa o problema. O problema não é o abuso do axioma anti-discriminação; o problema é o próprio axioma. Nada ajudará, exceto desafiar o axioma básico e reverter a revolução dos “direitos civis”. Os libertários e conservadores que ainda têm coragem devem baixar suas vendas e clamar não pela “igualdade original do Rei” ou pelo ideal original dos direitos civis, mas por derrubar toda a estrutura e restaurar o direito absoluto à propriedade privada. “Liberdade” deve significar a liberdade de discriminar.

Economias afundam por motivos grandes e pequenos, mas geralmente ambos. A estagnação de 2003 foi provocada por desequilíbrios de investimento criados no final da década de 1990 que precisavam ser liquidados. Mas foi agravado por mil e uma políticas ruins, algumas das quais estão sendo acrescentadas por aqueles que buscam “estimular a economia”, mas sem saber como; outras estão há muito sendo aplicadas.

Considere: o governo relata que as denúncias de discriminação no trabalho contra empregadores privados aumentaram 4% em 2002, para um total de 84.442, o nível mais alto em sete anos. Essas denúncias geraram US\$ 310,5 milhões em benefícios monetários. A principal denúncia envolve raça, seguida de sexo, mas o grande aumento veio com denúncias envolvendo religião, idade e nacionalidade. A tendência representa um grande desvio do objetivo principal de restaurar o crescimento econômico.

Os números em si não chegam nem perto de capturar os custos colossais associados às leis que tornam esse litígio possível. Todo empregador deve se preparar e se organizar constantemente para diminuir a probabilidade de uma queixa ser registrada. Ao fazer isso, eles tomam medidas que levam a ineficiências ou evitam medidas que possam melhorar a eficiência. Além disso, considere os custos impostos por aqueles que ameaçaram entrar com o processo e não o fizeram porque a questão foi resolvida informalmente. Em seguida, considere a grande perda de energia humana gasta no litígio dessas queixas (o caso típico leva meio ano para ser resolvido).

Quase ninguém está disposto a falar sobre o que esses números realmente simbolizam: um ataque massivo à liberdade e à livre iniciativa. A questão preeminente são os direitos de propriedade, a base da liberdade e da prosperidade. O funcionário não possui propriedade legítima sobre os bens apreendidos no decorrer de uma denúncia. Sua única propriedade legítima é sobre o salário acordado contratualmente ou fluxo de renda devido a ele no curso da prestação de serviços de trabalho acordados. Na medida em que um funcionário obtém mais do que isso, isso nada mais é do que roubo sob a proteção da lei.

Na prática, a lei de discriminação limita a liberdade dos proprietários de usar seu dinheiro da maneira que acharem melhor. Para entender isso, precisamos conceber o contrato de trabalho como uma troca como qualquer outra. Uma pessoa concorda em realizar certos serviços e a parte com a qual ela está fazendo uma troca concorda em entregar uma certa quantia de sua propriedade em troca de tais serviços.

A natureza contratual da troca não é diferente da compra pelo consumidor de um litro de leite na loja. As partes na troca concordam voluntariamente com certos termos. Registrar uma queixa de discriminação é como voltar à loja com um punhal (simbolizando os reguladores trabalhistas da EEOC¹⁰) e exigir um corte retroativo de preços. Imagine se cada proprietário de loja visse cada cliente como uma pessoa com potencial para fazer isso legalmente e você começa a entender como a lei anti-discriminação atrapalha o mercado de trabalho.

O pressuposto implícito por trás de todas essas leis é a ideia de que juízes e burocratas podem descobrir a verdadeira motivação por trás de cada contratação, demissão ou decisão de gerenciamento de mão de obra. Além disso, assume que a base de todas as decisões tomadas no local de trabalho pode ser reduzida a uma forma simples, como: Não vou promover esta pessoa porque ela é uma mulher, muito velha, não muito religiosa, etc.

Todo mundo sabe que as decisões relativas à força de trabalho raramente funcionam dessa maneira. É possível, é claro, que um gerente tenha um certo tipo de preconceito, mas a natureza do mercado é precisamente punir preconceitos irracionais com prejuízos e recompensar a tomada de decisão objetiva com lucros.

¹⁰ Equal Employment Opportunity Commission (Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego)

É por esta razão que em um mercado livre a longo prazo, bons trabalhadores de qualquer raça, idade, sexo ou religião são recompensados por suas virtudes, enquanto maus trabalhadores de todos os tipos são punidos.

Na prática, é claro, os burocratas não sentem realmente a necessidade de demonstrar que descobriram os segredos do coração humano. O que eles fazem é assumir certas motivações com base na observação de padrões gerais no local de trabalho. Se as mulheres geralmente ganham menos do que os homens, por qualquer motivo (e pode haver um milhão de razões não relacionadas ao preconceito irracional), o ônus da prova recai sobre o empregador para mostrar que o sexo não é levado em consideração.

Ironicamente, a melhor maneira de demonstrar isso é adotar um viés oposto a favor do critério em questão quando necessário e, de outra forma, evitar, quando possível, pessoas que possam registrar uma queixa com êxito. Por essa razão, uma lei que proíbe, digamos, a discriminação racial produz resultados perversos. Pessoas já contratadas da classe conhecida de vítimas raciais têm probabilidade de ganhar mais do que ganhariam, mesmo que os novos membros desse grupo sejam menos propensos a serem contratados em primeiro lugar, precisamente porque são mais caros do que sua mão-de-obra esperada pode justificar.

Por meio desse complicado processo econômico, jurídico e sociológico, obtemos cotas *de facto*, salários subsidiados, disparidades de desemprego e uma grande variedade de distorções estranhas do mercado de trabalho. Essas distorções podem ser absorvidas em tempos de *boom*, mas podem fazer a diferença entre os lucros e a falência em tempos de recessão como o nosso.

É por isso que as práticas simbolizadas pelos números da EEOC atrapalham nossas perspectivas de recuperação. Assim como o protecionismo, impostos altos, déficits, gastos governamentais massivos e todas as outras formas de intervenção no mercado livre, a lei anti-discriminação impede a recuperação que precisamos desesperadamente. As empresas precisam de liberdade para gerenciar sua força de trabalho de acordo com suas próprias perspectivas agora. Não precisam gastar seu tempo e dinheiro lidando com os burocratas da discriminação.

Em 1917, na virada do século, o empresário hoteleiro Ellsworth M. Statler deu uma instrução a seus gerentes. Dizia:

A partir desta data, você é instruído a empregar apenas pessoas bem-humoradas, alegres e agradáveis, que sorriem com facilidade e frequência. Isso deve valer para todos os empregos da casa. ... Se for preciso limpar a casa, faça. Não proteste. Livre-se dos resmungos e das pessoas que não conseguem controlar o temperamento e das pessoas que agem como se estivessem sempre afundadas em problemas e sentindo pena de si mesmas. Você não pode mudar esse tipo de pessoa; você não pode fazer nada com elas lucrativamente, além de se livrar dela.

O homem construiu um grande negócio. Essa ética criou uma grande América. Hoje, ele estaria em apuros, assim como o negócio de hotelaria, assim como a economia.

Rothbard não hesitou em atacar a maior de todas as vacas sagradas: a decisão *Brown*:

A base fundamental da decisão de Brown foi a lei podre, porque não era lei, mas a suposta “ciência” da sociologia. O fundamento crucial de Brown foi a alegada descoberta do reverenciado socialista Dr. Kenneth Clark de que as escolas negras no Sul não eram realmente iguais às brancas porque os alunos negros em escolas segregadas não se saíam tão bem quanto os negros em escolas integradas. Essa foi a base, e daí vieram todos os horrores da integração compulsória, ônibus forçado e despovoamento branco e decadência das cidades do interior. E qual foi o resultado? É universalmente reconhecido que a educação dos alunos negros nas atuais escolas integradas é muito pior do que a que recebiam nas escolas segregadas; e, de fato, as antigas escolas negras segregadas estão agora sendo vistas como uma verdadeira Idade de Ouro. Na verdade, a tendência mais recente entre os negros é tentar restabelecer escolas primárias e secundárias exclusivamente para negros. Muito bem, mas daí várias coisas devem se seguir. Uma é que, uma vez que a

sociologia da decisão de Brown é totalmente errada, e Brown se baseou em uma péssima sociologia, que Brown deve ser revertida. Também foi reconhecido com tristeza pelos integracionistas que os alunos negros e brancos sempre tendem a segregar voluntariamente — socializar-se, comer sozinhos no refeitório da escola etc. Por mais que os integracionistas jacobinos deplorem esse fenômeno e tentem desencorajá-lo, temos que reconhecer que o processo é voluntário e natural e que não há nada de errado com ele.

Somos “racistas” por defendermos esses pontos de vista? É claro que isso levanta a questão: o que exatamente é “racismo”? Quero examinar duas palavras que o Estado e seus asseclas têm empregado com muito sucesso em favor dos aumentos do poder governamental. Uma é racismo. A outra é igualdade.

O que exatamente é “racismo”? Quase nunca ouvimos uma definição. Duvido que alguém realmente saiba o que é. Se não acredita, pergunte a si mesmo por que, se racismo é algo realmente claro e determinado, há esta incessante discordância sobre quais pensamentos e comportamentos são “racistas” e quais não são?

Se pressionada, uma pessoa comum provavelmente definiria racismo nos termos que Murray N. Rothbard definiu antissemitismo, envolvendo ódio e/ou a intenção de usar violência, seja conduzida pelo estado ou de outra forma, contra o grupo desprezado:

Me parece que existem apenas duas definições defensáveis e sustentáveis de antissemitismo: uma, se concentrando no estado mental subjetivo da pessoa, e a outra, “objetivamente”, nas ações que ela desempenha ou as medidas que ela defende. Para a primeira, a melhor definição de antissemitismo é simples e conclusiva: uma pessoa que odeia todos os judeus.

Como, a menos que sejamos um amigo íntimo, ou seu psiquiatra, podemos saber o que está dentro do coração da pessoa? Então, talvez, o foco deveria ser, não no subjetivo estado mental ou emocional da pessoa, mas em uma

proposição que possa ser checada pelos observadores que não a conhecem pessoalmente. Neste caso, deveríamos focar no objetivo, ao invés do subjetivo, que são as ações e opiniões da pessoa. Bem, neste caso, a única definição racional de um antissemita seria alguém que defende que desvantagens políticas, legais, econômicas e sociais sejam impostas aos judeus (ou, claro, tenha participado dessas imposições).

Então, o que parece ser razoável é: (1) alguém é racista se ele odeia um grupo racial específico, mas (2) já que não conseguimos ler a mente das pessoas, e já que acusar alguém de odiar todo um grupo de pessoas é uma acusação muito grave, ao invés de tentar ler a mente do suspeito devemos ver se ele defende que desvantagens sejam impostas contra o grupo em questão.

De volta a Rothbard:

Mas dessa forma não estou fazendo a definição de antissemitismo perder o sentido? Claro que não. Na definição subjetiva, pela própria natureza da situação, eu não conheço nenhuma pessoa assim, e duvido que Smear Bund conheça. Na definição objetiva, onde observadores podem obter mais conhecimento, e deixando de lado os evidentes antissemitas do passado, temos nos EUA moderno antissemitas autênticos: grupos como o movimento Christian Identity, ou a Aryan Resistance, ou o autor do romance *Turner's Diaries*. Mas estes são grupos marginais, você diria, sem importância e que não valha a pena se preocupar? Sim, companheiro, e este é exatamente o ponto.

Por outro lado, talvez um “racista” seja alguém que acredite que grupos diferentes tendem a ter características comuns, mesmo concordando com o ponto axiomático de que cada indivíduo é único. Mas seja estrutura familiar, uma inclinação ao alcoolismo, uma reputação de trabalhador dedicado, ou uma variedade de outras qualidades, Thomas Sowell reuniu uma vasta quantidade de estudos que mostram que essas características não estão nem perto de serem distribuídas igualmente nas populações.

Os chineses, por exemplo, ficaram conhecidos em países pelo mundo todo por trabalharem muito duro, geralmente sob condições particularmente difíceis.

(Na verdade esta é uma das razões porque os sindicatos trabalhistas americanos desprezaram os trabalhadores chineses no século XIX.) Na metade do século XX, a minoria chinesa dominou os mais importantes setores da economia malaia mesmo sendo oficialmente discriminados na constituição malaia, e tinham o dobro do rendimento do malaio médio. Eles eram donos da grande maioria dos moinhos de arroz na Tailândia e nas Filipinas. Eles conduziam mais de 70% do comércio de varejo na Tailândia, Indonésia, Camboja, Filipinas e Malásia.

Podemos contar uma história semelhante sobre os armênios em várias partes do mundo, assim como os judeus e os indianos ocidentais. Americanos-japoneses, uma vez discriminados severamente a ponto de serem confinados em campos durante a Segunda Guerra Mundial, chegaram a se igualar com os brancos em rendimentos no ano de 1959, e ultrapassaram em 1/3 o rendimento dos brancos uma década depois.

Da mesma forma os alemães, cuja reputação e feitos em artesanatos, ciência e tecnologia foram evidentes não apenas na Alemanha, mas também entre alemães nos EUA, Brasil, Austrália, Tchecoslováquia e Chile. Eles tiveram mais fazendas prósperas que os fazendeiros irlandeses na Irlanda do século XVIII, que fazendeiros brasileiros no Brasil, fazendeiros russos na Rússia e fazendeiros chilenos no Chile.

Judeus têm rendimentos maiores que hispânicos nos EUA; isto, nos dizem solenemente, é resultado da “discriminação”. Sério? Como Sowell aponta, então como explicamos por que judeus têm rendimento superiores que hispânicos em países hispânicos?

De acordo com as regras ilógicas em vigor na sociedade Americana, Sowell, sendo negro, tem permissão de discutir estes fenômenos, enquanto o resto de nós é demonizado, tem a carreira destruída e a reputação arruinada se mencionamos qualquer um destes indícios proibidos.

Portanto, para não levantar suspeitas de “racismo”, deve-se evitar riscos pelo menos fingindo acreditar nas seguintes proposições:

- disparidades de rendimentos entre grupos são totalmente ou em grande parte explicáveis pela “discriminação”;

- se uma minoria é “subrepresentada” em uma profissão específica, a causa tem que ser “racismo”;

- se estudantes de alguma minoria são desproporcionalmente castigados na escola, a causa tem que ser “racismo”, mesmo se os próprios professores envolvidos pertencem a mesma minoria;

- se resultados de testes – tanto nas escolas como no setor privado – são diferentes por grupos raciais, é evidência que os testes são culturalmente tendenciosos, mesmo que as questões com as maiores disparidades sejam as com menos conteúdo cultural.

Não é preciso dizer que nenhuma dessas declarações é defensável, mas é preciso acreditar em todas elas. Céticos, logicamente, são “racistas”.

As seguintes opiniões ou proposições foram todas declaradas “racistas” em um momento ou outro, por uma fonte ou outra:

- ação afirmativa é indesejável;

- leis antidiscriminação são uma violação dos direitos de propriedade privada e da liberdade de contrato;

- Brown vs. Board of Education foi baseado em falhas de raciocínio;

- a extensão do racismo na sociedade americana é exagerada.

Alguém poderia desenvolver estas declarações sob as mais variadas bases. Porém, já que de acordo com websites esquerdistas bem populares como Daily Kos, ThinkProgress e Media Matters, é “racista” acreditar em qualquer uma delas, não importa quais sejam seus argumentos. Você é um “racista”. Proteste o quanto quiser, mas quanto mais tentar, mais os comissários te difamam e ridicularizam. Você pode fazer parecer que tenha razões logicamente consistentes e moralmente impecáveis para justificar suas opiniões, mas tudo isso não passa de cortina de fumaça para o “racismo”, no que tange aos comissários. A única maneira de satisfazê-los é abandonando suas opiniões (e mesmo assim eles ainda irão pôr em dúvida sua sinceridade), mesmo que você não tenha vergonha delas.

Então, acusações de “racismo” quase sempre envolvem tentativas de leitura de mentes – e.g., aquela pessoa alega ser contra leis antidiscriminação por causa de algum tipo de princípio, mas sabemos que é porque ele é um racista.

Ver libertários, que deveriam ter uma maior noção das coisas, embarcando no trem do controle de pensamento, ou fingindo que todo esse tema é sobre a liberdade de ser um imbecil, é extremamente tacanho e lastimável. O estado usa a fraude do “racismo” como justificção para mais crescimento do seu poder sobre a educação, o emprego, a distribuição de riqueza e muitas outras coisas. Enquanto isso, ele silencia os críticos da violência estatal com a palavra mágica e nunca definida “racismo”, uma acusação que o crítico tem que passar o resto da sua vida tentando contestar, apenas para descobrir que os vigaristas raciais não irão retirar a maldição até que ele se humilhe completamente e repudie toda sua filosofia.

Se ele tentar se defender alegando que ele tem grandes amigos que pertencem aquele grupo, ele é acusado de ódio, ele será ainda mais ridicularizado. A seguir Rothbard novamente:

Eu também gostaria de florear um ponto: Por toda a minha vida ouvi anti-antisemitas ridicularizarem gentios que, ao se defenderem de acusações de antissemitismo, protestaram dizendo que “alguns dos meus melhores amigos são judeus”. Esta frase é sempre ridicularizada, como se uma simples ridicularização fosse uma refutação de um argumento. Mas me parece que a ridicularização é normalmente usada aqui precisamente porque o argumento é conclusivo. Se alguns dos melhores amigos do Senhor X são realmente judeus, é absurdo e autocontraditório acusa-lo de ser antisemita. E isso deveria se encerrar aí.

É difícil discordar de Rothbard nessa. Se alguém foi acusado de não gostar de carne, mas pudermos demonstrar que ele gosta muito de hambúrgueres e bolo de carne, isto iria virtualmente destruir a acusação, não?

Não conheço ninguém que odeie grupos inteiros de pessoas, e as que o fazem são uma minoria tão minúscula que suas organizações são formadas por partes iguais de lunáticos e informantes do FBI. Do mesmo modo, não conheço ninguém que defenda o uso de violência oficial contra grupos específicos.

Deveríamos querer tratar as pessoas com justiça e respeito. Qualquer pessoa decente sente que deveria ser assim. Mas como e quando a “igualdade” entrou no jogo, excetuando-se o trivial e óbvio sentido libertário que devemos todos igualmente abster-se de agredir um ao outro?

O que o estado mais gosta é declarar guerra: contra as drogas, ou o terrorismo, ou a pobreza, ou a “desigualdade”. O estado ama a “igualdade” como um princípio organizacional, porque ela nunca pode ser alcançada. E no curso de se tentar, o estado adquire cada vez mais poder sobre cada vez mais práticas e instituições. Qualquer um que questione a premissa da igualdade é açoitado para fora da sociedade “civilizada” – uma bela fraude ela é, e sem dúvida não é um lugar para libertários.

Se é a igualdade material que queremos, ela iria desaparecer no momento que fosse alcançada, assim que as pessoas retomassem seus padrões de gastos normais e os bens e serviços oferecidos por algumas pessoas fossem mais valorizados do que os oferecidos por outras. Se é “igualdade de oportunidades”, então teríamos que abolir a família, como tantos planos socialistas seriamente contemplaram, já que as condições domésticas possuem um grande peso no sucesso dos filhos.

É claro que nos opomos a desigualdade que resulta de privilégios estatais especiais gozados por certas pessoas e grupos. Mas a verdadeira questão aqui não é a desigualdade per se, mas justiça e propriedade privada.

Até mesmo o velho ditado sobre igualdade na visão de Deus não está certo. Erik von Kuehnelt-Leddihn, o tradicional católico e liberal clássico, notou que Judas, que traiu Cristo, não era de nenhuma forma “igual” ao amado discípulo, e que as origens da “igualdade” estavam na ânsia de Lúcifer ser igual a Cristo. Ele acrescentou:

O igualitarismo, na melhor das hipóteses, não passa de hipocrisia; se é aceito e acreditado de

coração, sua ameaça é maior. Deste modo, todas as desigualdades reais parecem sem exceção serem injustas, imorais e intoleráveis. Ódio, infelicidade, tensão, uma inadaptação geral é o resultado. A situação é ainda pior quando esforços brutais são feitos para estabelecer a igualdade através de um processo de nivelamentos artificiais (“engenharia social”) que só pode ser feito através da força, restrições, ou terror, e o resultado é a perda completa da liberdade.

Portanto, se queremos ser livres, temos que evitar o estado, seus métodos, e sua linguagem.

Hoje em dia, praticamente todo grupo concebível é rápido em alegar discriminação. Infelizmente, os velhos não são exceção. Com relação à questão da discriminação etária, a Suprema Corte americana, em um recente caso (*Meacham versus Knolls*), disse que o ônus da prova cabe ao empregador. Se uma empresa demitir muitas pessoas velhas (o que significa, inacreditavelmente, pessoas acima dos 40), ela estará sob a mira do judiciário, e deverá provar que outros fatores além da idade explicam a discrepância. Caso contrário, os tribunais vão decidir em favor dos querelantes e as empresas serão obrigadas a ceder, mesmo que isso signifique sua falência.

A lei da discriminação etária em questão já data de 40 anos e é parte arraigada de toda a maquinaria de planejamento social conduzida pelos tribunais. Essa decisão é apenas mais um passo rumo ao controle governamental completo da sociedade. Só que o real problema é outro, e ainda mais básico. Voltemos um pouco e pensemos sobre o que significa o governo criar e executar essa lei.

Relações trabalhistas são tão complexas quanto quaisquer relações humanas. Existem muitas razões pelas quais as pessoas decidem se querem ou não se associar. Como você decide quem convidar para um aniversário? Quais os critérios que você utiliza? Há uma escassez inevitável de espaço e comida, portanto você tem de discriminar de alguma forma, você tem de seguir critérios. Não há escolha quanto a isso.

Pense na última festa que você deu. Algumas pessoas você não convidou simplesmente porque você não as tolera, por várias razões. E algumas outras você

não convidou simplesmente por saber que elas não se dão bem com um determinado grupo, que foi convidado. E outras você queria convidar, mas não pôde, porque você tinha de reduzir a lista em algum lugar.

Agora, imagine que o governo indique um planejador de festas que diz que você vai poder convidar quem você quiser, desde que uma condição seja seguida: você não pode deixar de convidar alguém baseando-se na cor do cabelo. Pode ser que você nunca tenha imaginado pensar nesse critério. Mas agora você tem de segui-lo. E aí você percebe que não tem nenhum ruivo na sua festa, para seu desespero.

E se esse fato for tomado como uma evidência de que você está discriminando? Será que vão pensar isso? Você não tem como saber ao certo. Você pensa de novo: mesmo que não haja nenhum ruivo na festa, você certamente não deixou de convidar algum por causa da cor do seu cabelo. Existem outros fatores, muitos outros fatores para mencionar. De qualquer forma, como é possível o planejador de festas do estado saber ao certo quais são as suas motivações? Não é assombroso imaginar que uma agência governamental teria a presunção de ler a sua mente, conhecer seu coração e discernir suas mais recônditas emoções e motivações?

Na verdade, isso é totalitário.

Exatamente o mesmo ocorre quando o governo se intromete nas relações de trabalho. Existe uma infindável variedade de fatores que formam a composição da força de trabalho de uma única empresa. Qual será o resultado dessa mistura não é algo que você pode planejar inteiramente. O resultado pode ser ditado por qualquer um dos milhões de fatores sendo considerados, dependendo do tempo e do lugar.

O estado diz que você, o empregador, não pode discriminar baseando-se na idade. Ótimo, você diz. Você jamais pensaria em fazer isso. Você só quer um trabalho bem feito. Mas digamos que sua empresa trabalha muito com novas tecnologias. Todos os funcionários devem apresentar grande habilidade em linguagem de programação e devem ser capazes de se adaptar rapidamente a novas interfaces e inovações.

Isso não tem relação direta com a idade. Uma pessoa de 60 anos pode, a princípio, ser perfeita para o trabalho. Mas acontece que os mais novos têm mais habilidades tecnológicas do que os mais velhos. A sua força de trabalho, portanto, está repleta de pessoas com menos de 40. Eis que então vem uma recessão criada pelo Banco Central, o que obriga você a ficar apenas com os melhores programadores. Os outros, pessoas que normalmente estão acima dos 40, são demitidos.

Você discriminou baseando-se na idade? Não na sua mente. Você está pensando apenas em termos de habilidades profissionais e lucratividade. Mas do ponto de vista de um planejador governamental que segue um programa político, a coisa é diferente. Olhando friamente os fatos, parece um caso óbvio de discriminação etária.

Com essa recém decisão judicial, o ônus da prova cabe a você. É você quem tem de provar que a demissão se deu por outros critérios. Mas será que é possível demonstrar algo como a ausência de uma motivação? OK, é possível ou até provável que você possa ser capaz de mostrar que outros fatores além da idade foram a principal razão para a disparidade nas demissões. Mas é uma questão de adivinhação saber se os tribunais ou a Comissão Pela Igualdade de Oportunidade de Emprego vão acreditar em você.

A única maneira de estar completamente fora de perigo é recheando sua força de trabalho com pessoas contratadas porque são mais velhas. Exatamente por ter de provar que você não está discriminando contra um grupo, você passa a ser obrigado a discriminar a favor daquele grupo. E ao fazer isso, você está necessariamente discriminando contra outros grupos, já que pessoas mais novas serão rejeitadas para poder dar espaço para o grupo mais velho.

Mas esse não seria um caso de discriminação etária “reversa”? É claro que sim. Afinal, todo mundo passa a ser ou jovem ou velho. Sem meio termo. E mais: a acusação de que o empregador está tomando decisões de acordo com a idade poderá ser forjada para qualquer situação imaginável. O que estamos vendo aqui é um incrível imbróglio criado inteiramente por um estado que se auto-presume a capacidade e o direito de ler mentes como se fosse um clérigo hindu ou um adivinho místico. O estado designou para si próprio poderes super-humanos, e cabe a você obedecer.

Em contraste, eis o que o livre mercado permite. Empregadores podem contratar ou demitir por qualquer razão que queiram. Eles podem ser tendenciosos, fanáticos ou ter uma capacidade falha de julgamento – mas o julgamento deve ser feito pelo empregador. O mesmo é válido para os empregados. Eles podem sair do emprego quando quiserem, e por qualquer razão – inclusive por discriminarem contra alguma característica do patrão.

Imagine se o estado dissesse que você não pode se demitir de um emprego se o motivo para tal for o fato de você não gostar da idade, da raça, da religião ou do sexo do seu patrão. Se essa for a sua única razão, negativo. Você tem de continuar trabalhando lá. Todos nós admitiríamos que esse seria um caso de servidão involuntária, certo? Trata-se de um ataque à liberdade. Então por que não vemos que o mesmo é válido para o empregador?

Em uma ambiente onde impera a liberdade, se um empregador decidir, sem qualquer razão aparente, que seus empregados não devem ter mais de 40 anos, esse é o seu julgamento. Não é de mais ninguém. Se essa decisão for ruim, a concorrência vai se aproveitar desse erro, vai contratar as pessoas que foram rejeitadas e vai adquirir uma vantagem no mercado.

Um último ponto a respeito do empregado. Você iria querer trabalhar para uma empresa que realmente não lhe quer lá, que só está lhe dando esse emprego por medo da burocracia governamental? Creio que essa não seja a receita para uma vida feliz. Uma vida feliz surge ao se permitir liberdade máxima de associação e escolha – uma liberdade que se aplica a todos e em quaisquer circunstâncias, sem exceção.

E quanto aos deficientes? Na década de 1930, a grande desculpa para a mendicância era o desemprego. Na década de 1960, pobreza. Mas no século XXI repleto de vítimas, isso se resume em uma palavra: deficiência, e que palavra absurda.

Deficiência: aquém da capacidade média para realizar uma tarefa, qualquer tarefa. Assim como a capacidade é uma característica humana universal, a deficiência também o é. Quantos professores titulares neste país podem jogar vôlei? Quantos atletas olímpicos um dia serão professores titulares? Todo mundo é deficiente de alguma forma particular.

A ideia de que uma deficiência como tal deve marcar uma pessoa como vítima deriva de uma suposição igualitária maluca, ou seja, que todas as pessoas devem ter exatamente a mesma capacidade para realizar toda e qualquer tarefa. Um marxista ou leninista pode invocar tal fantasia, mas é totalmente estranha à experiência humana normal.

Sim, existem pessoas que são, no geral, mais deficientes e existem aquelas que são, no geral, mais capazes. Mas isso não impede que as pessoas cooperem em benefício mútuo. A questão da liberdade e da divisão do trabalho é que as pessoas descubram suas próprias vantagens comparativas e habilidades e se concentrem nelas, evitando áreas onde são, comparativamente, menos qualificadas. Graças ao livre mercado, há um lugar para todos dentro deste sistema brilhante.

Em seguida, entra o estado. O estado diz: não, sua falta de habilidade em uma determinada área lhe dá direito à propriedade de outros. Você não tem valor que o estado não conceda a você. Seu *status* com o estado lhe dá o direito de se impor aos empregadores. Ele lhe dá o direito de viver da fartura da terra e não trabalhar, desde que consiga reunir emoção suficiente para convencer um juiz administrativo de sua situação.

Esse sistema maluco tem uma longa história, mas realmente decolou desde que o último presidente Bush fez tanto alarido sobre a Lei dos Americanos com Deficiências. Essa lei já é problema suficiente para as empresas americanas, mas o efeito maior foi político-cultural. Dizia a toda uma geração de trabalhadores que, se você descobrir algo sobre você que seja um pouco desconfortável, isso pode lhe dar o direito a uma aposentadoria precoce.

Você acha desconfortável sentar-se por seis horas seguidas durante um dia de trabalho de oito horas, ou ficar em pé por duas horas seguidas? Se você conseguir pensar em circunstâncias nas quais a resposta seja sim, provavelmente você tem direito a um cheque gordinho do governo e a todos os benefícios médicos que puder usar.

O mesmo vale para a grande trapaça de nossa época: a deficiência mental. Não que haja dúvidas de que muitas pessoas sofrem de graves deficiências mentais (veja o Poder Executivo!). Mas as burocracias não estão em posição de julgar o mérito científico de cada caso, e assim, inevitavelmente, toda a questão se torna

política. E se você duvida que a deficiência mental é uma doença pela qual toda a riqueza nacional deve ser redistribuída, você é um diabrete sem coração.

Em dez anos, a quantia transferida de sua carteira para aqueles que vivem de reivindicações de invalidez mais que dobrou e se tornou o maior programa de apoio à renda no orçamento federal (US\$ 60 bilhões), maior do que o seguro-desemprego ou o vale-refeição.

É assim que funciona. Digamos que você seja um trabalhador pouco qualificado que perde o emprego. Você está sentado em casa tentando descobrir o que fazer. Antigamente, a resposta era: saia e arrume outro emprego, mesmo que isso signifique baixar o preço do seu trabalho.

Depois da Grande Sociedade¹¹, sempre houve a opção de ser sustentado pelo sistema de bem-estar social. Mas naqueles dias havia muitas condições para entrar nesse sistema. Os benefícios não são fabulosos, e os burocratas o incomodam para fazer coisas como inscrever-se em um programa de treinamento profissional.

Depois de 1990, a notícia se espalhou: a deficiência é a fonte de renda mais confiável. Tudo o que você precisa fazer é uma afirmação impossível de se refutar. O número esmagador de solicitações de deficiência reduz-se a duas fontes essenciais: problemas nas costas e deficiência mental. Quem pode dizer que você não tem problemas nas costas? Na verdade, existe alguém com mais de 40 anos que *não* tem algum tipo de problema nas costas? Quanto à deficiência mental, nada como mãos ociosas para criar a ilusão de um grave problema mental.

Não é bem um golpe total. A maioria dos parasitas sociais está totalmente convencida de que tem um problema que justifica receber um cheque. Você pode tentar fazer isso sozinho. Da próxima vez que você for ao shopping, suba em cima de um banco, agite cinco notas de cem dólares e diga: se alguém tiver problemas nas costas, este dinheiro é seu. Se você tivesse um pote ilimitado de dinheiro dos contribuintes, poderia destruir US\$ 60 bilhões em uma tarde.

¹¹ A Grande Sociedade foi uma série de programas domésticos adotada pelo presidente dos Estados Unidos Lyndon B. Johnson em 1964–65. Seus objetivos declarados eram eliminar a pobreza e a injustiça racial.

Nenhuma discussão sobre deficiência está completa sem chamar a atenção para o papel dos advogados. Escritórios de advocacia inteiros foram estabelecidos e lucraram com o acompanhamento de reivindicações por deficiência nos tribunais. Se Cristo pediu a seus discípulos para serem pescadores de homens, esses escritórios de advocacia são pescadores de vítimas e usam seu dinheiro como isca.

Se o *New York Times* estiver certo ao dizer que a deficiência está crescendo a taxas alarmantes e sem fim, pode chegar o tempo em que todo o estado de bem-estar social americano será reformulado como um fundo igualitário de assistência à deficiência. E quem está disposto a enfrentar isso? Quem está disposto a arrancar a máscara do movimento da deficiência e expô-lo como a trama proto-socialista que é?

Vamos tirar algumas lições. Em primeiro lugar, não basta reformar a previdência. Deve ser abolida, para que os mesmos programas não sejam reinventados sob uma nova lógica. Em segundo lugar, o bem-estar social dos republicanos (o Partido Republicano deu o maior estímulo à fraude de deficientes físicos) é tão ruim ou pior do que qualquer forma democrata. Terceiro, a máquina de roubar e pagar do estado é incrivelmente criativa em usar até mesmo a menor fatia para acumular poder massivo, neste caso, usar a classe trabalhadora para saquear a classe média para financiar a classe superior.

No primeiro dia das audiências de Clarence Thomas, Joe Biden acenou com uma cópia de *Takings* da University of Chicago do professor de direito e economista Richard Epstein. No trabalho, Epstein argumentou que o estado regulador do bem-estar social é inconstitucional. Um apoplético Biden exigiu que Thomas repudiasse *Takings*, o que ele fez rapidamente.

Se *Takings* deixou Biden louco, mal posso esperar para vê-lo com uma cópia do último livro de Epstein, *Forbidden Grounds*, que defende a revogação de todas as leis anti-discriminação, incluindo a Lei dos Direitos Civis de 1964.

Quando essa lei foi aprovada, foi-nos prometido um novo mundo de relações raciais felizes; 54 anos depois, a amargura entre as raças é a norma, principalmente no local de trabalho.

A única solução proposta é mais intervenção governamental. Estamos realmente condenados a uma série de projetos de direitos civis cada vez mais draconianos e rebuscados? Sim, diz Epstein, a menos que neguemos ao governo o poder de impor o que é, de fato, planejamento racial central na economia. As leis de direitos civis nos tornaram mais pobres e raivosos, ao mesmo tempo que reduziram a eficiência, minaram o mérito e expandiram o poder burocrático. Elas devem, ele mostra, ser descartadas.

Então, algumas pessoas não discriminarão? Claro, diz Epstein, mas e daí? Se um salão de beleza negro deseja excluir cabeleireiros brancos, tudo bem. Se um restaurante asiático deseja uma força de trabalho homogênea, tudo bem. As empresas são mais do que unidades de produção abstratas; elas são microculturas. Gostos, valores e tradições compartilhados podem ajudar uma empresa a atrair o mercado mexicano, por exemplo. Por que deveria ser forçada a contratar anglos, especialmente porque o livre mercado garante a todos um lugar na divisão do trabalho?

Mas isso é justo? Epstein diz que sim. Justiça significa liberdade de possuir propriedade e de contratar. Ambos exigem a revogação das leis anti-discriminação.

A menos que o façamos, teremos uma paralisia gradual do mercado de trabalho. Até mesmo a supostamente anti-cotas da Lei dos Direitos Civis de 1964 as decretou efetivamente. Quando os promotores acharam difícil provar más motivações por firmas “não diversificadas”, os burocratas começaram a brincar de Conte as Minorias e os empresários foram forçados a adotar cotas.

Ironicamente, isso prejudicou os mais vulneráveis. Para preencher suas cotas, os empregadores procuram apenas as minorias mais capazes. Outras são evitadas, não importa a categoria de trabalho, já que há menos chance de dar certo, e demitir qualquer membro de uma minoria protegida pelo governo federal — não importa o quão incompetente — pode significar um processo federal.

Epstein também nos faria reavaliar os políticos que se opuseram ao ato de 1964; eles previram cotas e engenharia social para toda a economia. Mas mesmo o mais presciente não previu a proibição de testes escritos que falham em produzir pontuações racialmente proporcionais, ou a proibição das regras da

empresa contra a contratação de ex-presidiários, uma vez que mais negros se enquadram nessa categoria do que brancos.

Além disso, Epstein mostra que o dano é causado por todas as leis anti-discriminação, seja com base em raça, idade, sexo ou deficiência. Portanto, todas elas devem ser eliminadas.

A aposentadoria compulsória, por exemplo, é uma parte essencial do livre mercado. Você sabe, quando for contratado, que a partir de certa idade terá que se aposentar. Na margem, os empregadores querem ter a opção de contratar funcionários mais jovens, que têm maior probabilidade de ser produtivos nos próximos anos. Nem sempre funciona assim, é claro, mas esses padrões são mais eficientes do que determinações caso a caso.

Aposentar um idoso não é expulsá-lo da divisão do trabalho ou julgá-lo incompetente. Ele pode conseguir outros empregos em outras funções, se desejar, e será poupado da humilhação de uma audiência de competência.

O governo diz que a idade de aposentadoria compulsória discrimina os idosos, como é óbvio que o fazem. Essa regra pressupõe que os idosos são diferentes dos mais jovens, algo que o governo se recusa a reconhecer. O governo afirma que não há diferença, mas se isso fosse verdade, os empregadores privados não discriminariam e não haveria problema.

O que vem depois? Leis que proíbem a discriminação contra os jovens? Na verdade, é exatamente o oposto, já que o governo se recusa a permitir que qualquer pessoa com menos de 16 anos trabalhe para viver.

A intervenção do governo nos contratos de trabalho é particularmente flagrante nas universidades. A Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego está tentando abolir a aposentadoria obrigatória para professores titulares. Emendas à lei contra a discriminação por idade em 1986 isentaram as universidades até 31 de dezembro de 1993, mas a EEOC não esperou.

Como Epstein observa, “O funcionamento interno das universidades (especialmente as universidades de pesquisa proeminentes) sofrerá se a

aposentadoria compulsória for eliminada — mais, eu suspeito, do que a maioria dos pessimistas temem”.

Dada a estabilidade, que tende a diminuir a produtividade de qualquer maneira, a aposentadoria compulsória é a única maneira de preservar a vitalidade intelectual das universidades. A rescisão automática do mandato permite que todas as partes evitem avaliações intermináveis de colegas e administradores que poderiam causar apenas amargura e ódio. Se o governo proibir o término do mandato, jovens promissores acadêmicos em economia e outras disciplinas serão excluídos.

Tão absurdas são as regras da EEOC que, se uma universidade montasse um painel para revisar o status de seu corpo docente mais antigo, isso seria uma violação dos regulamentos anti-discriminação.

O governo esquece que muitos professores cujo mandato é encerrado dentro do prazo, encontram cargos docentes em outras universidades, se assim o desejarem. Um caso em questão é o professor de filosofia Paul Weiss, cujo mandato em Yale terminou em 1969. Ele foi para a Universidade Católica. Até os 91 anos, a universidade o mantinha com um contrato ano a ano. Ele exigia que alunos de pós-graduação o ajudassem a se locomover e fazer suas compras e não conseguia ouvir muito bem.

Quando a universidade procurou colocar Weiss em um contrato de meio período, ele alegou discriminação por idade. Sim, mas e daí?

William F. Buckley, Jr., no entanto, adotou a visão progressista de esquerda. Esta é apenas mais uma prova de que, como diz Epstein, todas as leis contra a discriminação etária devem ser "revogadas imediatamente". Como outras leis anti-discriminação, elas são um ataque à propriedade, ao mercado livre e à liberdade de contrato. Elas servem a interesses especiais e ao poder do Estado, colocando os negros contra os brancos, os homens contra as mulheres e os jovens contra os velhos.

Se este livro não for queimado pela ACLU¹², ele alterará permanentemente o debate sobre os direitos civis. Por isso, Epstein merece o Pulitzer¹³. Mas, dado o clima de hoje, ele pode ter que se contentar com a saliva escorrendo pelo queixo de Biden enquanto ele lê *Forbidden Grounds*. Afinal, uma denúncia de Joe Biden só pode aumentar as vendas.

Murray Rothbard deixou claro a natureza do fanatismo que está por trás do desejo da esquerda de impor seus valores sobre nós e destruir a liberdade ao fazê-lo:

Há algum tempo venho martelando no tema de que o principal problema cultural e político de nosso tempo não é o "humanismo secular". O problema de fazer do secularismo o foco central da oposição é que, por si só, o secularismo careceria totalmente do fanatismo, da energia demoníaca, do impulso contínuo e permanente de assumir e refazer a cultura e a sociedade, que marcou a esquerda por dois séculos. Logicamente, seria de se esperar que um humanista secular fosse um cético passivo, pronto para se adaptar a quase qualquer estado de coisas existente; David Hume, por exemplo, um desastre filosófico, mas silenciosamente benigno em questões sociais e políticas, parece ser um caso típico. Dificilmente uma ameaça política e cultural.

Não: a marca registrada e o impulso fanático da esquerda nos últimos séculos foi dedicar energia incansável para realizar, o mais rápido possível, sua própria versão igualitária e coletivista de um Reino de Deus na Terra. Em suma, esse movimento verdadeiramente monstruoso é o que pode ser chamado de "pós-milenista de esquerda". É messiânico e pós-milenista porque o Homem, não Cristo ou a Providência, deve trazer o Reino de Deus na Terra (RDT), ou seja, na versão cristã, que

¹² *American Civil Liberties Union* — A União Americana pelas Liberdades Civis é uma ONG norte-americana sediada na cidade de Nova Iorque cuja missão é "defender e preservar os direitos e liberdades individuais garantidos a cada pessoa neste país pela Constituição e leis dos Estados Unidos".

¹³ O Prêmio Pulitzer é um prêmio estadunidense outorgado a pessoas que realizem trabalhos de excelência na área do jornalismo, literatura e composição musical. É administrado pela Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque.

Cristo só deve retornar à terra depois que o Homem tiver estabelecido o RDT de 1.000 anos. É esquerdista porque, nesta versão, o RDT é igualitário e coletivista, com a propriedade privada erradicada e o mundo sendo governado por um quadro ou vanguarda de santos.

Durante a década de 1820, as igrejas protestantes nos estados do norte dos Estados Unidos foram dominadas por uma onda de fanáticos pós-milenistas determinados a impor aos governos locais, estaduais e federais, e até mesmo em todo o mundo, sua própria versão de um RDT estatista teocrático. Um grupo etnocultural “ianque” originou-se na Nova Inglaterra e migrou para se estabelecer nas áreas do norte de Nova York e nos estados do Meio-Oeste. Os ianques foram movidos pela convicção fanática de que eles próprios não poderiam alcançar a salvação a menos que fizessem o melhor para maximizar a de todos os outros: o que significava, entre outras características, dedicar suas energias para instituir a sociedade sem pecado do RDT.

Essas novas igrejas protestantes ianques mainstream sempre foram estatistas, mas a maior ênfase nas primeiras décadas foi erradicar o “pecado”, sendo o pecado amplamente definido como virtualmente qualquer forma de prazer. Nos últimos anos do século XIX, entretanto, o coletivismo econômico recebeu atenção crescente desses protestantes milenaristas de esquerda, e as preocupações estritamente teológicas e cristológicas gradualmente desapareceram, culminando no movimento explicitamente socialista do Evangelho Social em todas as igrejas protestantes. Embora todas as denominações protestantes ianques tenham sido infectadas e dominadas pelo milenismo de esquerda, essa heresia prevaleceu quase totalmente na Igreja Metodista.

A academia passou por uma transformação notável nos últimos anos. Dê uma olhada no catálogo da Duke University Press, que já foi uma editora de

prestígio. Hoje ele apresenta tiradas solipsistas¹⁴ de terceira categoria, obcecado por raça, obcecado por sexo, disfarçadas de bolsa de estudos.

Vamos dar uma olhada. Entre *Jesus e o mercado: as emoções que importam na América de direita*, Linda Kintz questiona por que "tantas mulheres são atraídas pelo" cristianismo conservador, visto que é "uma filosofia anti-mulher". E ela critica a esquerda por "subestimar o poder" de ameaças públicas como milícias, Rush Limbaugh e grupos que promovem o "empreendedorismo cristão".

Por mais revelador que o tratado de Kintz deva ser, é superado por *Além da branquitude da branquitude*, de Jane Lazarre. Esta é sua "memória de como chegar a um acordo com" a realidade de que, embora seu pai seja negro, sua mãe seja judia e seu marido seja negro, ela não é negra, mas branca, ou pelo menos é o que seu filho birracial lhe revela. Esta "dolorosa verdade" informa sua "poderosa meditação sobre a maternidade e o racismo na América".

Ela tem uma camarada em Katya Gibel Azoulay, que escreveu outro clássico, *Negro, Judeu e Interracial: Não é a cor da sua pele, mas a raça de seus parentes e outros mitos de identidade*. Este trabalho Entre Deus e *Gangsta Rap*. Pense em ambos como volumes complementares a *Deslocando a branquitude*, editado por Ruth Frankenberg, que por sua vez é elogiado como "excelente" por David Roediger, autor de *Pela abolição da branquitude*.

Depois, há o clássico *Contemplando romances: as leituras queer de ficções*, editado por Eve Kosofsky Sedgwick. Os colaboradores "exploram mundos queer¹⁵ de sabor, textura, alegria e tédio, focando em assuntos como açoitamento, magia, exorcismo, dança, desejo sionista e sexualidade na Internet". Com 520 páginas, a editora sugere que é "essencial para todos os críticos literários".

¹⁴ Solipsismo (do latim "solu-, «só» +ipse, «mesmo» +-ismo") é a concepção filosófica de que, além de nós, só existem as nossas experiências. O solipsismo é a consequência extrema de se acreditar que o conhecimento deve estar fundado em estados de experiência interiores e pessoais, não se conseguindo estabelecer uma relação direta entre esses estados e o conhecimento objetivo de algo para além deles. O "solipsismo do momento presente" estende este ceticismo aos nossos próprios estados passados, de tal modo que tudo o que resta é o eu presente.

¹⁵ *Queer* é um termo guarda-chuva para minorias sexuais e de gênero, ou seja, que não são heterossexuais ou não são cisgênero. Originalmente significando "estranho" ou "peculiar", *queer* era usado pejorativamente contra aqueles com desejos ou relações homossexuais no final do século XIX.

De fato, pode ser, que é tudo o que precisamos saber sobre crítica literária e a academia moderna. É possível, hoje em dia, que um aluno conclua a graduação e a pós-graduação sem precisar saber nada sobre história americana e europeia, direito constitucional, literatura ocidental, economia ou filosofia política.

Graças à proliferação de guetos acadêmicos eletivos dentro da universidade, os alunos podem se isolar em uma série de campos falsos. E a mensagem em cada um é de malícia: odeie a civilização burguesa e as ideias e literatura que a geraram. Prolongue esse pensamento e você obterá um "A" na maioria das provas. Ironicamente, quanto mais prestigiosa a escola, mais malévolo é o ensino.

Como podemos explicar o desmoronamento da educação em artes liberais? Não é, como muitos críticos conservadores sugerem, devido a uma misteriosa evaporação dos textos canônicos. Esse problema pode ser facilmente resolvido por meio de artifícios como "padrões nacionais". O problema tem raízes mais profundas em três mudanças institucionais que afligiram a academia desde o New Deal até o presente: democratização (1930-1960), ação afirmativa (1964-1985) e polilogismo (1987-presente).

Era um componente básico da vida econômica americana, desde a fundação até bem recentemente, que cada geração estaria em melhor situação do que a anterior. O nível de educação que cada geração poderia alcançar era um reflexo da crescente prosperidade que o capitalismo tornou possível. Mas com o tempo, causa e efeito foram revertidos: em vez de ver como a prosperidade gerava um público mais educado, acreditou-se amplamente que a educação por si só criava prosperidade.

O mito da educação ganhou força com a chegada da Grande Depressão, quando os pais aspiravam a colocar seus filhos na faculdade como uma forma de escapar dos padrões de vida das classes mais baixas. A primeira vista, esta era uma suposição absurda. A educação está entre as atividades economicamente mais caras que uma pessoa pode realizar. O aluno deixa o mercado de trabalho durante o que, de outra forma, seriam seus anos mais produtivos. Ele se forma com conhecimentos ratificados que podem ou não ajudá-lo. Apenas alguns podem se beneficiar.

É por isso que, desde a Grécia antiga até o século XX, o ensino superior foi reservado para os segmentos mais ricos e inteligentes da população. O capitalismo tornou o segmento rico muito maior, mas não apagou e não poderia apagar as distinções entre as classes sociais e intelectuais. Mesmo nas sociedades mais livres, sempre existiu uma separação marcante entre uma classe educada e uma classe trabalhadora, uma separação que somente uma intervenção violenta no mercado poderia destruir.

E destruí-la. Os padrões acadêmicos começaram a se deteriorar já em meados da década de 1930, com o crescimento do ensino superior centralizado e financiado por impostos, e a democratização das instituições privadas de elite. O crítico cultural Albert Jay Nock percebeu isso desde o início. Ele escreveu no *Atlantic Monthly*, para grande choque dos leitores, que os padrões acadêmicos continuariam em sua trajetória descendente, na medida em que adotássemos a ideia de que todos são igualmente educáveis. O currículo seria diluído para sustentar essa mitologia.

A democratização recebeu um grande impulso após a Segunda Guerra Mundial, quando o projeto de lei GI despejou ajuda do governo nas universidades em montantes sem precedentes. O objetivo não era, como se supõe, dar aos soldados treinamento acadêmico para a vida civil. Os planejadores do governo temiam erroneamente as consequências de tantos novos ingressos na força de trabalho. O objetivo do projeto de lei GI¹⁶ era manter o maior número possível fora da força de trabalho, restringindo assim o desemprego. Na verdade, uma economia em crescimento e recentemente liberada foi capaz de absorver todos eles quase da noite para o dia. No entanto, o controle do governo seguiu o dinheiro do governo, como sempre acontece, e um legado do projeto de lei GI foi a nacionalização virtual dos conselhos de credenciamento e, portanto, a centralização dos padrões educacionais. Na época da revolução dos direitos civis no início dos anos 1960, as universidades se tornariam instrumentos de política racial federal e seu subtexto de ação afirmativa. Seguiram-se cotas nas admissões e, nas décadas seguintes, o

¹⁶ A Lei de Reajuste dos Militares de 1944, comumente conhecida como GI Bill, era uma lei que oferecia uma série de benefícios para alguns dos veteranos da Segunda Guerra Mundial que retornavam (comumente chamados de GIs). A GI Bill original expirou em 1956, mas o termo "GI Bill" ainda é usado para se referir a programas criados para ajudar alguns dos veteranos militares dos Estados Unidos.

que restava dos altos padrões da academia foi deixado de lado para cumprir metas igualitárias.

Era apenas uma questão de tempo até que os padrões igualitários invadissem a composição do próprio corpo docente. Grupos de interesses especiais argumentaram que é tão injusto ter professores predominantemente brancos quanto ter corpos estudantis predominantemente brancos, independentemente de haver mérito ou não.

A imposição do multiculturalismo — onde professores de ação afirmativa orientam alunos de ação afirmativa em graduações nas glórias da ação afirmativa — foi apenas a operação de limpeza. Claro, as editoras juntaram forças para produzir livros especializados para essas classes. Um dos resultados é o catálogo de livros Duke, nada atípico para uma imprensa acadêmica hoje em dia.

A chave para a compreensão do multiculturalismo é o clássico de 1957 de Mises, *Teoria e História*. Ele identificou um pressuposto central da teoria social marxista: o polilogismo, a visão de que os padrões de razão não são independentes de pessoa e lugar.

Notavelmente, já em 1949, Mises, escrevendo em *Ação Humana*, tinha visto como a esquerda aplicaria essa doutrina ameaçadora à teoria racial. Polilogistas raciais concordam com os nazistas, que disseram que havia uma maneira de pensar especificamente “alemã” que é válida em seus próprios termos. Os membros de grupos raciais também têm estruturas mentais diferentes e, portanto, todos os julgamentos sobre formas válidas e inválidas de raciocínio são arbitrários ou uma expressão de interesse próprio do grupo.

Na prática, isso resulta na exaltação do irracionalismo e na exigência de que qualquer teoria que afirme a universalidade da lógica e da verdade — ou seja, praticamente todo o pensamento ocidental — seja eliminada. Na academia moderna, onde o polilogismo atingiu o seu limite, só existe uma maneira inválida e até má de olhar o mundo: com olhos ocidentais usando conceitos ocidentais como verdade e razão.

Professores e alunos decentes foram submetidos a uma campanha de terror em nome dessa nova e perversa ortodoxia. O corpo docente conduz suas aulas da melhor maneira possível, evitando conflitos e processos judiciais; e os

estudantes sofrem com os acampamentos periódicos de reeducação ao estilo Pol-Pot¹⁷ após qualquer crise política.

Enquanto isso, professores não esquerdistas foram forçados a drenar o pensamento sério e sistemático de suas apresentações, por medo da polícia do pensamento polilologista. E os alunos foram forçados a sofrer em silêncio enquanto seu sonho de um verdadeiro aprendizado se transformava em um pesadelo politicamente correto.

Nas ciências sociais, a economia continua sendo uma das poucas disciplinas que não foi seriamente danificada pelo novo polilogismo. A profissão tem sua cota de economistas feministas, que afirmam que existe uma maneira específica de teorizar da mulher, mas a economia permaneceu praticamente intocada por esse absurdo. Ela tem seus próprios problemas — positivismo, técnicas de modelagem irreais e a mentalidade de planejamento — mas o aluno que gosta de economia é, em grande parte, poupado do polilogismo da academia moderna.

Na verdade, assim como é possível que os alunos façam apenas cursos politicamente corretos e leiam apenas livros no estilo Duke, também é possível que o aluno consciente os evite. É isso que o bom aluno deve fazer, ou corre o risco de perder anos de sua vida.

Além disso, para uma educação completa, não basta assistir às aulas apenas em campos que ainda não foram expurgados. Wilhelm Röpke comentou certa vez que um economista que só conhece economia nunca pode ser um bom economista. Para ser totalmente compreendida e aplicada de forma inteligente, a economia precisa de disciplinas como história, filosofia e história das ideias. Em suma, os economistas precisam de uma educação em artes liberais do tipo que Mises, Rothbard, Menger e Böhm-Bawerk tiveram.

Mas onde eles conseguirão isso hoje? Todos os verões, o Mises Institute realiza um programa intensivo que tenta, em pequena escala, suprir as deficiências da educação moderna. Os alunos que vêm até nós estão interessados em economia em parte porque ela *foi* poupada da paranoia multicultural. E embora eles estejam

¹⁷ Pol Pot foi um revolucionário e político cambojano que governou o Camboja como Primeiro Ministro do Kampuchea Democrático entre 1975 e 1979.

entre os alunos mais brilhantes da escola hoje, eles também não tiveram a oportunidade de enraizar a economia em uma visão de mundo mais ampla e sistemática.

Nosso corpo docente fornece isso, e vemos o valor de nossa universidade de verão sendo apreciado a cada ano. Isso é expresso nos formulários de avaliação dos alunos, que elogiam a abordagem destemida do corpo docente acima de tudo. Esses alunos normalmente continuam em seus estudos e obtêm as credenciais necessárias para entrar na vida acadêmica, ao mesmo tempo em que realizam programas de leitura separados para dar-lhes a base para o pensamento sério que a academia moderna lhes negou.

Ao contrário do pessimismo de muitos conservadores, não há motivo para desespero. Nossos programas são reforçados por professores dissidentes e currículos em faculdades e universidades independentes em todo o país. Essa força dissidente, e seus alunos, está crescendo a cada dia e exibe uma coragem guerreira.

Os sinais de sucesso estão ao nosso redor. Os melhores alunos não acreditam mais nas bobagens que lhes enfiam goela abaixo. Uma nova geração está se formando em meio aos excessos do igualitarismo, decidida a revertê-los.

No longo prazo, as ideias não podem governar apenas pela intimidação. Quando uma nova geração de professores corajosos e bem formados tem a maior parte da paixão intelectual a seu lado, seus oponentes podem ser derrubados.

Capítulo III

Imigração

Quer estejamos falando sobre imigração ilegal do México e da América Central, ou direito à cidadania por nascença, ou sobre os migrantes vindos do Oriente Médio e da África, o assunto da imigração tem sido notícia e amplamente discutido. É uma questão repleta de consequências potencialmente perigosas, por isso é especialmente importante para os libertários entendê-la corretamente.

Devo observar desde o início que, ao buscar a resposta correta para esse problema incômodo, não procuro reivindicar originalidade. Ao contrário, extraio muito do que se segue de duas pessoas cujo trabalho é indispensável para uma compreensão adequada da sociedade livre: Murray N. Rothbard e Hans-Hermann Hoppe.

Alguns libertários presumiram que a posição libertária correta sobre a imigração deve ser “fronteiras abertas” ou o movimento totalmente irrestrito de pessoas. Superficialmente, isso parece correto: certamente acreditamos em deixar as pessoas irem para onde quiserem!

Mas espere um minuto. Pense na “liberdade de expressão”, outro princípio que as pessoas associam aos libertários. Nós realmente acreditamos na liberdade de expressão como um princípio abstrato? Isso significaria que tenho o direito de gritar durante um filme, ou o direito de interromper um serviço religioso, ou o direito de entrar em sua casa e gritar obscenidades para você.

O que acreditamos são direitos de propriedade privada. Ninguém tem “liberdade de expressão” na minha propriedade, já que sou eu que estabeleço as regras e, em última instância, posso expulsar alguém. Ele pode dizer o que quiser em sua propriedade e na propriedade de qualquer um que se importe em ouvi-lo, mas não na minha.

O mesmo princípio é válido para a liberdade de movimento. Os libertários não acreditam em nenhum desses princípios de maneira abstrata. Não tenho o direito de entrar em sua casa, ou em seu condomínio fechado, ou na Disneyworld, ou em sua praia particular, ou na ilha particular de Jay-Z. Tal como acontece com a “liberdade de expressão”, a propriedade privada é o fator relevante aqui. Posso me mudar para qualquer propriedade que possuo ou cujo dono deseje me ter. Não posso simplesmente ir aonde eu quiser.¹⁸

Agora, se todas as parcelas de terra em todo o mundo fossem de propriedade privada, a solução para o chamado problema da imigração seria evidente. Na verdade, pode ser mais correto dizer que não haveria nenhum problema de imigração em primeiro lugar. Todo mundo que se muda para um lugar novo precisa do consentimento do dono do lugar.

Quando o estado e sua chamada propriedade pública entram em cena, entretanto, as coisas se tornam obscuras e é necessário um esforço extra para descobrir a posição libertária adequada.

Pouco antes de sua morte, Murray Rothbard publicou um artigo intitulado “*Nações por Consentimento: Decompondo o Estado-nação*”. Ele começou a repensar a suposição de que o libertarianismo nos comprometia com a abertura de fronteiras.

Ele observou, por exemplo, o grande número de russos étnicos que Stalin estabeleceu na Estônia. Isso não foi feito para que o povo báltico pudesse desfrutar dos frutos da diversidade. Nunca é feito por isso. Isso foi feito na tentativa de destruir uma cultura existente e, no processo, tornar um povo mais dócil e menos propenso a causar problemas para o império soviético.

Murray se perguntou: o libertarianismo exige que eu apoie isso, e ainda que celebre isso? Ou pode haver algo mais relacionado à questão da imigração, afinal?

E aqui Murray colocou o problema exatamente como eu coloco: em uma sociedade de propriedade totalmente privada, as pessoas teriam que ser convidadas para qualquer propriedade pela qual viajaram ou se estabeleceram.

¹⁸ Vide *Democracia: o deus que falhou* de Hans-Hermann Hoppe, cap. 7 e 8.

Se cada pedaço de terra em um país pertencesse a alguma pessoa, grupo ou corporação, isso significaria que nenhuma pessoa poderia entrar, a menos que fosse convidada a entrar e autorizada a alugar ou comprar uma propriedade. Um país totalmente privatizado seria tão fechado quanto os proprietários particulares desejassem. Parece claro, então, que o regime de fronteiras abertas que existe *de facto* nos EUA e na Europa Ocidental realmente equivale a uma abertura compulsória pelo estado central, o estado responsável por todas as ruas e áreas de terrenos públicos, e não reflete genuinamente os desejos dos proprietários.

Na situação atual, por outro lado, os imigrantes têm acesso a vias públicas, transporte público, prédios públicos e assim por diante. Combine isso com outras restrições do estado aos direitos de propriedade privada, e o resultado são mudanças demográficas artificiais que não ocorreriam em um livre mercado. Os proprietários são forçados a se associar e fazer negócios com indivíduos que, de outra forma, poderiam evitar.

“Proprietários de propriedades comerciais, como lojas, hotéis e restaurantes, não são mais livres para excluir ou restringir o acesso como quiserem”, escreve Hoppe.

Os empregadores não podem mais contratar ou despedir quem quiserem. No mercado imobiliário, os proprietários não são mais livres para excluir inquilinos indesejados. Além disso, os convênios restritivos são obrigados a aceitar membros e ações que violem suas próprias regras e regulamentos.

Hans-Hermann Hoppe continua:

Ao admitir alguém em seu território, o estado também permite que essa pessoa siga em estradas e terras públicas até a porta de todos os residentes domésticos, para fazer uso de todos os equipamentos e serviços públicos (como hospitais e escolas) e acessar todos os estabelecimentos comerciais, emprego e moradia residencial, protegidos por uma série de leis anti-discriminação.

É bastante fora de moda expressar preocupação com os direitos dos proprietários, mas quer o princípio seja popular ou não, uma transação entre duas pessoas não deve ocorrer a menos que ambas as pessoas queiram. Este é o próprio cerne do princípio libertário.

Para entender tudo isso e chegar à conclusão libertária apropriada, temos que olhar mais de perto o que a propriedade pública realmente é e quem, se houver alguém, pode ser considerado seu verdadeiro dono. Hoppe dedicou parte de seu próprio trabalho precisamente a essa questão. Há duas posições que devemos rejeitar: que a propriedade pública é propriedade do governo, ou que a propriedade pública não tem dono e é, portanto, comparável à terra no estado de natureza, antes que títulos de propriedade individuais para parcelas particulares de terra tenham sido estabelecidos.

Certamente não podemos dizer que a propriedade pública é propriedade do governo, uma vez que o governo pode não possuir nada legitimamente. O governo adquire sua propriedade à força, geralmente por meio de impostos. Um libertário não pode aceitar esse tipo de aquisição de propriedade como moralmente legítimo, uma vez que envolve o início da força (a extração de dólares de impostos) sobre pessoas inocentes. Consequentemente, os pretensos títulos de propriedade do governo são ilegítimos.

Mas também não podemos dizer que a propriedade pública *não tem dono*. A propriedade de um ladrão não é sem dono, mesmo que no momento não esteja na posse do legítimo proprietário. O mesmo se aplica à chamada propriedade pública. Foi adquirida e desenvolvida por meio de dinheiro tomado dos contribuintes. Eles são os verdadeiros donos.

(Esta, aliás, era a maneira correta de abordar a dessocialização nos antigos regimes comunistas da Europa Oriental. Todas essas indústrias eram propriedade das pessoas que haviam sido saqueadas para forma-las, e essas pessoas deveriam ter recebido ações na proporção de sua contribuição, na medida em que fosse possível determinar.)

Em um mundo anarco-capitalista, com todas as propriedades privadas, a “imigração” caberia a cada proprietário individual decidir. Agora, por outro lado, as decisões de imigração são tomadas por uma autoridade central, com os desejos

dos proprietários completamente desconsiderados. A maneira correta de proceder, portanto, é descentralizar a tomada de decisão sobre a imigração ao nível mais baixo possível, de modo que nos aproximemos cada vez mais da posição libertária adequada, na qual os proprietários individuais consentem com os vários movimentos dos povos.

Ralph Raico, nosso grande historiador libertário, escreveu certa vez:

A livre imigração pareceria estar em uma categoria diferente de outras decisões políticas, na medida em que suas consequências alteram permanente e radicalmente a própria composição do corpo político democrático que toma essas decisões. Na verdade, a ordem liberal, onde e na medida em que existe, é o produto de um desenvolvimento cultural altamente complexo. Pode-se perguntar, por exemplo, o que seria da sociedade liberal da Suíça sob um regime de "fronteiras abertas".

A Suíça é de fato um exemplo interessante. Antes de a União Europeia se envolver, a política de imigração da Suíça se aproximou do tipo de sistema que estamos descrevendo aqui. Na Suíça, as localidades decidiam pela imigração e os imigrantes ou seus empregadores tinham que pagar para admitir um futuro migrante. Dessa forma, os residentes poderiam garantir melhor que suas comunidades fossem povoadas por pessoas que agregariam valor e que não lhes apresentariam a conta de uma lista de "benefícios".

Obviamente, em um sistema de fronteiras puramente abertas, os estados de bem-estar social ocidentais seriam simplesmente invadidos por estrangeiros em busca de dólares de impostos. Como libertários, devemos, é claro, celebrar o fim do estado de bem-estar. Mas esperar que uma súbita devoção ao *laissez-faire* seja o resultado provável de um colapso do estado de bem-estar social é entregar-se a uma ingenuidade de um tipo especialmente absurdo.

Podemos concluir que um imigrante deve ser considerado "convidado" pelo simples fato de ter sido contratado por uma entidade patronal? Não, diz Hoppe, porque o empregador não assume o custo total associado ao seu novo

funcionário. O empregador externaliza parcialmente os custos desse empregado para o público contribuinte:

Munido de uma autorização de trabalho, o imigrante pode fazer uso gratuito de todos os serviços públicos: estradas, parques, hospitais, escolas, e nenhum proprietário, empresário ou associado privado está autorizado a discriminá-lo em relação a habitação, emprego, acomodação, e associação. Ou seja, o imigrante vem convidado com um pacote substancial de benefícios adicionais pagos não (ou apenas parcialmente) pelo empregador imigrante (que supostamente estendeu o convite), mas por outros proprietários domésticos como contribuintes que não tiveram voz no convite.

Essas migrações, em resumo, não são resultados de mercado. Elas não ocorreriam em um livre mercado. O que estamos testemunhando são exemplos de movimento subsidiado. Os libertários que defendem essas migrações em massa como se fossem fenômenos de mercado estão apenas ajudando a desacreditar e minar o verdadeiro livre mercado.

Além disso, como Hoppe aponta, a posição de “livre imigração” não é análoga ao livre comércio, como alguns libertários erroneamente alegaram. No caso de mercadorias serem comercializadas de um lugar para outro, há sempre e necessariamente um destinatário disposto. O mesmo não acontece com a “livre imigração”.

Com certeza, está na moda nos Estados Unidos da América rir de quem alerta sobre a imigração em massa. Por que somos lembrados que pessoas já fizeram previsões sobre as ondas anteriores de imigração e todos nós sabemos que não se tornaram realidade. Agora, por um lado, essas ondas foram todas seguidas por reduções rápidas e substanciais de imigração, durante as quais a sociedade se adaptou a esses movimentos populacionais do pré-estado de bem-estar social. Não há praticamente nenhuma perspectiva de tais reduções hoje. Por outro lado, é uma falácia a afirmação de que porque algumas pessoas incorretamente previram um resultado específico em um determinado momento, portanto, esse resultado é impossível, e qualquer um que alerte sobre isso é um tolo desprezível.

O fato é que o multiculturalismo politicamente imposto possui um histórico excepcionalmente desfavorável. O século XX assegurou que fracassos previstos se tornassem fracassos reais. Quer seja a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, a União Soviética ou o Paquistão e Bangladesh, ou a Malásia e Cingapura, ou os incontáveis lugares com divisões étnicas e religiosas que ainda não foram resolvidas até hoje, as evidências sugerem algo bastante diferente do conto da irmandade universal que é um elemento básico do folclore esquerdista.

Sem dúvida, alguns dos recém-chegados serão pessoas perfeitamente decentes, apesar da falta de interesse do governo dos Estados Unidos em encorajar a imigração entre os qualificados e capazes. Mas alguns não. As três grandes ondas de crimes na história dos Estados Unidos – que começaram em 1850, 1900 e 1960 — coincidiram com períodos de imigração em massa.

O crime não é a única razão pela qual as pessoas podem legitimamente desejar resistir à imigração em massa. Se quatro milhões de americanos aparecessem em Cingapura, a cultura e a sociedade daquele país mudariam para sempre. E não, não é verdade que o libertarianismo, nesse caso, exigiria que o povo de Cingapura desdenhasse e dissesse que foi bom ter nossa sociedade enquanto ela durou, mas todas as coisas boas devem ter um fim. Ninguém em Cingapura gostaria desse resultado e, em uma sociedade livre, eles o impediriam ativamente.

Em outras palavras, é ruim o suficiente termos que ser saqueados, espionados e chutados pelo estado. Também temos que pagar pelo privilégio do destrucionismo cultural, um resultado que a grande maioria dos pagadores de impostos não querem e impediriam ativamente se eles vivessem em uma sociedade livre e tivessem permissão para fazê-lo?

As próprias culturas com as quais se diz que os migrantes que chegam nos enriquecem não poderiam ter se desenvolvido se tivessem sido constantemente bombardeadas com ondas de imigração por povos de culturas radicalmente diferentes. Portanto, o argumento multicultural nem mesmo faz sentido.

É impossível acreditar que os EUA ou a Europa serão um lugar mais livre depois de várias décadas de imigração em massa ininterrupta. Dados os padrões de imigração que os governos dos EUA e da UE encorajam, o resultado a longo

prazo será tornar constituintes eleitorado do crescimento contínuo do governo tão grande que seja praticamente impossíveis de pará-lo. Os libertários de fronteiras abertas ativos naquela época coçarão a cabeça e alegarão não entender por que sua promoção de mercados livres está tendo tão pouco sucesso. Todos saberão a resposta.

Claro, como Rothbard observou, a melhor solução possível para o problema da imigração é a privatização total:

Sob a privatização total, muitos conflitos locais e problemas de “externalidade” — não apenas o problema da imigração — seriam resolvidos de forma ordenada. Com cada local e vizinhança de propriedade de empresas privadas, corporações ou comunidades contratuais, a verdadeira diversidade reinaria, de acordo com as preferências de cada comunidade. Alguns bairros seriam étnica ou economicamente diversos, enquanto outros seriam étnica ou economicamente homogêneos. Algumas localidades permitiriam pornografia, prostituição, drogas ou aborto, outras proibiriam qualquer um ou todos eles. As proibições não seriam impostas pelo estado, mas simplesmente seriam requisitos para residência ou uso da área de terra de alguma pessoa ou comunidade. Embora os estatistas que desejam impor seus valores a todos fiquem desapontados, todo grupo ou interesse teria pelo menos a satisfação de viver em vizinhanças de pessoas que compartilham seus valores e preferências. Embora a propriedade do bairro não forneça uma utopia ou uma panaceia para todos os conflitos, pelo menos forneceria uma [segunda melhor] solução com a qual a maioria das pessoas estaria disposta a viver.

Capítulo IV

Ambientalismo

Eu sou um pecador, mas não me arrependo. Veja, eu não pratico o ambientalismo e não acredito nisso. Eu não reciclo e não conservo — exceto quando vale a pena fazer isso. Gosto de ar limpo — ar realmente limpo, como o tipo que um ar condicionado produz. Eu gosto ambientes fechados sem insetos. Gosto de desenvolvimento, como em edifícios, concreto, capitalismo, prosperidade. Não gosto de pântanos (e isso vale para qualquer “pântano”, mesmo os alardeados “Everglades”) ou selvas (“florestas tropicais”). Vejo todos os animais, exceto cães e gatos, como prováveis portadores de doenças, a menos que estejam em um zoológico.

Quando a PBS¹⁹ publica um especial sobre inteligência animal, não me emociono. Fico feliz pelos golfinhos que conseguem guinchar. Estou feliz pelo macaco que ele fazer sinais para obter sua comida. Que fascinante as abelhas que trabalham tão bem organizadas. Mas isso não dá a eles direitos sobre mim. Seu único valor real vem do que eles podem fazer pelo homem.

De acordo com a moderna doutrina política e religiosa, todos esses pontos de vista me tornam um pecador. As igrejas tradicionais há muito tempo tornaram-se quase maniqueístas, anunciando que a pobreza é abençoada e jurando nunca perturbar a natureza abençoada com a mácula da ação humana. E todos nós sabemos sobre a moda das religiões da Nova Era. Crianças de escolas públicas aprendem a religião do eco-sentimentalismo.

Até o novo Catecismo Católico parece piegas sobre o assunto. “O domínio do homem sobre os seres inanimados e outros seres vivos concedido pelo Criador não é absoluto ... requer um respeito religioso pela integridade da criação” (par.

¹⁹ *Public Broadcasting Service*, mais conhecida como PBS, é uma rede de televisão americana de carácter educativo-cultural, sem publicidade, em contraponto às grandes redes comerciais que operam no país. Antigamente ela se chamava NET, até que em 5 de outubro de 1970 mudou para o nome atual.

2416). Eu não tenho ideia do que isso signifique. Parece uma concessão ao novo paganismo. As abelhas e bactérias assassinas têm “integridade” digna de “respeito religioso”? Em minha opinião, a natureza só tem valor se atender às necessidades do homem. Caso contrário, deve ser transformada.

Mesmo em círculos de livre mercado, devo anunciar a beleza e a integridade moral da natureza antes de discutir os direitos de propriedade e os mercados. Na verdade, os “ambientalistas de livre mercado” insistem em que aceitemos os objetivos dos ambientalistas, enquanto apenas rejeitamos alguns de seus meios estatistas como a melhor maneira de atingir esses objetivos. Eu não entro nessa. Os ambientalistas estão mirando em tudo que eu amo, e a luta entre nós e eles é fundamental.

Podemos contar apenas com os randianos para fazer algum sentido nesta questão. Eles afirmam o que costumava ser a posição cristã há apenas algumas décadas: a saber, que o homem ocupa o lugar mais alto na grande cadeia do ser. Os interesses de nenhum animal, nenhuma espécie, nenhum ser vivo devem ser autorizados a superar a necessidade do florescimento humano. Mas por causa desta opinião tão ultrajante, os randianos foram banidos por muitos libertários sob a alegação de que sua estratégia está totalmente errada.

Um sábio randiano uma vez me implorou para examinar de perto a palavra “ambiente”. A que se refere, perguntou ele? Bem, você pode marcar a lista de preocupações ambientais: ar, água, animais, árvores, ozônio, etc. Mas onde isso para? Quais são os limites do que é chamado de meio ambiente? O que realmente significa, disse ele, é: “qualquer coisa, menos o homem”. Ele estava certo. Um ambiente perfeito seria um mundo sem pessoas. Como é monstruoso permitir que os ambientalistas deem pelo menos um passo em direção a esse objetivo!

Não apenas Rand, mas também Santo Agostinho acreditava que o propósito da natureza é servir ao homem:

Alguns tentam estender este comando [“Não matarás”] até mesmo para feras e gado, como se nos proibisse de tirar a vida de qualquer criatura. Mas, se for assim, por que não estendê-lo também às plantas e a tudo o que é enraizado e nutrido pela terra? Pois embora esta classe de criaturas não tenha sensação, também se diz que elas vivem e,

consequentemente, podem morrer; e, portanto, se a violência for praticada, eles podem ser mortos. Assim, também, o apóstolo, ao falar das sementes de coisas como essas, diz: “O que tu semeias não é vivificado, a menos que morra”; e no Salmo é dito: “Ele matou as suas vinhas com granizo”. Devemos, portanto, considerar uma violação deste mandamento, “Não matarás”, arrancar uma flor? Devemos, portanto, insanamente aprovar o erro tolo dos maniqueístas²⁰? Pondo de lado, então, esses delírios, se, quando dizemos: Não matarás, não entendemos isso das plantas, visto que não têm sensação, nem dos animais irracionais que voam, nadam, andam ou rastejam, pois eles estão dissociados de nós por sua falta de razão e, portanto, pela justa indicação do Criador, estão sujeitos a nós para matarmos ou mantermos vivos para nosso próprio uso.

Quão glorioso, Santo Agostinho também escreveu, ver as habitações humanas se espalhando onde uma natureza antes incontrolada reinava. Essa é a minha opinião também. Não me importa quantas homilias ouço sobre as glórias da natureza, do púlpito, do Congresso ou da mídia, sou contra, a menos que tenha sido transformado pelo homem em algo útil ou valioso. Coisas que crescem são para comida, roupas, decoração ou gramados. Todos os pântanos devem ser drenados. Todas as florestas tropicais se voltar para a agricultura produtiva.

Não sendo um *faça-você-mesmo*, minha seção favorita da loja de ferragens é onde vende mata-insetos, mata-ervas daninhas, armadilhas para bichos e venenos de todos os tipos. Essas poções assassinas representam a alta civilização e o capitalismo. As embalagens são decoradas com imagens ameaçadoras de formigas, baratas, percevejos e outras coisas indesejáveis, para nos lembrar que o objetivo desses produtos é extinguir a vida dos insetos para que não ameacem o único tipo de vida que tem uma alma e, portanto, o único tipo de vida que importa: o homem.

O único problema com os pesticidas é que eles não são fortes o suficiente. “Super veneno de formigas” apenas faz com que os pequenos insetos se levantem

²⁰ O maniqueísmo é uma filosofia religiosa sincrética e dualística fundada e propagada por Manes ou Maniqueu, filósofo heresiarca do século III, que divide o mundo simplesmente entre Bom, ou Deus, e Mau, ou o Diabo. A matéria é intrinsecamente má, e o espírito, intrinsecamente bom.

e se movam. Porque? Há algum tempo, o governo proibiu o melhor pesticida de todos: o DDT²¹. Como resultado, o país está cheio de insetos voadores e rastejantes ameaçadores e transmissores de doenças. Faixas inteiras de propriedades de férias antes maravilhosas foram destruídas porque não temos permissão para usar a única substância que realmente funcionou para eliminar essas coisas. No terceiro mundo, muitos milhares morreram desde a abolição do DDT graças ao aumento da malária e outras doenças transmitidas por insetos. Tudo isso porque decidimos que os insetos têm mais direito à vida do que nós. Tudo isso porque ignoramos um princípio fundamental do pensamento ocidental: todas as coisas que não são humanas estão "sujeitas a nós para serem mortas ou mantidas vivas para nosso próprio uso".

Essas ideias podem fazer com que você seja preso hoje em dia, porque o ambientalismo é nossa religião oficial. Considere a questão do isopor. Recuso-me a segurar um copo de papel com café quente, não quando um copo isolado perfeitamente maravilhoso está disponível. Quando eu exijo que a cafeteria me dê um copo de isopor, eles se encolhem como o Drácula diante do crucifixo. Explano que o isopor ocupa menos de 0,001% do espaço do aterro e que o papel com tinta é na verdade mais venenoso para a água subterrânea, então talvez seja melhor eles não assinarem o *New York Times*, mas não importa. Para eles, os copos de papel são sagrados e o isopor é o diabo. A evidência simplesmente não importa.

Nós sabemos de onde realmente veio o ambientalismo. A esquerda certa vez afirmou que o estado poderia melhorar nossas vidas. Quanto maior o governo, mais prósperos seremos. Quando isso acabou não sendo verdade, eles mudaram de tom. De repente, eles começaram a condenar a própria prosperidade, e o lugar do proletariado oprimido foi tomado por membros oprimidos dos reinos animal, vegetal e de insetos. Adotamos a pobreza como meta política, com seu próprio código cívico de ética.

Desde tempos imemoriais até anteontem, o homem ocidental viu a natureza como inimiga, e com razão. Ela é perigosa e mortal. Para o bem da nossa própria sobrevivência, deve ser domesticada, cortada, restringida, controlada.

²¹ O DDT é o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente usado durante e após a Segunda Guerra Mundial para o combate aos mosquitos vetores de doenças como malária e dengue. Os primeiros usos em grande escala foram na região da Birmânia pelos ingleses em 1941 para o combate da malária durante a invasão japonesa.

Essa é a primeira tarefa da civilização. O primeiro passo para a destruição da civilização é não entender isso, ou chamar essa atitude de pecado.

Pode demorar um pouco para afundar, mas a causa do aquecimento global está naufragando. Duas questões estão derrubando todo o projeto: está ficando mais frio, não mais quente (e, portanto, a mudança da retórica para uma vaga preocupação sobre "mudanças climáticas"), e o escândalo de e-mail de 2009 provou que este é realmente um cartel de opinião com visões predefinidas não determinadas pela ciência.

Ah, claro, dizem que o *Climategate*²² não é realmente muito sério e só estava sendo explorado pela Fox News e similares. E é verdade que nem todas as medidas de temperatura global mostram resfriamento e que a ciência pode ser complexa.

Com base nisso, o *New York Times* nos exortou a ignorar o vazamento de e-mails. "Também é importante não permitir que um conjunto de mensagens de e-mail roubadas minem a ciência e o caso claro para ação, em Washington e em Copenhague."

Sim, um caso claro. Fala sério. Toda a agenda política dessas pessoas agora está sendo seriamente questionada. Não é mais um certo que vamos ter um planejamento central mundial para controlar o clima e proteger a terra sagrada dos efeitos da industrialização. Ah, e cobrar bastante impostos de nós no processo.

Mas você sabe o que é mais trágico para mim nisso? Toda essa histeria levou a um fantástico desvio de energia do lado esquerdo do espectro político. Em vez de trabalhar contra a guerra e o estado policial, questões nas quais a esquerda tende a ser muito boa, os instintos foram desviados para a causa absurda de criar um sistema estatista para gerenciamento de termômetro global.

²² O escândalo surgiu no dia 20 de novembro de 2009, onde hackers acederam, através de um servidor da Universidade de East Anglia (Reino Unido), a centenas de mails trocados entre conhecidos climatologistas britânicos e norte-americanos, onde aparentemente se discutem formas de manipular dados científicos para exacerbar os argumentos dos cépticos e suportar a tese da origem humana do aquecimento global.

O esforço para levar todos ao frenesi por causa disso começou há mais de 20 anos. Cada carta de arrecadação de fundos dos esquerdistas falava sobre o assunto e exigia que as pessoas dedicassem suas vidas a isso, explicando que, se a mãe terra morrer, tudo estará perdido. É uma questão mais importante do que todas as outras, o teste decisivo para determinar se você é um amigo ou um inimigo.

Isso tornou muito difícil para os libertários cooperarem com a esquerda. Claro, existem algumas ideias libertárias para lidar com a poluição, mas nenhuma tão convincente quanto o planejamento central, e nunca houve uma maneira de aceitarmos essa ideia. Os custos associados ao desmantelamento da civilização industrial superam até mesmo o pior cenário de aquecimento global.

E metodologicamente, a coisa toda sempre foi maluca. Se não podemos determinar com certeza causa e efeito agora, como diabos seremos capazes de determiná-las depois que o estado mundial controlar nossas emissões de carbono e nos empobrecer no processo? Ninguém jamais estará em posição de dizer se a política funcionou ou fracassou. Essa não é uma boa base para promulgar legislação.

Enquanto isso, a esquerda jogou tudo o que tinha nessa histeria. Protestos, cartas, bilhões em gastos, frenesi, paixão moral, euforia, caça às bruxas – você escolhe. Você poderia jurar que a mudança climática foi o problema do milênio para essas pessoas.

Enquanto isso, o estado policial fez avanços inacreditáveis. Todos nós vivemos hoje com medo do aparato de “segurança” do Estado. Os aeroportos tornaram-se capítulos reais de um romance distópico. A polícia local nos trata como potenciais terroristas. Cruzar a fronteira dos Estados Unidos está se tornando uma reminiscência da Alemanha Oriental. Você não pode ir a lugar nenhum sem seus documentos.

E onde esteve a esquerda enquanto o mundo inteiro estava sendo nazificado? Preocupada com a minha churrasqueira no fundo do quintal.

Depois, há a questão da guerra. O assustador George Bush começou guerra após guerra e as manteve em movimento para reforçar seu próprio poder e prestígio, criando tantos inimigos quanto possível por meio de provocações e

tornando-os inimigos, se necessário. Ele financiou uma bolha que destruiu a economia e destruiu país após país em nome da justiça e da paz.

E o que se seguiu a Bush? Um presidente que repudiou esse legado horrível? Não, Obama apoiou as mesmas guerras e as continuou, até as intensificou. A esquerda o considerava um cara mau? Na verdade não. Com um punhado de exceções, seus críticos de esquerda eram críticos amigáveis. Eles ficaram contentes em tolerar isso, porque ele estava disposto a fazer o que eles queriam no front da mudança climática.

Você acha que os políticos democratas não exploram isso? Certamente sim. Nesse sentido, a questão climática se assemelha muito à causa pró-vida da direita. Se um político aperta os botões corretos, não importa o que mais eles digam ou façam. Eles não são mais vistos com um olhar crítico.

A esquerda americana há muito esqueceu suas raízes. Como Arthur Ekirch explicou, a esquerda vendeu sua alma ao estado com o New Deal. Embora antes se opusesse à arregimentação e à gestão industrial da sociedade, passou a apoiar exatamente isso. A guerra foi a próxima questão a ser eliminada. A Nova Esquerda na década de 1960 manteve a esperança de capturar um pouco daquele amor antigo pela liberdade na esquerda, até mesmo o impulso anarquista, mas a Nova Esquerda não durou muito. Eventualmente, foi engolida pela máquina política.

A esquerda hoje que apoia o governo mundial para impedir a mudança climática tem pouca semelhança com a esquerda de 100 anos atrás, que favorecia as liberdades civis e a liberalidade social e estava disposta a fazer qualquer coisa para acabar com a guerra. Agora ela desviou suas energias para um esquema absurdamente impraticável baseado na pseudociência. Esta é uma tragédia terrível.

A esquerda ainda tem muito a contribuir para a vida pública americana. Pode se opor ao estado policial e à militarização da sociedade. Pode favorecer a liberdade humana em quase todas as áreas da vida, mesmo que não tenha feito as pazes com o livre mercado. Acima de tudo, pode se opor ao imperialismo americano. Mas antes de recuperar o espírito de sua juventude, ela precisa se livrar

da ideia absurda de que deveria apoiar o estado total para administrar o que todas as gerações sempre souberam ser incontrolável.

A regulamentação alimentar é outra área cara ao coração dos ambientalistas. Na política, mesmo um pouco de familiaridade gera desprezo. Aqui vemos o estado em toda a sua repugnância: uma classe de interesses especiais vaidosos, mesquinhos e gananciosos, todos entusiasmados com o que farão com o seu dinheiro assim que obtiverem ou mantiverem o poder.

Pense sobre isso. Quando as pessoas dizem que o governo deve fazer x, y e z, elas estão realmente dizendo que essas pessoas devem receber o poder de nomear outras pessoas para posições permanentes de poder para dizer a você e aos seus o que podem e não podem fazer com suas vidas e propriedades, e ainda saírem com alguma compensação pelo incômodo. Isso não parece um sistema muito bom, mas, falando claramente, nós o chamamos de democracia, ou simplesmente: o estado moderno.

E assim, a grande questão de hoje: deve o estado moderno regular o que comemos? O estado deve fazer isso para nossa própria saúde e segurança? Devemos nossa saúde e segurança às regulamentações governamentais ou à capacidade de resposta da economia de mercado bem capitalizada às nossas preferências e necessidades? Você já sabe minhas respostas, mas considere que a maioria das pessoas está muito disposta a creditar ao governo tudo o que é bom no mundo e igualmente inclinada a ignorar a liberdade de mercado como fonte de tudo o que chamamos de progresso civilizacional. Por exemplo, elas observam a existência de alimentos disponíveis, seguros e deliciosos juntamente com os regulamentos federais e concluem que os regulamentos trouxeram essas coisas boas.

A história não apoia essa afirmação. Em cada caso cuidadosamente estudado de regulamentação de empresas e consumo, desde o final do século XIX até o presente, encontramos algo muito diferente. Normalmente, um grande participante do mercado fará alguma melhoria na segurança, nas condições de trabalho, na transparência dos produtos de consumo, ou o que quer que seja, como um meio de obter vantagem competitiva (tudo muito bom) e, em seguida, pressionará o governo para tornar esta melhoria maravilhosa universal em toda a indústria pela força. O pretexto é o aperfeiçoamento de toda a civilização; a realidade é a imposição de altos custos aos concorrentes. A melhora foi provocada

pelo mercado, com o governo só chegando mais tarde para reclamar o crédito. Esse é um dos motivos pelos quais os grandes participantes do mercado são as principais influências dentro das agências que os regulam.

Vamos passar das abstrações para casos particulares. Afirmei em um artigo sobre alergias alimentares que nenhuma regulamentação governamental sobre a rotulagem é necessária. O livre mercado incentivará os produtores a revelar o conteúdo de seus produtos, desde que o público consumidor deseje essas informações e os produtores sejam livres para fornecê-las. Eles fornecerão tanto quanto os consumidores desejam saber. Mesmo demandas extremas em relação à divulgação de ingredientes, aquelas que atendem apenas a um pequeno nicho organizado em torno da religião ou questões de saúde especializadas, podem ser atendidas melhor pelos mercados do que pelo governo. A razão é que os produtores de alimentos lucram apenas ao servir os compradores, não com fraude, doença ou trapaça (e, no caso de fraude, pode ser resolvida por meio de litígios privados). Se determinados produtores são indiferentes, há uma série de instituições que fornecem responsabilidade: lojas, grupos de consumidores, sites especiais ou o que quer que seja.

Esta afirmação provocou uma fúria de protestos de pessoas que acreditam que somente o governo pode garantir que os produtores não mentem, enganem, trapaceiem, roubem e até matem. Os argumentos não são tão impulsivos ou absurdos, mas altamente convencionais, apenas o tipo de coisa que você ouve nos noticiários da TV ou lê nos jornais. O viés subjacente é a favor do governo não porque o autor ame a coerção ou confie no poder, mas porque há algo que realmente preocupa as pessoas sobre a ideia de deixar a “anarquia” do processo de mercado determinar o que é produzido e como.

Lembre-se, não são os socialistas que estão fazendo esses argumentos, mas as pessoas que acreditam que buscam o melhor dos dois mundos: o poder produtivo da economia privada, bem controlado e reduzido aqui e ali por regulamentações que ajudam a moldar os padrões de produção e refrear os excessos da ganância. Essa é uma posição que Mises disse ser impossível de sustentar porque as regulamentações geram mais problemas que parecem clamar por mais soluções governamentais: e, portanto, a marcha desastrosa de crescimento do Estado por meio das instituições de mercado.

Sempre que o governo diz às empresas que elas devem fazer algo de uma maneira e apenas de uma maneira, eles estão tornando as alternativas ilegais. Quando o governo alemão diz que a cerveja só pode ser fabricada de uma determinada maneira, está excluindo todas as outras. Isso não deixa espaço para inovação, mesmo que a inovação seja recompensadora para o consumidor. Na França, por exemplo, a produção de vinho deve seguir um método prescrito e, como resultado, a indústria do vinho francesa está sendo destruída, pois os consumidores escolhem vinhos de locais que permitem um livre mercado de vinho.

Os EUA têm menos regulamentações desse tipo, mas recentemente experimentamos o desmascaramento da dieta preferida do governo de meados do século XX até os dias atuais, quando os burocratas nos disseram para comer quantidades máximas de carboidratos e não tanta carne. Hoje, os que evitam carboidratos e os comedores de carne são grandes participantes no mercado. Os produtores responderam de forma notável, e o governo só recentemente ajustou sua dieta recomendada. (A própria ideia de uma dieta recomendada pelo estado me parece soviética ou algo assim.)

Ao universalizar os regulamentos sobre alimentos, o governo proíbe as pessoas de lucrar atendendo a nichos de mercado. Graças a Deus, os Estados Unidos da América não proíbem o agronegócio e o comércio de melhorar seus produtos por meios artificiais (fertilizantes e similares), mesmo com um vasto mercado disponível para alimentos cultivados organicamente.

Talvez não haja contabilidade para o gosto, mas os negócios estão sempre prontos para servir à mais ampla variedade possível, desde que o governo não esteja presente com sua padronização e arregimentação. Se os reguladores dizem que o joio deve sempre ser separado do trigo, isso nega aos comedores de joio a oportunidade de comprar o que querem e proíbe os produtores de atender à demanda do consumidor.

Um correspondente trouxe o caso de uma índia que ficou chocada com o fato de os americanos não precisarem peneirar o arroz para remover as pedrinhas, como ela fazia em seu país natal. O autor disse que isso ocorre porque, nos Estados Unidos, o governo não permite que os produtores de arroz deixem pedrinhas no arroz. Por isso, diz ele, devemos ser gratos e fazer uma oração de agradecimento ao estatismo progressista de esquerda.

Bem, não sei se realmente existe ou não um regulamento que diz aos produtores de arroz que eles não devem deixar nenhuma pedrinha em seu arroz. Mas espero que não. Em primeiro lugar, os produtores de arroz têm um forte incentivo para remover partículas nas quais as pessoas podem quebrar os dentes. Coloque dois sacos de arroz em uma prateleira do supermercado, um que diz peneirado e o outro que diz não peneirado, e veremos qual deles vende. Se ninguém vende arroz peneirado, há uma oportunidade empreendedora para alguém. De uma coisa nós podemos ter certeza: nenhum burocrata do governo jamais concebeu e implementou uma mudança viável que melhorasse nossas vidas que um empresário não tivesse pensado antes.

Nem sempre podemos saber com antecedência o que constitui uma mudança que melhora nossas vidas: posso facilmente imaginar alguns esnobes do arroz insistindo que o processo de peneiração estraga o sabor. Em última análise, devemos deixar para a negociação do consumidor e do produtor descobrir o que deve ou não ser incluído ou informado nos alimentos. O mecanismo de mercado é altamente sensível às demandas dos consumidores por sabor e qualidade — e de fato esta é outra razão pela qual as pessoas criticam o mercado. As pessoas dizem que é um desperdício social atender a todos os nichos, todos os caprichos, todas as idiossincrasias. Como sempre, o livre mercado é culpado, não importa o resultado.

O que está realmente em jogo é uma questão de história, causalidade e fé. Devemos nosso alto padrão de vida ao mercado ou ao estado? Essa é a questão. Os intervencionistas e estatistas dão crédito ao estado porque eles confundem suas conexões causais (e isso é porque eles não estudaram economia) e assumem a fé para dar crédito ao governo por coisas que ele não pode fazer.

O estado desde o mundo antigo até o presente não criou nada. Só tomou. O mercado, por outro lado, faz mais milagres todos os dias do que podemos contar. Isso não é dogma; a evidência é tão esmagadora que é preciso muita fé para acreditar no contrário.

Da próxima vez que você acreditar que o Estado pode fazer qualquer coisa melhor do que o mercado, imagine um mar de burocratas permanentes, lobistas, políticos bajuladores e aqueles participantes malucos de convenções políticas e pergunte-se: o que essas pessoas podem fazer para que os indivíduos na sociedade — agindo em seu próprio interesse, coordenando a troca por meio

do processo de mercado, testando constantemente as decisões quanto a viabilidade econômica e a demanda do consumidor — não pode fazer. A resposta é nada. Não há nada que o Estado possa fazer e que deve ser feito que o mercado não possa fazer melhor.

Antes de escrever para me dizer que sem o estado, haveria uma mosca em cada sopa, leia *Homem, Economia & Estado*, de Murray Rothbard. É a melhor explicação de como a sociedade se administra muito bem sem um bando de criminosos de aparência respeitável dizendo a todos o que fazer.

Capítulo V

Igualitarismo econômico: Ninguém merece ser melhor do que ninguém

Um marciano perspicaz visitando a Terra faria duas observações sobre os Estados Unidos — uma verdadeira, a outra apenas superficialmente verdadeira. Com base em seus exercícios incessantes de autoconplacência, os Estados Unidos da América lhe parece um lugar onde o pensamento livre é encorajado e onde o homem luta contra todos os grilhões em sua mente que as forças reacionárias um dia colocaram lá. Essa é a verdade superficial.

A verdade real, que nosso marciano descobriria depois de observar como os americanos realmente se comportam, é que a gama de opiniões que os cidadãos podem nutrir é bem mais limitada do que parece à primeira vista. Existem, ele logo descobrirá, certas ideias e posições nas quais todos os americanos deveriam acreditar e saudar. Quase no topo da lista está a igualdade, uma ideia para a qual nunca recebemos uma definição precisa, mas para a qual todos devem se ajoelhar.

Um libertário está perfeitamente em paz com o fenômeno universal da diferença humana. Ele não deseja que isso desapareça, ele não parasse irrita com isso, ele não finge não notar. Isso lhe dá outra oportunidade de se maravilhar com um milagre do mercado: sua capacidade de incorporar praticamente qualquer pessoa à divisão do trabalho.

Na verdade, a divisão do trabalho é baseada na diferença humana. Cada um de nós encontra o nicho que melhor se adapta aos nossos talentos naturais e, ao nos especializarmos nesse aspecto específico, podemos servir ao próximo com mais eficácia. Nosso próximo, da mesma forma, se especializa naquilo para o que é mais adequado, e nós, por sua vez, nos beneficiamos dos frutos de seu conhecimento e habilidade especializados.

E de acordo com a lei da vantagem comparativa de David Ricardo, que Mises generalizou em sua lei da associação, mesmo que uma pessoa seja melhor do que outra em absolutamente tudo, a pessoa menos capaz ainda pode florescer em um livre mercado. Por exemplo, mesmo que o maior e mais bem-sucedido empresário que você possa imaginar seja um faxineiro melhor do que qualquer outra pessoa na cidade e também uma secretária melhor do que todas as outras secretárias da cidade, não faria sentido para ele limpar seu próprio escritório ou datilografar toda a sua correspondência. Seu tempo é tão melhor gasto no nicho de mercado no qual ele se destaca que seria absurdo para ele perder tempo com essas coisas. Na verdade, qualquer pessoa que desejasse contratá-lo como faxineiro teria de pagar-lhe milhões de dólares para compensar por tê-lo afastado do trabalho extremamente remunerado que, de outra forma, estaria fazendo. Portanto, mesmo um faxineiro médio é muito mais competitivo no mercado de limpeza de escritório do que nosso empresário fictício, uma vez que o faxineiro médio pode cobrar, digamos, US\$ 15 por hora em vez dos US\$ 15.000 que nosso empresário, ciente do custo de oportunidade, teria de cobrar.

Portanto, há um lugar para todos na economia de mercado. E mais, uma vez que a economia de mercado recompensa aqueles que são capazes de produzir bens a preços acessíveis para um mercado de massa, é precisamente a pessoa média a quem os capitães da indústria são praticamente forçados a atender. Este é um arranjo para comemorar, não lastimar.

Não é assim que os igualitários veem, é claro, e aqui me volto para o trabalho daquele grande anti-igualitário, Murray N. Rothbard. Murray lidou com o tema da igualdade em parte em seu grande ensaio "*Liberdade, Desigualdade, Primitivismo e Divisão do Trabalho*", mas realmente mergulhou no assunto em *Igualitarismo como uma Revolta contra a Natureza*, que serve como um capítulo salutar de seu maravilhoso livro. É em Murray que meus próprios comentários aqui se inspiram.

A devoção atual à igualdade não é de origem antiga, como Murray apontou:

A atual veneração da igualdade é, de fato, uma noção muito recente na história do pensamento humano. Entre os filósofos ou pensadores proeminentes, a ideia mal existia antes de meados do século XVIII; se mencionado, foi apenas como

objeto de horror ou ridículo. A natureza profundamente anti-humana e violentamente coercitiva do igualitarismo ficou clara no influente mito clássico de Procusto, que "obrigava os viajantes a deitarem-se em uma cama e, se fossem longos demais para a cama, ele cortava aquelas partes de seus corpos que se projetavam, enquanto estendia as pernas dos que eram muito curtos."

O que devemos entender pela palavra *igualdade*? A resposta é: não sabemos realmente. Seus proponentes fazem muito pouco esforço para nos revelar exatamente o que têm em mente. Tudo o que sabemos é que é melhor acreditarmos.

É exatamente essa falta de clareza que torna a ideia de igualdade tão vantajosa para o Estado. Ninguém está inteiramente certo a que devota-se o princípio da igualdade. E acompanhar suas demandas em constante mudança é ainda mais difícil. O que ontem eram duas coisas obviamente diferentes podem se tornar precisamente iguais hoje, e é melhor você acreditar que são iguais se não quiser ter sua reputação destruída e sua carreira arruinada.

Esse foi o cerne da célebre disputa entre o neoconservador Harry Jaffa e o paleo-conservador ME Bradford, travada nas páginas da *Modern Age* nos anos 1970. Igualdade é um conceito que não pode e não será mantido contido ou pregado. Bradford tentou em vão fazer Jaffa entender que Igualdade com I maiúsculo era uma receita para uma revolução permanente.

Agora, os igualitários querem dizer nos devotamos a proposição de que qualquer um é potencialmente um astrofísico, desde que seja criado no ambiente adequado? Talvez não. Alguns deles certamente acreditam em tal coisa, no entanto. Em 1930, a *Enciclopédia das Ciências Sociais* afirmava que "ao nascer, bebês humanos, independentemente de sua hereditariedade, são tão iguais quanto carros Ford". Ludwig von Mises, em contraste, sustentou que "o fato de que os homens nascem desiguais em relação às capacidades físicas e mentais não pode ser contestado. Alguns superam seus semelhantes em saúde e vigor, em cérebro e aptidões, em energia e resolução e, portanto, estão mais bem preparados para a realização de assuntos terrenos do que o resto da humanidade." Mises cometeu um

crime de ódio aí, pelos padrões dos igualitários? Novamente, nós realmente não sabemos.

Depois, temos a “igualdade de oportunidades”, mas até mesmo esse slogan conservador comum é repleto de problemas. A resposta óbvia é que, para haver uma verdadeira igualdade de oportunidades, é necessária uma ampla intervenção governamental. Pois como se pode dizer que alguém em uma família pobre com pais indiferentes tem “igualdade de oportunidades” com os filhos de pais ricos que estão profundamente envolvidos em suas vidas?

Então, há igualdade em um sentido cultural, em que se espera que todos ratifiquem as escolhas pessoais de todos os outros. Os igualitários culturais realmente não querem dizer isso, é claro: nenhum deles exige que as pessoas que não gostam de cristãos se sentem e aprendam teologia escolástica para entendê-los melhor. E aqui descobrimos algo importante sobre todo o programa igualitário: não se trata realmente de igualdade. É sobre algumas pessoas exercendo poder sobre outras.

Na Universidade do Tennessee, o Gabinete de Diversidade e Inclusão explicou que os pronomes tradicionais do inglês, sendo opressivos para pessoas que não se identificam com o gênero ao qual foram “designados no nascimento”, devem ser substituídos por algo novo. O escritório de diversidade recomenda uma lista de novos pronomes como substitutos para os considerados opressivos. Ao abordar as pessoas pela primeira vez, foi dito aos alunos que deveríamos dizer algo como: “Prazer em conhecê-lo. Que pronomes devo usar?”

Quando o mundo inteiro começou a rir dessa proposta, a universidade se esforçou para garantir a todos que eram apenas sugestões. Claro, o que não são sugestões são os pensamentos que se espera que todas as pessoas de pensamento correto tenham sobre questões morais que foram decididas por nós por nossa mídia e nossas classes políticas.

Outro aspecto da igualdade é, obviamente, a desigualdade de renda. Somos informados de como é terrível que algumas pessoas tenham muito mais do que outras, mas raramente ou nunca somos informados de quanta (se houver) riqueza extra a sociedade igualitária permitiria que os mais qualificados tivessem, ou sob quais fundamentos não-arbitrários tal julgamento poderia ser proferido.

John Rawls foi possivelmente o filósofo político mais influente do século XX e apresentou uma famosa defesa do igualitarismo em seu livro *Uma Teoria da Justiça*, que tentou responder a essa questão (entre outras). Se eu puder resumir seu argumento abreviadamente, ele afirmou que escolheríamos uma sociedade igualitária se, ao contemplarmos as regras da sociedade sob as quais gostaríamos de viver, não tivéssemos ideia de qual seria nossa posição nessa sociedade. Se não soubéssemos se seríamos homem ou mulher, rico ou pobre, talentoso ou sem talento, reduziríamos nossas apostas defendendo uma sociedade em que todos fossem tão iguais quanto possível. Dessa forma, se tivermos azar e entrarmos no mundo sem talentos, ou membros de uma minoria desprezada, ou sobrecarregados com qualquer outra deficiência, ainda poderemos ter a certeza de uma existência confortável, senão luxuosa.

Rawls estava disposto a permitir algum grau de desigualdade, mas apenas se seu efeito fosse ajudar os pobres. Em outras palavras, os médicos poderiam ganhar mais dinheiro do que outras pessoas se esse incentivo financeiro os tornasse mais propensos a se tornarem médicos. Se a renda fosse igualada, as pessoas teriam menos probabilidade de se dar ao trabalho de se tornarem médicas, e os pobres seriam privados de cuidados médicos. Portanto, a desigualdade poderia ser permitida, mas apenas por motivos igualitários, não porque as pessoas tenham o direito de adquirir e desfrutar de propriedades sem medo de expropriação.

Visto que ninguém em sã consciência aceita o igualitarismo completo, Rawls estava fadado a ter problemas. Esse problema veio na forma de suas tentativas de lidar com a igualdade entre os países. Mesmo o mais dedicado igualitário que vive no Primeiro Mundo não favorece seriamente uma equalização da riqueza entre os países. Professores universitários que ensinam a superioridade moral do igualitarismo durante o dia querem suas festas com vinho e queijo à noite.

Assim, Rawls apresentou um argumento forçado e pouco convincente de que, embora a desigualdade entre as pessoas fosse ultrajante e só pudesse ser justificada com base no fato de ajudar ou não os mais pobres, a desigualdade entre os países era normal. Ele então começou a apresentar as razões pelas quais a desigualdade entre os países era normal, embora essas fossem as razões exatas para ele ter dito que a desigualdade entre os indivíduos era inaceitável.

Mesmo que o igualitarismo pudesse ser defendido filosoficamente, há a pequena questão de implementá-lo no mundo real. Apenas uma razão pela qual o sonho igualitário não pode ser realizado envolve o que Robert Nozick chamou de problema de Wilt Chamberlain; James Otteson chamou algo assim de "problema do segundo dia". No apogeu de Chamberlain, todos gostavam de vê-lo jogar basquete. As pessoas pagavam de bom grado para vê-lo jogar. Mas suponha que comecemos com uma distribuição igualitária de riqueza e então todos saiam correndo para assistir a um jogo de basquete de Chamberlain. Muitos milhares de pessoas voluntariamente entregam uma parte de seu dinheiro a Chamberlain, que agora se torna muito mais rico do que todos os outros.

Em outras palavras, o padrão de distribuição de riqueza é perturbado assim que alguém se envolve em qualquer troca. Devemos cancelar os resultados de todas essas trocas e devolver o dinheiro de todos aos proprietários originais? Será que Chamberlain será privado do dinheiro que as pessoas livremente escolheram dar a ele em troca do entretenimento que ele proporcionou?

Mas a razão pela qual o estado considera a igualdade um ideal moral é precisamente porque ela é inatingível. Podemos nos esforçar para sempre por isso, mas nunca poderemos alcançá-lo. Que ideologia poderia ser melhor, do ponto de vista do estado? O estado pode se apresentar como o agente indispensável da justiça, ao mesmo tempo que atrai cada vez mais poder e recursos para si — sobre educação, emprego, redistribuição de riqueza e praticamente qualquer área da vida social ou da economia que você puder citar — no curso de perseguir o programa igualitário inatingível. "A igualdade não pode ser imaginada fora da tirania", disse Montalembert. Ela foi, disse ele, "nada além da canonização da inveja, [e] nunca foi nada além de uma máscara que não poderia se tornar realidade sem a abolição de todo mérito e virtude."

Ao trabalhar em prol da igualdade, o estado expande seu poder às custas de outras formas de associação humana, incluindo a própria família. A família sempre foi o principal obstáculo ao programa igualitário. O próprio fato de os pais diferirem em seus conhecimentos, níveis de habilidade e devoção aos filhos significa que os filhos em nenhuma casa podem ser criados "igualmente".

Robert Nisbet, o sociólogo da Universidade de Columbia, questionou abertamente se Rawls seria

honesto o suficiente para admitir que seu sistema, se seguido até sua conclusão lógica, levaria à abolição da família. “Sempre achei o tratamento dispensado à família um excelente indicador do grau de zelo e autoritarismo, aberto ou latente, em um filósofo moral ou teórico político”, disse Nisbet. Ele identificou duas tradições de pensamento na história ocidental. Uma que ele rastreou de Platão a Rousseau, que identificou a família como uma barreira perversa para a realização da verdadeira virtude e justiça. A outra, que via a família como um ingrediente central tanto na liberdade quanto na ordem, ele a seguiu de Aristóteles a Burke e Tocqueville.

O próprio Rawls parecia admitir que a lógica de seu argumento tendia na direção da linha de pensamento Platão/Rousseau, embora ele em última instância – e não convincentemente — recuasse. Aqui estão as próprias palavras de Rawls:

Parece que quando uma oportunidade justa (como foi definida) for satisfeita, a família levará a chances desiguais entre os indivíduos. A família será abolida então? Tomada por si mesma e com certa primazia, a ideia de oportunidades iguais se inclina nessa direção. Mas, no contexto da teoria da justiça como um todo, há muito menos urgência em seguir esse curso.

Nisbet não se consolou com as garantias patéticas de Rawls. Pode para Rawls, ele se perguntou,

há muito tempo ter negligenciado a família, dada sua relação demonstrável com a desigualdade? Rousseau foi ousado e consistente onde Rawls é acanhado. Se os jovens devem ser criados no seio da igualdade, “desde cedo acostumados a considerar sua própria individualidade apenas em sua relação com o corpo do Estado, a estar cientes, por assim dizer, de sua própria existência apenas como parte daquela do Estado”, então eles devem ser salvos do que Rousseau chama de “a inteligência e os preconceitos dos pais”.

A obsessão com a igualdade, em resumo, mina todos os indicadores de saúde que podemos procurar em uma civilização. Envolve uma loucura tão completa que, embora flerte com a destruição da família, nunca pausa para considerar se essa conclusão pode significar que toda a linha de pensamento pode ter sido perturbada para começar. Isso leva à destruição de padrões — acadêmicos, culturais e comportamentais. Baseia-se em afirmações, em vez de evidências, e tenta ganhar terreno não por meio de argumentos racionais, mas intimidando os oponentes para que se calem. Não há nada de honroso ou admirável em qualquer aspecto do programa igualitário.

Murray observou que apontar a loucura do igualitarismo foi um bom começo, mas não o suficiente. Precisamos mostrar que a chamada luta pela igualdade é, na verdade, toda sobre poder para o Estado, e nada sobre ajudar os oprimidos. Ele escreveu:

Para formular uma resposta eficaz ao igualitarismo reinante em nossa época, portanto, é necessário, mas dificilmente suficiente, demonstrar o absurdo, a natureza anticientífica, a natureza autocontraditória da doutrina igualitária, bem como as consequências desastrosas do programa igualitário. Tudo muito bem nisso. Mas perde a natureza essencial, bem como a refutação mais eficaz para, o programa igualitário: expô-lo como uma máscara para a ambição de poder das elites intelectuais e da mídia esquerdistas agora dominantes. Uma vez que essas elites são também a classe formadora de opinião até então incontestada na sociedade, seu domínio não pode ser desalojado até que ao público oprimido, instintivamente mas incipientemente oposto a essas elites, seja mostrado a verdadeira natureza das forças cada vez mais odiadas que as governam. Para usar as frases da Nova Esquerda do final dos anos 1960, a elite dominante deve ser "desmistificada", "deslegitimada" e "dessantificada". Nada pode promover sua dessantificação mais do que a compreensão pública da verdadeira natureza de seus slogans igualitários.

A luta pela liberdade não deve ser confundida com panaceias igualitárias como o feminismo. Poderíamos ganhar a simpatia da esquerda repetindo sua

linguagem de igualitarismo e proclamando em voz alta nossa fidelidade às restrições morais do Estado? Não é absolutamente impossível, suponho. Mas considero muito mais provável que a esquerda se divirta com essas claras tentativas de agradar e continue vendo os libertários com o mesmo desprezo de antes.

Claro, é maravilhoso colaborar em questões importantes com pessoas que têm perspectivas diferentes das nossas. Não devo ser entendido como me opondo a isso. Você seria duramente pressionado para encontrar um site libertário mais eclético do que LRC²³. O próprio Sr. Libertário, Murray N. Rothbard, ficava feliz em conversar e aprender com qualquer pessoa que pudesse, como sua ampla biblioteca, hoje de propriedade do Mises Institute, atesta amplamente.

Mas se esperamos enganar as pessoas para que se tornem libertários, iremos fracassar. E se acharmos que o flerte libertário com o igualitarismo é uma boa ideia, já fracassamos.

Sim, acreditamos em coisas fora de moda, como a abolição da lei anti-discriminação. Do contrário, não seríamos libertários. Vinculado ao princípio da liberdade de associação estão todos os princípios libertários essenciais: autopropriedade, o significado dos títulos de propriedade e não-agressão.

É fácil defender os direitos das pessoas que são populares e cujas opiniões estão na moda. É muito mais difícil — até mesmo ingrato — defender os direitos daqueles que a sociedade despreza. Os libertários não precisam endossar ou realmente *ser* tais pessoas — não conheço ninguém que proponha tal coisa — mas se não defendermos seus direitos, seremos fraudes.

Algumas das coisas que acreditamos podem ser difíceis de aceitar quando ouvidas pela primeira vez. Mas, a longo prazo, é mais provável que sejam persuadidos por um libertário consistente e de princípios do que por alguém que está obviamente tentando bajular eles.

Considere o exemplo de Ron Paul. Ele deu respostas libertárias diretas a todas as perguntas que lhe foram feitas durante suas campanhas presidenciais.

²³ lewrockwell.com

Como todos deveríamos ter, ele teve uma noção de seu público e explicou essas ideias de uma forma que eles provavelmente entenderiam e apreciariam. Mas ele nunca desistiu. Ele se opôs à lei anti-discriminação? Sim. Ele discordou da versão apresentada da Guerra Civil, da qual o regime deriva muito de sua legitimidade? Sim. E assim por diante, na linha de respostas fora de moda às perguntas dos controladores de pensamento.

O resultado? O maior aumento no interesse dos jovens pelo libertarianismo em toda a sua história.

Ron sempre se comporta como um cavalheiro, é claro, e seu comportamento gentil, juntamente com seus comentários puros e não ensaiados, certamente aumentaram seu apelo. Mas as pessoas se sentiam atraídas por ele porque, ao contrário de seus oponentes orientados por marketeiros, ele lhes dizia a verdade, e sem vergonha ou desculpas.

O libertarianismo está preocupado com o uso da violência na sociedade. Isso é tudo. Não é outra coisa. Não é feminismo. Não é igualitarismo (exceto em um sentido funcional: todos igualmente carecem de autoridade para agredir qualquer outra pessoa). Não tem nada a dizer sobre estética. Não tem nada a dizer sobre religião, raça, nacionalidade ou orientação sexual. Não tem nada a ver com campanhas de esquerda contra o “privilégio branco”, a menos que esse privilégio seja fornecido pelo Estado.

Deixe-me repetir: o único “privilégio” que importa para um libertário *enquanto* libertário é o tipo que vem do cano da arma do estado. Discorde dessa afirmação, se quiser, mas, nesse caso, você terá que substituí-la por outra palavra que não seja libertário para descrever sua filosofia.

É claro que os libertários são livres para se preocupar com questões como feminismo e igualitarismo. Mas seu interesse nessas questões não tem nada a ver com, e não é exigido por ou uma característica necessária de, seu libertarianismo. Consequentemente, eles não podem impor essas preferências a outros libertários ou se retratar como libertários mais puros, mais consistentes ou mais completos. Já vimos o suficiente de nossas palavras distorcidas e apropriadas por outros. Não pretendemos permitir que eles tenham *libertário*.

Como Rothbard disse:

Existem libertários que são de fato hedonistas e devotos de estilos de vida alternativos, e que também existem libertários que são firmes adeptos da moralidade “burguesa” convencional ou religiosa. Existem libertinos libertários e existem libertários que se apegam firmemente às disciplinas do direito natural ou religioso. Existem outros libertários que não têm nenhuma teoria moral além do imperativo de não violação de direitos. Isso porque o libertarianismo per se não tem uma teoria moral geral ou pessoal.

O libertarianismo não oferece um estilo de vida; oferece liberdade, de modo que cada pessoa é livre para adotar, e agir de acordo com, seus próprios valores e princípios morais. Os libertários concordam com Lord Acton que “a liberdade é o fim político mais elevado” — não necessariamente o fim mais elevado na escala de valores pessoais de todos.

Os libertários não são adequados para o negócio de controle do pensamento. Já é difícil tentar persuadir as pessoas a adotar pontos de vista radicalmente opostos ao que aprenderam ao longo de suas vidas. Se pudermos persuadi-los do princípio da não agressão, ficaremos encantados. Não há necessidade de complicar as coisas impondo arbitrariamente uma lista de opiniões aprovadas pelo regime sobre o ensino fundamental de nossa filosofia.

O libertarianismo é um edifício bonito e elegante de pensamento e prática. Ele começa e baseia-se logicamente no princípio da autopropriedade. Na sociedade que ela exige, ninguém pode iniciar força física contra outra pessoa. O que isso diz sobre a visão libertária das enormidades morais que vão da escravidão à guerra deveria ser óbvio, mas o compromisso libertário com a liberdade se estende muito além dos claros e óbvios flagelos da humanidade.

Nossa posição não é apenas que o estado é um mal moral, mas que a liberdade humana é um tremendo bem moral. Os seres humanos devem

interagir uns com os outros com base na razão — sua característica distintiva — e não com carrascos e armas. E quando o fazem, os resultados, por um acaso bem-vindo, são padrões de vida elevados, uma explosão de criatividade e avanço tecnológico e paz. Mesmo nas sociedades parcialmente capitalistas do mundo, centenas de milhões, senão bilhões de pessoas foram libertadas das condições miseráveis e devastadoras da existência precária em troca de vidas muito mais significativas e gratificantes.

O libertarianismo, em outras palavras, em sua forma pura e não diluída, é intelectualmente rigoroso, moralmente consistente e totalmente excitante e emocionante. Não precisa e não deve ser fundido com nenhuma ideologia estranha. Isso pode levar apenas à confusão e ao enfraquecimento das reivindicações morais centrais e do apelo geral da mensagem de liberdade.

Capítulo VI

Libertarianismo de Esquerda

Os marxistas eram famosos por brigar pelas diferenças mais triviais. Um grupo se separaria de outro, inverteria a ordem das palavras do grupo do qual havia se separado e se declararia o grupo novo e puro. O primeiro grupo, o novo grupo declararia ao mundo, fazia parte da conspiração fascista para suprimir o triunfo dos trabalhadores que se aproximava, embora as diferenças entre os dois grupos fossem completamente indetectáveis até mesmo para um especialista.

Um debate informal ocorrendo entre os libertários atualmente, sobre se as pessoas deveriam ser libertários “grossos” ou “finos”, é de um caráter diferente. Isso atinge o âmago do que é o libertarianismo.

O libertário “fino” acredita no princípio da não agressão, de que ninguém pode iniciar força física contra ninguém. O fino libertário pensa em si mesmo simplesmente como um libertário, sem rótulos. A maioria dos libertários “grossos” da mesma forma acredita no princípio da não agressão, mas eles acreditam que para a luta pela liberdade ser coerente, os libertários devem estar comprometidos com uma lista de outros pontos de vista também.

Antes de prosseguir, deixe-me antecipar uma objeção. Eu não deveria gastar meu tempo atacando o estado em vez de criticar outros libertários?

Ao longo dos anos no LRC, não deixamos pedra sobre pedra na exposição dos males e mentiras do estado e na construção da alternativa libertária. Aliás, tenho um livro que continua nessa tradição: *Contra o Estado: Um Manifesto Anarco-Capitalista*.

Em segundo lugar, não há nada de errado com o que algumas pessoas denunciam como "lutas internas". Uma troca de ideias respeitosa é como uma escola de pensamento se desenvolve. E eu concordo com Tom Woods: não é verdade, como muitos alegam, que os libertários são exclusivamente propensos a

discussões entre si. Observe os democratas, os republicanos, a associação de proprietários de casas, católicos, protestantes, muçulmanos — ou, por falar nisso, qualquer pessoa.

Os defensores de um libertarianismo “grosso” sugerem que os libertários são obrigados a defender algo mais do que o princípio da não agressão, e que o libertarianismo envolve compromissos além apenas disso. Um desses proponentes disse recentemente: "Continuo a ter dificuldade em acreditar que a filosofia libertária se preocupa apenas com o uso adequado e impróprio da força." Mas não importa o quão difícil seja para essa pessoa acreditar, isso é precisamente o que o libertarianismo é, e isso é tudo o que ele é.

Alguns libertários nos disseram que sim, isso mesmo, o libertarianismo é sobre não agressão e propriedade privada e tudo isso, mas que é realmente parte de um projeto maior que se opõe a todas as formas de opressão, sejam impostas pelo estado ou não. Isso tem duas implicações para o libertário grosso. Primeiro, opor-se ao estado não é suficiente; um verdadeiro libertário deve se opor a várias outras formas de opressão, mesmo que nenhuma delas envolva agressão física. Em segundo lugar, o libertarianismo deve ser apoiado porque a redução ou abolição do estado produzirá os outros tipos de resultados que muitos libertários apoiam: empresas menores, mais cooperativas de trabalhadores, mais igualdade econômica, etc.

Vamos avaliar essas implicações uma de cada vez.

Afirmar que não é suficiente para o libertário se opor à agressão é cair na armadilha que destruiu o liberalismo clássico pela primeira vez e o transformou em liberalismo moderno. Afinal, como o liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX se tornou o liberalismo obcecado pelo Estado dos séculos XX e XXI? Como a outrora venerável palavra *liberalismo* tornou-se pervertida em primeiro lugar? Precisamente por causa do espessamento. Claro, os liberais do século XX disseram, nós somos a favor da liberdade, mas uma vez que a mera liberdade negativa — isto é, restrições ao estado — não parece produzir um resultado suficientemente igualitário, precisamos mais do que isso. Além de restrições a algumas atividades do Estado, precisamos *expandir* outras formas de atividade do Estado.

Afinal, disseram os novos liberais, a opressão estatal não é a única forma de opressão no mundo. Existe pobreza, o que limita a capacidade das pessoas de

fazerem escolhas de vida. Existe a propriedade privada, cujas restrições limitam a capacidade de expressão das pessoas. Existe discriminação, o que limita as oportunidades das pessoas. Há xingamentos, o que faz as pessoas se sentirem mal. Concentrar-se inteiramente no Estado é perder essas formas muito reais de dano, disseram os novos liberais.

Soa familiar? Não é exatamente isso o que muitos libertários obstinados estão dizendo agora? Atacar o estado não é suficiente, ouvimos. Devemos atacar o “patriarcado”, a hierarquia, a desigualdade e assim por diante. Libertários grossos podem discordar entre si quanto aos compromissos adicionais que o libertarianismo acarreta, mas todos concordam que o libertarianismo não pode simplesmente ser dedicado a erradicar a iniciação da força física.

Se alguns libertários desejam ter esperança de alcançar, ou desejam trabalhar por, uma sociedade que esteja de acordo com suas preferências ideológicas, eles são, obviamente, livres para fazê-lo. Mas é errado para eles — especialmente dada sua insistência em relação a uma grande tenda dentro do libertarianismo — impor a outros libertários qualquer giro idiossincrático que eles tenham dado à nossa venerável tradição, sugerir que as pessoas que não compartilham dessas outras ideologias não podem ser verdadeiros libertários, ou sugerir que seria “altamente improvável” que qualquer um que não as sustentasse pudesse realmente ser um libertário. Que essas são as mesmas pessoas que reclamam de “intolerância” é apenas a mais flagrante das ironias.

Assim, o perigo do libertarianismo grosso não é simplesmente que uma grande parte da população americana não passe em seus requisitos de entrada, não acompanhando a cada dez minutos o que a MSNBC nos informa que é aceitável acreditar e dizer. O perigo é que o libertarianismo grosso importe suas outras preocupações, que por sua própria admissão não envolvem a iniciação da força física, para o próprio libertarianismo, transformando-o assim em algo bastante diferente do sistema moral e social simples e elegante que temos defendido por gerações.

Agora, para a segunda implicação, essa oposição ao estado deve ser favorecida porque produzirá resultados igualitários. (Claro, a abolição do estado irá necessariamente aumentar o nível de igualitarismo do ponto de vista do *status*; a desigualdade de status entre os funcionários do estado, por um lado, que hoje

podem realizar todos os tipos de ultrajes morais com a legitimidade do estado para apoiá-los, e as pessoas comuns, que são restringidas pelas regras morais tradicionais contra roubo e agressão, por outro lado, não existirão mais quando o estado desaparecer.) Mas e se isso não acontecer? A afirmação de que as empresas tenderão a ser menores no livre mercado e de que a política do governo incentiva o tamanho dos negócios é uma afirmação muito abrangente sobre um fenômeno complexo demais. E se a ausência do Estado não levar a nenhuma mudança no tamanho da empresa, ou na relação empregador-empregado, ou na desigualdade de riqueza?

Nesse ponto, a questão seria: com qual princípio os libertários grossos estão mais comprometidos, não agressão ou igualitarismo? E se eles tivessem que escolher?

Da mesma forma, o ódio de alguns liberais clássicos pela Igreja os motivou a confiscar propriedades da Igreja e impor restrições de vários tipos às atividades da Igreja. Quando se tratou de uma escolha entre sua crença na liberdade e seu ódio pessoal pela Igreja, seu ódio pessoal venceu e sua suposta oposição de princípio à violência foi temporariamente suspensa.

Como as pessoas chegam ao libertarianismo também é irrelevante. Existem várias escolas de pensamento que culminam no princípio da não agressão. Uma vez lá, podemos, é claro, debater o que exatamente constitui agressão em casos particulares, e outras questões fundamentais dentro da estrutura geral da inadmissibilidade da agressão. Mas se a escola de pensamento à qual você pertence o leva apenas parcialmente em direção à não agressão, não é o caso de você ter descoberto uma forma nova ou melhor de libertarianismo. Tal caso significaria apenas que você é parcialmente libertário, não um tipo diferente de libertário.

Seja a alegação de que as leis de autodefesa são "racistas", que o Bitcoin é "racista" ou que os libertários deveriam se livrar do "privilégio branco" — todos os quais foram avançados por libertários que afirmam ter ido além de nossa alegada fixação com o princípio da não agressão — as várias formas de libertarianismo grosso estão confundindo o ensino fundamental daquilo em que acreditamos. Nenhuma dessas preocupações tem a menor relação com o libertarianismo.

Todas essas afirmações adicionais são uma distração do princípio central: se você se opõe à iniciação da força física, você é um libertário. Ponto final. Agora, quão difícil foi isso?

Conclusão

Depois de ler este livro, uma pergunta pode vir à sua mente. Criticamos os pseudo-libertários “grossos” por tentarem forçar clichês igualitários ao libertarianismo. Os libertários, argumentamos, estão comprometidos com os direitos de propriedade das pessoas. Desde que respeitem os direitos dos outros, as pessoas são livres para fazer o que quiserem.

“Se você diz isso, no entanto,” um objetor poderia dizer, “você não é culpado da mesmo defeito do outro lado? Você denuncia aqueles que envenenam o libertarianismo com ideologia de esquerda, mas não está dizendo que o libertarianismo é de direita?”

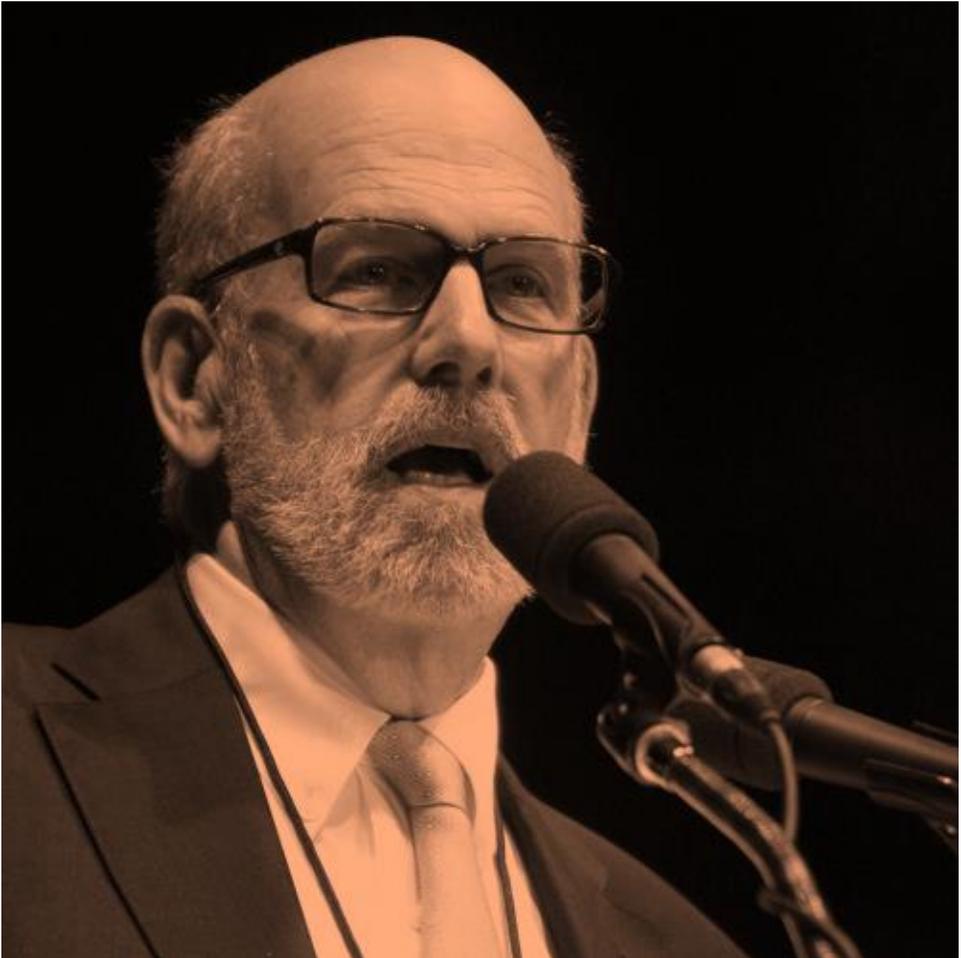
Essa objeção perde o objetivo do livro. Não estamos tentando aumentar o libertarianismo. Estamos tentando fazer precisamente o oposto. Estamos defendendo o libertarianismo como pretendido por Mises e Rothbard daqueles que querem miná-lo. Não achamos que o Estado, ou qualquer outra pessoa, deva forçar as pessoas a aceitar valores anti-igualitários. Nosso argumento é que, deixadas sozinhas, as pessoas serão naturalmente pró-família, devotadas à cultura ocidental e desiguais em todos os aspectos significativos.

Em suma, você não precisa aceitar valores conservadores para ser um libertário. Mas ajuda.

Quem quiser ler mais sobre esses assuntos deve consultar nossos trabalhos anteriores, inclusive *Contra o Estado*. Os livros de Ludwig von Mises e Murray N. Rothbard são essenciais para compreender em profundidade do que se trata a liberdade. Para os tópicos deste livro, recomendamos em particular dois livros: Mises, *Socialismo* e Rothbard, *Igualitarismo como uma Revolta contra a Natureza & Outros Ensaios*.

Sobre o autor

Lew Rockwell é o *chairman* e CEO do Ludwig von Mises Institute, em Auburn, Alabama, editor do website LewRockwell.com, e autor dos livros *Speaking*



of Liberty e *The Left, the Right, and the State*.

www.rothbardbrasil.com

www.institutohoppe.com